



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

SERGIPE NO CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942): UMA
ABORDAGEM DA ARQUEOLOGIA DE AMBIENTES AQUÁTICOS

ROBERTA DA SILVA ROSA

LARANJEIRAS

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

SERGIPE NO CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942): UMA
ABORDAGEM DA ARQUEOLOGIA DE AMBIENTES AQUÁTICOS

ROBERTA DA SILVA ROSA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Arqueologia.

Orientador: Dr. Gilson Rambelli

Agência Financiadora: CAPES

LARANJEIRAS

2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO
CAMPUS DE LARANJEIRAS (BICAL/UFS)

R788s	<p>Rosa, Roberta da Silva</p> <p>Sergipe no contexto da segunda guerra mundial (1942): uma abordagem da arqueologia de ambientes aquáticos / Roberta da Silva Rosa; orientador Gilson Rambelli. – Laranjeiras, 2015. 168 f., il.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Arqueologia) –Universidade Federal de Sergipe, 2015.</p> <p>1. Arqueologia. 2. Arqueologia submarina - Sergipe. 3. Naufrágios. 4. Guerra Mundial, 1939-1945. 5. Arqueologia e história. I. Rambelli, Gilson. II. Título.</p> <p>CDU 902.034(813.8)</p>
-------	---

ROBERTA DA SILVA ROSA

SERGIPE NO CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942): UMA
ABORDAGEM DA ARQUEOLOGIA DE AMBIENTES AQUÁTICOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe para obtenção do título de Mestra em Arqueologia.

Orientador Prof. Dr. Gilson Rambelli

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilson Rambelli
Orientador
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Leandro Domingues Duran
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Orlando Pedreschi Neto
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia
Externo

LARANJEIRAS

2015

À minha mãe Iracema, à minha irmã Núbia e ao meu noivo Bruno.

Amo vocês! Obrigada pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Iracema, à minha irmã Núbia, ao meu pai Alberto Rosa e ao meu noivo Bruno Henrique por estarem presentes durante todo o processo de elaboração desta pesquisa. Agradeço de coração pela paciência, apoio, conselhos e por terem acreditado e contribuído para a realização deste sonho.

Ao meu querido orientador Gilson Rambelli, que foi como um pai durante essa árdua, mas gratificante jornada de dois anos e meio de pesquisa. Professor saiba que o senhor é o meu mestre e arqueólogo inspirador. Obrigada pela oportunidade, direcionamento e conselhos.

Agradeço imensamente também aos professores Leandro Duran e Paulo Bava de Camargo pelas ótimas ideias, indicações de livros, disponibilidade e acompanhamento durante esse processo. E aos demais professores da Universidade Federal de Sergipe (Márcia Guimarães, Suely Amancio, Olívia Carvalho, Daniela Klokler, Albérico Queiroz e Paulo Jobim) por me ensinarem um pouco dos muitos e preciosos conhecimentos durante essa dupla caminhada - graduação e mestrado - nessa fascinante área de pesquisa que é a Arqueologia.

Aos meus queridos amigos e companheiros de pesquisa - Davisson Oliveira, Dalline Guimarães e Christian Rocha -, e é claro, agradeço novamente aqui ao professor Duran por todo incentivo e também por tentar me guiar pelo caminho de uma possível Arqueologia da sensibilidade. Muito obrigada a todos por terem participado e contribuído de maneira ímpar para a realização deste trabalho. As pesquisas de campo não teriam sido as mesmas sem vocês. Já sinto saudades dos nossos momentos preciosos de reflexões e interpretações!

Aos meus caros colegas Luiz A. Pinto Cruz, Marcelo Monteiro e Otávio Porto por terem iniciado os estudos focados no período da Segunda Guerra Mundial envolvendo os acontecimentos trágicos ocorridos na costa sergipana. Obrigada queridos por todo o incentivo!

À querida professora de português, Silvania Santos, pelas correções gramaticais deste trabalho (tia Sônia sou sua fã!). Agradeço também a querida professora de inglês, Mariana Maia, pela disponibilidade e por fazer a tradução do resumo.

À CAPES por ter financiado a minha pesquisa.

À minha família inteira, incluindo tias (os), primas (os) e também as minhas amigas e aos meus colegas do mestrado e da graduação.

Por fim, agradeço ao meu Deus por ter permitido que eu chegasse até aqui.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo discutir de maneira crítica sobre alguns aspectos do contexto social vivenciado em Sergipe, durante a Segunda Guerra Mundial, através da análise e interpretação de parte da cultura material da época. Para isso, utilizamos como aporte teórico-metodológico, as abordagens da Arqueologia de Ambientes Aquáticos e da Arqueologia Histórica, por meio das quais investigamos alguns episódios trágico-navais ocorridos com as embarcações mercantes brasileiras - *Baependy*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo* -, que foram torpedeadas e afundadas pelo submarino alemão *U-507*, em agosto de 1942, entre o litoral de Sergipe e da Bahia, e que provocou mais de 500 mortes entre homens, mulheres e crianças, sendo este acontecimento, um dos motivos maiores que levou o Brasil a declarar Estado de Guerra em todo território nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia de Ambientes Aquáticos, Arqueologia Histórica, Segunda Guerra Mundial, Sergipe.

ABSTRACT

This research aims to discuss critically about some aspects of the social context experienced in Sergipe, during the Second World War, through the analysis and interpretation of the material culture of that time. For this, we used as a theoretical and methodological approach, the approaches of Maritime Archeology and Historical Archeology, through which we investigated the tragic-naval episodes occurred with Brazilian merchant vessels - *Baependy*, *Araraquara* and *Aníbal Benévolo* - which were torpedoed and sunk by the German submarine *U-507*, in August 1942, between the coast of Sergipe and Bahia, that caused more than 500 deaths of men, women and children, and this event, one of the biggest reasons that led Brazil to declare a State of War throughout the country.

KEYWORDS: Archeology of Aquatic Environments, Historical Archeology, Second World War, Sergipe.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distâncias dos afundamentos dos navios com relação à costa de Sergipe e a costa da Bahia.....	103
Tabela 2 – Informações sobre as três embarcações brasileiras torpedeadas em Sergipe, 1942.....	105

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras 1 e 2 – Manifestações populares ocorridas após os torpedeamentos dos navios brasileiros.....	39
Figura 3 – Torre da residência dos Mandarinino.....	42
Figura 4 – Possíveis estojos das cápsulas dos torpedos que atingiram os navios mercantes na costa de Sergipe.....	44
Figura 5 – Rua da Aurora, Aracaju, 1867.....	60
Figura 6 – Despedida do navio na Ponte do Imperador, 1940.....	61
Figura 7 – Vista da cidade na Ponte do Imperador, 1937.....	61
Figura 8 – Aracaju vista do Rio Sergipe, 1937.....	62
Figura 9 – Ponte do Imperador como terminal para hidroaviões.....	63
Figura 10 – Navio do Lloyd Brasileiro Aníbal Benévolo.....	65
Figuras 11 e 12 – Cemitério dos Náufragos localizado na praia de Atalaia onde foram enterradas várias vítimas dos atentados nazistas.....	67
Figura 13 – Navio Baependy do Lloyd Brasileiro.....	68
Figuras 14 e 15 – Navio Baependy.....	69
Figura 16 – Navio Araraquara do Lloyd Nacional S. A.....	71
Figura 17 – Navio Araraquara.....	72
Figura 18 – Navio Aníbal Benévolo do Lloyd Brasileiro.....	74
Figura 19 – Foto aérea dos náufragos e sua baleeira no litoral de Sergipe.....	76
Figura 20 – Foto aérea destacando os “destroços de navios torpedeados”.....	77

Figura 21 –	Uma das baleeiras abicadas no litoral sergipano, 1942.....	78
Figura 22 –	Hotel Marozzi, Aracaju na década de 1940.....	80
Figura 23 –	Manifestação no Rio de Janeiro, 1942.....	82
Figura 24 –	Praça Fausto Cardoso e o Palácio Olímpio Campos.....	82
Figura 25 –	Publicação sobre a Declaração de Guerra em todo território nacional.....	85
Figura 26 –	Caça-pau <i>Jutaí</i> – Caça-submarino de casco de madeira incorporado à Marinha Brasileira no dia 30 de dezembro de 1942.....	88
Figura 27 –	Sepultamento dos náufragos na praia de Aracaju - SE.....	110
Figuras 28 a 31 –	Cadáveres sendo recolhidos nas praias sergipanas, levados para o serviço de identificação e depois sendo transportados em caminhões para serem sepultados.....	113
Figuras 32 a 35 –	Visão parcial (frente e fundo) do Cemitério dos Náufragos da Atalaia, Aracaju – SE.....	119
Figuras 36 a 40 –	Enterramentos em covas rasas e em sepulturas monumentos, Cemitério dos Náufragos da Atalaia, Aracaju – SE.....	120
Figuras 41 e 42 –	Não há um padrão nos enterramentos do Cemitério dos Náufragos da Atalaia, Aracaju – SE.....	120
Figuras 43 a 46 –	Sepultamentos recentes que se remetem a década de 1940, Cemitério dos Náufragos da Atalaia, Aracaju – SE.....	121
Figuras 47 e 48 –	Placa referente aos ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial, Cemitério dos Náufragos da Atalaia, Aracaju – SE.....	122
Figuras 49 a 52 –	Capela do Cemitério dos Náufragos da Atalaia, Aracaju – SE.....	123
Figura 53 –	Cemitério dos Náufragos localizado no Mosqueiro, Aracaju – SE.....	125
Figura 54 –	Placa referente aos náufragos da Segunda Guerra Mundial, Cemitério dos Náufragos do Mosqueiro, Aracaju – SE.....	126

Figura 55 – Farol de Aracaju, século XX.....	128
Figuras 56 e 57 – Farol de Aracaju, 2006.....	132
Figuras 58 e 59 – Farol de Aracaju em 2008 e 2012.....	132
Figuras 60 e 61 – Corpos provavelmente dilacerados por predadores marinhos.....	139
Figuras 62 a 64 – Cadáveres espalhados pelas praias sergipanas.....	141
Figura 65 – Criança encontrada morta à beira mar, Aracaju – SE.....	143
Figura 66 – Mais de trinta crianças mortas no “Aníbal Benévolo”.....	143
Figura 67 – Vítima identificada como sendo um dos membros da tripulação.....	146
Figura 68 – Náufrago José Castelo Branco Vercoso desolado ao encontrar os corpos de sua esposa e filho no litoral de Sergipe.....	147

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População do Município de Aracaju em 1940.....	58
Gráfico 2 – Uma comparação da preservação de materiais em ambiente seco e ambiente úmido em sítios europeus.....	96

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	Vegetação de Aracaju em 1855.....	54
Mapa 2 –	Arruamento da cidade em 1865.....	54
Mapa 3 –	Planta de Aracaju, 1865.....	56
Mapa 4 –	Planta de Aracaju, 1933.....	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I – PENSANDO CONCEITOS.....	21
1.1 – O Pós-Processualismo e a Arqueologia Histórica.....	22
1.2 – Arqueologia da Repressão, Conflito e Guerra.....	33
CAPÍTULO II – ARQUEOLOGIA DE AMBIENTES AQUÁTICOS E A “GUERRA SUBMARINA” EM SERGIPE.....	46
2.1 – Abordagens da Arqueologia de Ambientes Aquáticos.....	46
2.1.1 – A pequena cidade naval.....	52
2.2 – A ação do <i>U-507</i>	67
2.2.1 – Consequências dos ataques.....	74
CAPÍTULO III – CULTURA MATERIAL PROVENIENTE DOS TORPEDEAMENTOS NAVIAS.....	94
3.1 – Sítios arqueológicos de naufrágios.....	94
3.2 – Enterramento das vítimas.....	109
3.3 – Farol interdito.....	127
3.4 – As vítimas de guerra e o estudo dos corpos enquanto biofatos.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	153
LISTA DE FONTES.....	166

INTRODUÇÃO

A elaboração da presente dissertação intitulada “*Sergipe no contexto da Segunda Guerra Mundial (1942): uma abordagem da Arqueologia de Ambientes Aquáticos*” surgiu do interesse de pesquisar uma passagem histórica importante – não só no âmbito local, mas também no nacional e mundial –, como foi o caso dos torpedeamentos nazistas ocorridos no litoral sergipano, em agosto de 1942, contra as embarcações mercantes brasileiras *Baependy*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo*, sendo estes episódios de grande relevância considerados o motivo maior que levou o Brasil a entrar oficialmente na Segunda Guerra Mundial. Convém ressaltar que, o arcabouço teórico escolhido para guiar esta pesquisa encontra-se embasado na corrente de pensamento Pós-Processual, fato este que não excluiu o uso interpretativo das demais teorias de Arqueologia. Devido a isso, conforme Rambelli (2003, p. 24), “[...] corre-se o risco de interpretações ecléticas”. O que, na verdade, “[...] não significa ecletismo porque não se pode ignorar a convivência de diferentes perspectivas [...]” (FUNARI, 1998, p. 18 apud RAMBELLI, 2003, p. 24) e interpretações a respeito do mesmo objeto de estudo – a cultura material.

A Segunda Guerra é considerada o evento histórico de maior alcance mundial do século XX. Iniciada na Europa em 1939, e após anos de conflitos intensos em quase todo o mundo teve o seu fim em 1945, com a rendição dos países do Eixo: Alemanha, Itália e Japão. Este período pode ser descrito como de grande exaltação e terror entre as nações, no qual milhões de pessoas e dezenas de países se envolveram em confrontos sangrentos. O resultado desta guerra significou para o mundo uma das maiores tragédias sem medida da História, com grandes perdas e danos a vidas humanas e bens materiais.

Embora o conflito seja um assunto bastante estudado, é questionável a versão oficial apresentada pela historiografia com relação à participação do Brasil, a qual foi considerada por muito tempo como simbólica. Contudo, os torpedeamentos e afundamentos dos mercantes nacionais no litoral sergipano contradizem esta versão, já que constituem parte das provas materiais concretas – sítios arqueológicos de naufrágios – de que a guerra se efetivou no país. Além disso, à beira mar, nos deparamos com outras estruturas¹ que materializam este evento histórico, como por exemplo, os dois Cemitérios dos Náufragos, um criado supostamente na

¹ De acordo com o arqueólogo americano Charles Orser (1992, p. 31), as *estruturas* constituem uma das fontes de informações utilizadas nas pesquisas de Arqueologia Histórica. ORSER JR, C. E. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Tradução de Pedro Paulo Funari. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

época, para enterrar as dezenas de vítimas, e outro construído na década de 1970 para homenageá-las.

No início das nossas investigações, logo percebemos que estes acontecimentos bélicos são desconhecidos da maioria da população sergipana, e ao realizar o levantamento bibliográfico notamos também, que esta temática tem sido pouco explorada pelos pesquisadores. Considerando isso, resolvemos então nos engajar na elaboração desta pesquisa científica com o objetivo de discutir sobre este contexto de guerra por meio da cultura material existente em Aracaju, abrangendo tanto o ambiente submerso, como o emerso.

É importante destacar que esta pesquisa fez parte de um projeto maior chamado “*Carta Arqueológica Subaquática de Sergipe: Inventário Sistemático do Patrimônio Cultural Subaquático*”, que está vinculado ao Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos da Universidade Federal de Sergipe (LAAA/UFS), coordenado pelo arqueólogo Gilson Rambelli. A Carta tem por objetivo fazer um levantamento e inventariar o patrimônio cultural subaquático do litoral sergipano, que servirá, posteriormente, de mecanismo de conhecimento e de gestão desses sítios arqueológicos (RAMBELLI, 1998, 2002, 2003, 2008).

Diante disso, procuramos abordar no trabalho, os sítios arqueológicos da época da guerra, partindo de uma abordagem “molhada” – sítios de naufrágios – na teoria, para chegar ao ambiente “seco” – sítios históricos – na prática, tomando como base conceitual o pensamento arqueológico advindo da corrente Pós-Processual, o qual busca interpretar a cultura material através de uma dimensão abrangente, que envolve desde os aspectos técnicos, sociais, culturais, políticos, religiosos, simbólicos, entre outros, na tentativa de obter uma melhor compreensão da relação das pessoas com o mundo material que as cercam.

Para entender o contexto histórico em que estes vestígios materiais estavam inseridos, realizamos um extenso levantamento de fontes de informações pesquisando em vários documentos, tais como relatórios, jornais, iconografias, bibliografias, mapas, entre outras fontes escritas presentes nas diversas instituições da capital, como no Arquivo Público do Estado de Sergipe, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, na Biblioteca Pública Epifânio Dória, na Biblioteca do Palácio da Justiça Tobias Barrento de Menezes, na Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Biblioteca da UFS do Campus de Laranjeiras (o levantamento foi feito entre os anos de 2012 e 2015).

A respeito das pesquisas de campo, cabe ressaltar que elas se limitaram ao ambiente emerso. As atividades práticas foram efetivadas, entre os anos de 2013 e 2015, tanto no Farol de Aracaju, localizado no bairro Farolândia, bem como nos dois Cemitérios dos Naufrágios,

um que supostamente é o “original”, localizado à beira mar, no bairro Atalaia, em Aracaju; e o outro chamado de “memorial”, localizado no bairro Mosqueiro, em Aracaju-SE.

Sobre os sítios arqueológicos submersos, neste caso nos referimos aos sítios de naufrágios formados pelos restos das três embarcações mercantes torpedeadas, elaboramos um estudo aprofundado referente às possibilidades de se realizar, futuramente, pesquisas *in situ* em cada um deles. Com base nas referências bibliográficas analisadas, será possível fazer pesquisa direta com a participação do arqueólogo – após o levantamento geofísico feito com aparelhos tecnológicos que identificam a localização precisa dos naufrágios –, tanto nos restos do navio *Araraquara*, como no *Aníbal Benévolo*. Já no sítio arqueológico do *Baependy*, só será possível realizar, apenas, pesquisas indiretas por meio de equipamentos como o veículo subaquático autônomo ou o veículo automático operado por controle remoto.

É importante evidenciar aqui, que no decorrer da produção desta dissertação, nos empenhamos em entender melhor o mundo naval, o qual se destacou como nosso ponto de partida. Afinal, o estopim da guerra mundial, no Brasil, se iniciou com os episódios trágico-navais ocorridos em Sergipe. Diante disso, resolvemos conhecer de perto uma embarcação da Marinha Brasileira. Este encontro ocorreu em agosto de 2014, quando foi realizada a visita ao Navio-Patrolha Gravataí, que ancorou por alguns dias no rio Sergipe, em frente ao Mercado Municipal Albano Franco, em Aracaju-SE. Esta experiência foi importante porque nos proporcionou ter uma noção mais concreta a respeito deste equipamento que “[...] representa bem mais do que um meio de transporte, podendo significar o ‘lugar de trabalho’, ‘espaço de convivialidade’, ‘segundo lar’, ‘serviço à pátria’, enfim, ‘razão de ser’ dos tripulantes” (CRUZ; ARAS, 2012, p. 88).

Nesse sentido, o navio pode ser entendido, de acordo Rambelli (2003), como um “microcosmo social” que representa, em parte, a nossa sociedade, já que consegue reunir em um mesmo espaço, múltiplas identidades e experiências. Podendo, dessa maneira, ser estudado a partir de diferentes perspectivas:

[...] como um sistema complexo que, como qualquer representação da sociedade, envolve desigualdades, contradições e conflitos sociais. Seja a embarcação entendida como designação comum a toda construção destinada a navegar sobre a água – artefato flutuante; ou a embarcação enquanto a maior expressão histórica dos fluxos de trocas; ou a embarcação enquanto estrutura de poder; ou a embarcação enquanto representação flutuante das relações sociais; ou a embarcação enquanto paisagem humana móvel; ou ainda, a embarcação

enquanto símbolo de identidade sócio-histórica regional, nacional e internacional (RAMBELLI, 2003, p. 83).

Ainda sobre a visita ao Navio-Patrolha Gravataí, é oportuno frisar que foi possível conhecer não apenas o convés principal, como também a proa (castelo) e a popa (tombadilho), além de poder tocar em um de seus armamentos – o canhão. Contudo, não foi permitido conhecer a parte interna da embarcação, porque enquanto pesquisadora, não poderia ter acesso a um espaço que ainda é reservado apenas para os homens, afinal o gênero feminino é minoria neste tipo de atividade náutica.

No tocante a organização da dissertação em si, como se pode ver, foi dividida em três capítulos. No primeiro, intitulado “*Pensando Conceito*”, apresentamos as bases teóricas que norteiam a pesquisa, como a corrente de pensamento arqueológico Pós-Processual surgida entre as décadas de 1970 e 1980, com os trabalhos inovadores de viés humanista dos arqueólogos Ian Hodder, Michael Shanks e Christopher Tilley. Além disso, utilizamos o enfoque oferecido pela Arqueologia Histórica, que nos possibilitou obter informações de diversas fontes, as quais contribuíram de maneira significativa para um melhor entendimento a respeito do contexto de guerra.

Foram abordadas ainda, as “Arqueologias” da repressão, conflito e guerra voltadas para o contexto sergipano, que permitiram visualizar o evento bélico a partir de alguns mecanismos de dominação do governo ditatorial varguista; da resistência de parte da população; dos “quebra-quebras” surgidos em Aracaju; da repressão sofrida pelos estrangeiros após os ataques de guerra; e também da presença de materiais militares de guerra encontrados nas praias aracajuanas.

O segundo capítulo, intitulado “*Arqueologia de Ambientes Aquáticos e a ‘Guerra Submarina’ em Sergipe*”, nos forneceu um olhar da guerra a partir do ambiente marítimo sergipano, o qual representou “a porta de entrada” para o conflito mundial no Brasil. Nessa perspectiva, apresentamos os conceitos da Arqueologia Subaquática desenvolvida por George Bass no contexto internacional, e por Gilson Rambelli no contexto nacional; bem como da Arqueologia Marítima desenvolvida por Muckelroy, McGrail, Gibbins e Adams, as quais embasaram a Arqueologia de Ambientes Aquáticos – definição mais recente e ampla – trabalhada por Gilson Rambelli e Leandro Duran.

Com base nisso, elaboramos um histórico da cidade de Aracaju, enquanto cidade naval, construída em um ambiente cercado por rios e próximo do Oceano Atlântico. Apresentamos todo esse contexto com o objetivo de entender e esclarecer a chegada da guerra

através do litoral. Diante dos fatos pesquisados, conseguimos explicar melhor como ocorreram os ataques às embarcações e os seus reflexos na sociedade sergipana. Por fim, abordamos a questão de como estes naufrágios poderão, futuramente, ser estudados por meio da pesquisa arqueológica.

No terceiro e último capítulo, intitulado “*Cultura Material Proveniente dos Torpedeamentos Navais*”, fizemos algumas análises sobre os vestígios materiais, envolvendo desde as possibilidades de pesquisa nos sítios arqueológicos de naufrágios das três embarcações mercantes torpedeadas; passando pela investigação dos dois equipamentos cemiteriais dos Náufragos, localizados em Aracaju; abordando também o Farol de Aracaju que fez parte desse contexto de guerra marítima; e concluímos com as análises, interpretações e discussões sobre os vestígios materiais e humanos (biofatos)² advindos da tragédia naval, representados através dos registros fotográficos encontrados no Arquivo Público do Estado de Sergipe.

² A Arqueologia considera os restos mortais ou vestígios humanos como biofatos (PORTO, 2013).

CAPÍTULO I – PENSANDO CONCEITOS

Para muitos, o conceito de “Arqueologia” pode ser representado através de uma pá de ferro e um buraco no chão. No entanto, achar um esqueleto de mais de mil anos após dias de escavações não é o que realmente retrata o estudo dessa importante ciência. Afinal, se parássemos para explicar a amplitude que se pode atingir com as pesquisas arqueológicas, com certeza uma vida seria pouco para explicar.

Devemos esclarecer que a Arqueologia não trabalha apenas com a cultura material no contexto “terrestre” ou “seco”. Ela se preocupa também com o estudo dos vestígios materiais presentes nos “ambientes aquáticos”, seja nos mares, nos rios, nos lagos ou na interface deles.

Vale ressaltar que o campo de pesquisa arqueológico tido, *grosso modo*, como o estudo das coisas do passado, não aborda somente temas antigos, mas também questões cada vez mais atuais, voltadas inclusive para os mais complexos temas do passado recente. Como bem afirma o arqueólogo Pedro Paulo Funari (2006) sobre o objetivo da Arqueologia, que é compreender através do “[...] estudo da cultura material [...] as relações sociais e as transformações ocorridas na sociedade” (2006, p. 15).

Utilizar teorias e métodos arqueológicos para conhecer e entender melhor um dos períodos bélicos da História do Brasil, nos leva a refletir sobre a cultura material utilizada na época, e a partir dela, obter uma melhor compreensão do contexto social, político e econômico, além de possibilitar conhecer as histórias “esquecidas”, ou melhor, as que não foram contempladas pela historiografia oficial.

Diante disso, a presente pesquisa explora a temática da Segunda Guerra Mundial no contexto sergipano através do olhar da Arqueologia de Ambientes Aquáticos, utilizando as variadas fontes de informações apresentadas pela Arqueologia Histórica, com a finalidade de entender como os torpedeamentos dos navios mercantes brasileiros afundados pelo submarino alemão *U-507*, em agosto de 1942, no litoral de Sergipe, afetaram socioeconomicamente a capital aracajuana, e como essa tragédia influenciou, de forma direta, a política brasileira contribuindo para a Declaração de Guerra contra os países do Eixo.

1.1 - O Pós-Processualismo e a Arqueologia Histórica

O embasamento teórico escolhido para a elaboração desta dissertação foi retirado da corrente de pensamento arqueológico Pós-Processual, a qual possui métodos interpretativos que auxiliam na compreensão dos acontecimentos da vida social através dos contextos e análises dos significados impregnados na cultura material (LIMA, 2011). Nesse sentido, esta teoria nos proporcionou um melhor entendimento a respeito da tragédia naval ocorrida na costa sergipana, na época da chegada da Segunda Guerra Mundial ao Brasil.

Os primeiros ataques nazistas contra as embarcações brasileiras ocorreram nos dias 15 e 16 de agosto de 1942, em águas nacionais, especificamente entre o litoral de Sergipe e da Bahia. Por meio do olhar arqueológico, focamos na análise e interpretação dos vestígios materiais presentes na capital sergipana – Aracaju – que sofreu diretamente com o terror provocado pelo submarino alemão *U-507*, que torpedeou e afundou, sequencialmente, os navios mercantes *Baependy*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo*, provocando mais de 500 mortes entre homens, mulheres e crianças. As provas concretas da passagem da guerra pelo menor estado do país podem ser representadas tanto através dos restos das embarcações afundadas – sítios arqueológicos de naufrágios –, quanto pelos dois Cemitérios dos Náufragos, um deles localizado inclusive a beira mar, além de outros vestígios.

Antes de nos aprofundarmos sobre as análises e discussões a respeito da cultura material deste período bélico, sentimos a necessidade de explicar alguns conceitos e definições da teoria Pós-Processual.

De acordo com o arqueólogo Matthew Johnson (2000), este modelo teórico surgiu a partir do final da década de 1970 e início de 1980 com “[...] un número creciente de arqueólogos mostraba insatisfacción por la orientación que tornaba la arqueología. Esta gente sentía que la Nueva Arqueología no daba para mucho más, intelectualmente hablando” (2000, p. 131). Esta assertiva demonstra que a corrente teórica vigente – a Processual – não respondia mais aos novos anseios suscitados por este modelo teórico contemporâneo.

Diante disso, o pós-processualismo se desenvolve sob a influência de várias tendências teóricas de outras ciências como: a fenomenologia, o estruturalismo, o pós-estruturalismo, o neo-marxismo, a hermenêutica, a semiótica, o pós-positivismo, a teoria da *práxis*, a teoria crítica e social, entre outras, as quais representam um retorno ao Humanismo (RAMBELLI, 2003).

Os principais pilares dessa nova corrente teórica resultaram das concepções formuladas pelos arqueólogos britânicos Ian Hodder, Michael Shanks e Christopher Tilley (FUNARI, 2006). Tais autores compartilhavam do mesmo desejo de “[...] reconstruir a arqueologia sob novos pressupostos” baseados em conceitos retirados das “[...] ciências humanas e sociais contemporâneas” (2006, p. 51). No entanto, convém destacar que entre eles existiam algumas divergências teóricas, as quais ainda servem para explicar, até hoje, a própria configuração do pós-processualismo, que abarca múltiplas correntes de pensamentos, é plural e diferenciado das anteriores (FUNARI, 2006).

Para Hodder – teórico responsável pelo termo que designa esta nova corrente –, “A Arqueologia deveria restabelecer seus laços tradicionais com a história” (ORSER, 1992, p. 74). Com base nisso, ele ressaltou três importantes princípios desse pensamento arqueológico. O primeiro refere-se aos indivíduos enquanto negociadores ativos das regras sociais, as quais são dinâmicas, isto é, são constantemente criadas e recriadas e por isso sofrem transformações. O segundo princípio leva em consideração os processos cognitivos dos atores sociais, durante a etapa de análise e interpretação da cultura material, ao invés de rejeitá-los. E o terceiro está associado aos dois anteriores, na medida em que considera que as transformações sociais precisam ser entendidas pelos arqueólogos a partir de termos históricos (ORSER, 1992). Sendo assim, corroboramos com o arqueólogo americano Charles Orser (1992) quando afirma que, “[...] os elementos essenciais da arqueologia pós-processual incorporam os conceitos de ação, sentido, contexto e história” (1992, p. 75).

Levando em consideração todas essas características descritas sobre a Arqueologia pós-processual, elaboramos neste trabalho um breve contexto histórico sobre Sergipe diante da guerra (que será apresentado no capítulo II), destacando desde os antecedentes dos torpedeamentos até as consequências finais do conflito mundial na sociedade aracajuana, partindo do estudo da cultura material.

Conforme o arqueólogo americano Mark Leone citado por Gilson Rambelli (2003), existem três tipos de abordagens arqueológicas que devem ser consideradas como pós-processualistas. São elas: “[...] a ‘simbólica’, a ‘estrutural’ e a ‘crítica’” (2003, p. 22). É importante evidenciar que, esta última, compreende o passado como algo que pode ser construído de diferentes maneiras, dependendo tanto da perspectiva, do enfoque, como da análise do pesquisador. Dessa forma, a Arqueologia crítica tenta demonstrar que o conhecimento arqueológico do passado é determinado pelo método da pesquisa e, por isso, ele não pode ser considerado como imparcial, mas sim como fruto da subjetividade do pesquisador (RAMBELLI, 2003).

Tomando como base essa abordagem, questionamos os motivos e as causas desses episódios de guerra ocorridos na costa sergipana – considerados na época como o estopim para a entrada do Brasil no conflito mundial – fatos importantes que fizeram parte da História durante a Segunda Guerra, mas que foram omitidos e relegados ao esquecimento durante décadas pelos pesquisadores. Será que foram esquecidos intencionalmente, na tentativa de “apagar” esses fatos da memória da população e consequentemente das futuras gerações? Por ter sido uma grande tragédia e significativa perda para a Marinha Mercante do Brasil? Porque foi um acontecimento triste e doloroso principalmente para os parentes das centenas de vítimas? Porventura foram esquecidos pela dúvida, durante décadas, de identificar o verdadeiro agressor³ – Alemanha ou Estados Unidos? Enfim, esses e outros questionamentos, que destacam as “ausências” ou as “breves citações” existentes na produção historiográfica a respeito da Segunda Guerra, servem para demonstrar a postura adotada – mesmo que de afastamento – dos pesquisadores brasileiros com relação a esse tema.

Sobre os arqueólogos pós-processuais, ao criticarem a objetividade e o positivismo próprios da corrente de pensamento processual, estão fazendo, na verdade, uma alusão à prática da Arqueologia enquanto uma ciência que pretendia ser neutra (SCHIAVETTO, 2003). E, de acordo com Shanks e Tilley (1987) citados por Schiavetto (2003), “[...] um ideal de neutralidade científica ‘serve para sustentar a ordem social existente pela sua falha em engajar-se ativamente e criticá-la’” (2003, p. 40), ou seja, esta postura de “[...] defesa de uma Arqueologia a-política permanece uma forma de ação política” (2003, p. 40). Como se pode ver, estes teóricos defendem a reconstrução do passado, isto é, as construções do passado baseadas na subjetividade do arqueólogo (LIMA, 2011).

No caso do contexto sergipano, buscou-se construir o passado de guerra vivenciado pela população, por meio do estudo da cultura material da época, partindo dos episódios trágico-navais através das análises das estruturas cemiteriais, das iconografias, dos documentos históricos e dos depoimentos dos sobreviventes. O viés arqueológico procurou dar vozes às histórias “esquecidas” dos aracajuanos, que tiveram seu cotidiano alterado pelo maior evento bélico mundial, mas que não foram registradas nos livros de história e por isso permanecem até hoje desconhecidas das novas gerações.

A respeito do envolvimento do pesquisador com o seu objeto de investigação, o arqueólogo Leandro Duran (2008), com base nas obras de Hodder (1991, 1998) e Shanks e Tilley (1992), afirma que: “[...] a produção do conhecimento envolve [...] a perspectiva do

³ Em 1971 foi encontrado o diário de bordo do submarino agressor, que o identificava como alemão, tendo sido capitaneado pelo comandante Harro Schacht (CRUZ; ARAS, 2013).

arqueólogo, e esta, influi tanto nas escolhas dos objetos de estudo, quanto na formulação das perguntas a serem respondidas e na interpretação das respostas obtidas” (2008, p. 42).

Logo, enquanto teóricos críticos, sabemos que o conhecimento é historicamente condicionado. Por isso, devemos buscar constantemente a compreensão dos acontecimentos através de vários pontos de vista, tendo como finalidade produzir uma variedade de perspectivas a respeito do passado (HODDER; HUTSON, 2003). Com relação a isso, corroboramos com Hodder e Hutson (2003) quando afirmam que:

There is a dialectical relationship between past and present: the past is interpreted in terms of the present, but the past can also be used to criticize and challenge the present. In this view it is possible critically to evaluate past and present contexts in relation to each other, so as to achieve a better understanding of both. There is a human mental ability to conceive of more than one subjective context and critically to examine the relationship between varied perspectives (2003, p. 234).

Dentro desta perspectiva teórica pós-processual de interrelação entre passado e presente, o estudo do homem passa então a ser abordado não tendo mais como métodos os empregados nas ciências naturais, até porque o homem “[...] é dotado de algo que o distingue de todos os outros objetos de estudo: o simbolismo” (MARTÍNEZ, 1993, p. 267 apud SCHIAVETTO, 2003, p. 41) Diante disso, concordamos com Schiavetto (2003) quando afirma que:

Por detrás de toda espécie de produção material humana, há algo mais do que a funcionalidade da existência dos objetos, e, segundo os críticos das explicações funcionalistas, as ciências não estavam conseguindo abranger uma realidade muito mais complexa do que a palpável (2003, p. 41).

Segundo Schiavetto (2003), a partir de explicações subjetivas e levando em consideração a existência de contextos relativizados, os arqueólogos passam a considerar o passado como algo que “[...] não pode ser totalmente apreendido, ficando sujeito às diversas interpretações, que não excluem contaminação do nosso cotidiano no presente” (2003, p. 42). Isto significa, de acordo com Shanks e Tilley (1987), que “[...] o passado, então, já passou; ele não pode ser recapturado em si, revivido como objeto. Ele somente existe agora em sua conexão com o presente, na prática presente da interpretação” (SHANKS; TILLEY, 1987, p. 26 apud SCHIAVETTO, 2003, p. 42).

Com base nessa abordagem subjetiva, passa-se a admitir o caráter discursivo da Arqueologia enquanto ciência. Discurso este que vai ser construído através de uma visão interdisciplinar (SCHIAVETTO, 2003). Como consequência disso, as demais correntes começam a ser repensadas e abordadas a partir de outros contextos, tornando assim a Arqueologia um campo crítico, autorreflexivo e voltado para as questões sociais (SCHIAVETTO, 2003).

Seguindo esta linha de pensamento, nos propusemos a analisar as histórias trágicas da guerra por meio dos vestígios materiais (estruturas, documentos e iconografias). Nesse sentido, buscamos discutir a respeito das versões existentes sobre os ataques no litoral sergipano e os seus reflexos na sociedade, como por exemplo, onde e como ocorreram os ataques? Quais os reais motivos das perseguições dos brasileiros contra os estrangeiros descendentes de alemães e italianos? Como ocorreram as manifestações populares a favor da declaração de guerra? Quais as consequências da crise econômica causada pelo isolamento naval, entre outros questionamentos.

Podemos dizer então, que partimos das histórias da minoria, ou seja, dos excluídos da versão oficial apresentada nos livros didáticos, para abordar os diversos contextos de um conflito de amplitude mundial, sendo que isso só foi possível devido ao enfoque arqueológico que, através dos vestígios materiais presentes em Sergipe, nos possibilitou dar vozes às pessoas comuns em seus cotidianos durante o período bélico. Segundo Rambelli (2003) citando Funari (1998, 1999), é justamente por “ouvir” os diversos grupos da sociedade, que a Arqueologia é considerada como uma das ciências sociais mais democráticas.

Nesta perspectiva, o arqueólogo assume o papel de mediador entre os vestígios do passado e o seu presente, sendo assim um agente social ativo capaz de gerar mudanças na sociedade em que vive, por meio do conhecimento produzido através das análises e interpretações da cultura material. Deste modo, o pesquisador procura construir uma *práxis* arqueológica que possibilite tanto conhecer, como criticar e, principalmente, transformar o mundo em que vive (MCGUIRE, 1999 apud RAMBELLI, 2003; MCGUIRE, 1999 apud FREIRE, 2013).

Diante do que foi apresentado, afirmamos que um dos objetivos desta pesquisa foi tornar estes fatos importantes da história local e também nacional ampliados ao conhecimento da população, que em sua maioria, nem imagina que os reflexos da Segunda Guerra Mundial chegaram ao Brasil tendo como porta de entrada o litoral sergipano, palco das investidas dos torpedeamentos nazistas contra os navios brasileiros. Além disso, informar que estes

episódios ainda estão materializados tanto através dos sítios arqueológicos de naufrágios, como dos Cemitérios dos Náufragos, localizados em Aracaju.

A respeito dos arqueólogos que abandonaram o enfoque da corrente de pensamento processual, voltado mais para a cultura, e ousaram enveredar suas pesquisas com base no viés pós-processual, que privilegia as questões ligadas à sociedade, estes começaram a encarar, segundo Orser (1992, p. 69), “[...] os materiais arqueológicos não como reflexos de processos culturais gerais, mas como fonte importante de informação sobre a interação social dos grupos”. Afinal, a sociedade se constitui de indivíduos que interagem, ou melhor, “[...] de redes complexas de relações sociais que formam e conformam a sociedade como resultado de sua interação” (1992, p. 69). Dessa maneira, a Arqueologia Social, a qual o pós-processualismo está associado, passa a utilizar o material arqueológico na tentativa de:

[...] esclarecer e entender a natureza destas complexas relações sociais. Não perdendo de vista o fato de que estas relações sociais são históricas, os arqueólogos sociais encaram a natureza de qualquer conjunto específico de relações sociais como fortemente ligada a um local e época específicos. Qualquer tentativa de remoção das relações sociais de seu contexto histórico acarretará um entendimento frágil a seu respeito (ORSER, 1992, pp. 69-70).

Diante da apresentação dos fundamentos teóricos que embasaram a nossa pesquisa, cabe elucidar agora, as definições e os objetos de estudo da Arqueologia Histórica, a qual nos forneceu múltiplas fontes de informações para as análises da cultura material proveniente da tragédia naval, ocorrida em Sergipe, durante a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Orser (1992), autor da obra clássica *Introdução à Arqueologia Histórica* – primeiro manual de Arqueologia Histórica traduzido em língua portuguesa⁴ –, as principais fontes de informações desta vertente são: “[...] os artefatos e as estruturas, a arquitetura, os documentos escritos, as informações orais e as imagens pictóricas” (1992, p. 31). Através delas, buscamos corroborar e/ou confrontar os dados de maneira crítica objetivando, assim, uma melhor compreensão do cenário da guerra.

Conforme Orser, esta área de pesquisa é considerada contemporânea, já que foi organizada oficialmente apenas nos anos de 1960. Segundo Funari (2002, 2007), esta disciplina se debruça sobre o estudo das sociedades com escrita e incorpora duas vertentes, uma norte-americana e outra inglesa que representa a Europa. Sobre sua conceituação, Orser

⁴ Tradução e apresentação de Pedro Funari (1992).

(1992) afirma que foi definida como sendo “[...] o estudo arqueológico dos aspectos materiais em temas históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje” (1992, p. 23).

No entanto, vale destacar que seu foco principal “[...] refere-se às manifestações materiais do mundo, em rápida transformação, posterior a cerca de 1500 d. C” (ORSER, 1992, p. 23). Dessa forma, este viés da Arqueologia permite o estudo do passado recente, o qual “[...] incorporou muitos processos, perspectivas e objetos materiais que ainda estão sendo usados em nossos dias” (1992, p. 28). Diante disso, podemos dizer que a Arqueologia histórica proposta por Orser (1992), se detém a investigação da sociedade moderna, capitalista ou protocapitalista, isto é, da sociedade em que estamos inseridos e que somos herdeiros.

Dentro desse contexto, inclui-se o estudo da Segunda Guerra que é considerada como o maior conflito da História mundial. E que de acordo com o escritor Luis Fernando Veríssimo, no prefácio do livro *U-507 – O submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial*, de Marcelo Monteiro (2013, p. 5), “ainda restam detalhes não examinados, bastidores a serem explorados e fatos obscuros a serem esclarecidos, de uma guerra da qual se imaginava saber tudo”.

As diversas pesquisas realizadas ao longo do tempo no campo da Arqueologia têm demonstrado que esta disciplina “[...] não é uma simples *ancilla*, serva ou auxiliar da documentação escrita e da ciência da História, pois a cultura material pode não só complementar as informações textuais, como fornecer informações [...] não disponíveis e até mesmo confortar-se às fontes escritas” (FUNARI, 2002, p. 1).

Dentro desse contexto se inserem “os documentos históricos” entendidos “[...] como ‘artefatos’, algo produzido pela ação humana consciente” (ORSER, 1992, p. 26), os quais contribuem para uma melhor compreensão da sociedade moderna. Além dos documentos, a Arqueologia histórica vai se utilizar dos conhecimentos científicos de outras áreas, passando a adquirir assim, um caráter multidisciplinar com um amplo leque de fontes de informações (ORSER, 1992).

Para Orser (1992), a Arqueologia enquanto ciência humana ultrapassa a mera coleta e descrições de artefato e assume um papel de ciência crítica, que produz interpretações sobre a sociedade em que a cultura material está inserida. Ela estuda, por exemplo, o patrimônio material de comunidades concretas e ressalta não só as práticas cotidianas, mas também os “[...] sonhos e imaginação [...] do fazer e do viver de uma sociedade” (1992, p. 9). Afinal,

“[...] nada melhor do que o mundo material que nos envolve, para compreender a sociedade, suas transformações e conflitos” (1992, p. 10).

Nas últimas décadas, a Arqueologia histórica preocupada com a análise da sociedade voltou sua atenção para “[...] os mecanismos de dominação e resistência e, em particular, nas características materiais do capitalismo” (LITTLE, 1996 apud FUNARI, 2002, p. 1). As tendências historiográficas e o gênero literário também têm fornecido quadros discursivos sobre o passado, que servem de contexto histórico para o estudo arqueológico das sociedades (FUNARI, 2002).

Contudo, vale ressaltar que a pesquisa arqueológica pode ir além dos quadros estritos da historiografia baseados na escrita (BURKE, 1995 apud FUNARI, 2002), já que se utiliza não só desta fonte, mas também do estudo da cultura material que possibilita tratar de temas que são simplesmente ignorados pela documentação, como é o caso da vida cotidiana (FUNARI, 2002). Sobre isso, Rambelli (2003) citando Funari (1998, 1999) afirma que: “[...] a Arqueologia pode - e deve - ‘ouvir’, através da análise e interpretação da cultura material, as vozes caladas - ou pouco pronunciadas - das pessoas comuns em seus cotidianos, dos oprimidos, enfim dos excluídos do processo elitista de construção da História Oficial” (2003, p. 24).

Nesse sentido, as histórias dos sergipanos sobre a guerra demonstram claramente as feições da construção da História, a qual não deve se limitar apenas aos grandes feitos heroicos dos políticos e dos militares, mas abranger as ações e reações da população, que é a grande maioria, mas que infelizmente nos livros se tornam a minoria, já que as suas histórias são pouco pronunciadas, como por exemplo, as histórias dos sobreviventes dos naufrágios; as impressões das comunidades litorâneas que socorreram os naufragos e auxiliaram as autoridades no enterramento das vítimas; as manifestações populares contra os ataques; as mudanças ocorridas na paisagem de Aracaju com a preparação da guerra, entre outras.

Um dos temas contemporâneos mais estudado pela Arqueologia histórica tem sido as relações de poder (MILLER et al., 1995 apud FUNARI, 2002), que podem ser percebidas através das ações de dominação e de resistência (MCGUIRE; PAYNTER, 1991 apud FUNARI, 2002), conflitos de classes, desigualdades (BOND; GILLIAN, 1994 apud FUNARI, 2002), colonizadores e colonizados (SAITTA, 1992 apud FUNARI, 2002) e nas formas econômicas e políticas daí geradas.

A guerra, por exemplo, representou tudo isso demonstrando de maneira clara uma situação em que as forças de dominação e resistência estavam fortemente presentes, tanto no contexto político, como no social e econômico. No caso da Segunda Guerra Mundial, sabe-se

que as nações do Eixo tentaram impor o seu domínio sobre outras nações, que posteriormente, se tornaram Aliadas. Diante desse embate de forças e disputas por poder, todas as esferas foram mobilizadas, a exemplo da sociedade que, em nome dos jovens reservistas, foi convocada para assumir a tarefa militar, além da produção industrial que também sofreu mudanças, pois se voltou para o esforço de guerra. Neste cenário, surgiram muitas resistências no contexto social aracajuano, tal como, as perseguições sofridas pelos estrangeiros descendentes de alemães e italianos, que tiveram que reprimir suas identidades e culturas para não sofrer retaliações.

Sobre a análise da cultura material, através dos métodos arqueológicos, pode-se dizer que ela possibilitou aos estudiosos conhecer as tensões sociais refletidas no cotidiano da sociedade (FUNARI, 2002). Nesse sentido, surgiram críticas quanto aos “[...] modelos normativos de cultura, cujos pressupostos de homogeneidade social não parecem encontrar respaldo nem nos estudos da cultura material, nem na teoria social contemporânea” (2002, p. 3).

De acordo com Funari (2002), a Arqueologia histórica tem se debruçado cada vez mais sobre:

[...] o próprio campo discursivo da disciplina e da formação de conceitos modernos que moldam, de maneira invisível, os discursos possíveis. Multiplicam-se os estudos sobre a invenção de quadros interpretativos, com ênfase na História das Arqueologias, como procedimento heurístico indispensável para a crítica das práticas discursivas, no interior da disciplina (2002, p. 3).

Funari (2002) ainda afirma que nos últimos anos, vários pesquisadores têm demonstrado em seus trabalhos a importância do diálogo através da interdisciplinaridade e a importância da multiplicidade de temas. As pesquisas apresentam cada vez mais uma variedade de interesses e sujeitos em confrontos, como por exemplo, agentes sociais como as mulheres e os grupos étnicos que começaram a ser introduzidos nas pesquisas, além das diferentes ideologias presentes na sociedade. Neste sentido, podemos dizer que o aspecto central desta disciplina passou a ser a pluralidade e a heterogeneidade que existem nas sociedades tanto do presente, como do passado (FUNARI, 2002).

No Brasil, a Arqueologia histórica passou a ampliar o seu campo de investigação a partir de 1980, devido ao favorecimento do contexto histórico vivenciado pelo país, que

estava em um período de transição entre o regime político da ditadura militar para o regime civil democrático, tendo ocorrido durante esse tempo de mudança, o enfraquecimento da censura e a restauração das liberdades públicas (FUNARI, 2005).

O desenvolvimento dessa abordagem ocorreu tendo como base, os estudos da cultura material associados aos grupos subalternos, como: os “[...] indígenas, negros, mulatos, libertos, pobres, caboclos, sertanejos” (FUNARI, 2005, p. 5), imigrantes, entre outros excluídos, que não puderam escrever a sua própria história.

Diante disso, nota-se que esta disciplina tem como objetivo “[...] resgatar as vozes, os vestígios e os direitos de nativos, negros e de todos os outros excluídos das narrativas dominantes” (FUNARI, 2005, p. 5), ou seja, recuperar a memória desses grupos sociais, buscando assim, reinterpretar a historiografia oficial. Nesta perspectiva destacam-se: “[...] os estudos arqueológicos das missões jesuíticas [...], de patrimônios materiais urbanos, [...] estudos de quilombos e da cultura material de origem africana” (ORSER, 1992, pp. 10-11).

Além da cultura material analisada nesses sítios, segundo Symanski e Gomes (2013, p. 300), outros contextos também receberam atenção a partir de um pensamento “[...] marcado pela rejeição aos modelos que privilegiavam a perspectiva dos grupos dominantes, focalizando-se na agência dos grupos subordinados e nas trocas envolventes”. Esses estudos revelaram aspectos da vida cotidiana e, de certa forma, desmistificaram os discursos e visões de mundos construídos pela documentação oficial que, geralmente, abordava os grupos subalternos, ou seja, os homens comuns, como figurativos na História (ORSER, 1992).

Face ao exposto, podemos dizer que a Arqueologia histórica “[...] contribui significativamente para uma mais completa compreensão da sociedade brasileira, reconstituindo, através dos artefatos, vozes abafadas, práticas esquecidas, culturas reprimidas” (ORSER, 1992, p. 11). Exemplo disso são as histórias dos sergipanos referentes ao período bélico, que nos últimos anos têm sido, mesmo que timidamente, exploradas pelos pesquisadores na tentativa de demonstrar o contexto vivenciado naquela época, tanto através dos depoimentos dos sobreviventes dos naufrágios, como através da reação da população, inclusive, evidenciando as experiências de alguns estrangeiros que moravam em Aracaju e que sofreram represálias e perseguições, sendo acusados de colaborar com os ataques das embarcações, como foi o caso do italiano Nicola Mandarinio, que teve sua residência e seus estabelecimentos comerciais depredados pela fúria do povo.

É preciso ressaltar que, ao longo dos anos, esta disciplina foi se consolidando e com isso novos objetos de estudo passaram a fazer parte do foco das pesquisas e das discussões arqueológicas. Nesse contexto, se incluem as senzalas, os engenhos, as estruturas domésticas

urbanas e rurais, os povoamentos de mineração, os cemitérios, as lixeiras coletivas, entre outros (SYMANSKI; GOMES, 2013). Os diversos estudos possibilitaram importantes reflexões sobre a pluralidade étnica e cultural, além despertar os aspectos públicos da Arqueologia, tanto com relação às leis de proteção do patrimônio arqueológico e da questão educativa, bem como da defesa dos direitos da população em geral (FUNARI, 2006). Seguindo essa linha de pesquisa, que também inclui as estruturas cemiteriais enquanto objetos de investigação. É necessário sublinhar que foi realizado um estudo sobre a cultura material presente nos dois Cemitérios dos Náufragos construídos em Aracaju, no contexto da Segunda Guerra, e que será apresentado mais à frente (no capítulo III).

Outro aspecto importante a ser enfatizado sobre a Arqueologia histórica é que ela se desenvolveu sob a influência das correntes de pensamentos teóricos e, a partir delas, foi englobando em sua abordagem variada, novos temas e enfoques que permitiram (re)interpretar e reconstituir as histórias e o cotidiano das sociedades por meio de uma dialética entre presente e passado. Conforme Arno Kern citado Orser (1992, p. 10), “[...] esta imensa tarefa de resgate do passado para o presente é uma responsabilidade da qual dificilmente alguém poderá se furtar, pois é um compromisso com a própria sociedade”.

Por este motivo, nos propusemos a pesquisar esta marcante passagem histórica sobre a guerra, a qual foi esquecida durante décadas, e que só recentemente tem sido estudada. A finalidade foi demonstrar, através dos vestígios arqueológicos, as consequências dos torpedeamentos no litoral sergipano destacando seus reflexos no interior da sociedade. Esta pesquisa também se propôs a homenagear as pessoas que perderam suas vidas como vítimas da guerra e que estão enterradas em solo sergipano, servindo assim como uma espécie de mensagem de “[...] não esquecimento e de não repetição” de atos de guerra (POLONI, 2014, p. 2). Contudo, cabe esclarecer que este período bélico está sendo lembrado não como uma forma de gerar tristeza e dor nos parentes e amigos que perderam seus entes queridos nessa época, mas como uma maneira de lembrar que em períodos de guerra tudo é ruim e por isso ela deve ser evitada.

Por fim, diante dessas considerações a respeito das abordagens teóricas e metodológicas, convém destacar, nesse momento, como o campo da Arqueologia vem trabalhando ao longo dos anos temas ligados à repressão, conflito e guerra.

1.2 - Arqueologia da Repressão, Conflito e Guerra

Neste subcapítulo, vamos mostrar como os pesquisadores têm abordado os temas ligados à repressão, conflito e guerra, partindo do estudo da cultura material, a começar com o enfoque da Arqueologia da Repressão, que tem sido trabalhado por alguns arqueólogos brasileiros e estrangeiros, a exemplo de Pedro Funari, Rita Poloni, Andrés Zarankin, entre outros.

Esta área de pesquisa, segundo Poloni (2014), detém-se ao estudo da relação entre repressão e ciência, envolvendo assim a análise dos vestígios materiais relacionados ao contexto de terrorismo de Estado provocado, tanto por governos ditatoriais, como democráticos, “[...] nos quais a repressão e ou a violência desmedida contra a população ou um grupo são tomados como objeto de demanda social e de investigação científica” (POLONI, 2014, p. 1).

Vale destacar que, o desenvolvimento da Arqueologia enquanto ciência moderna está intimamente ligada à formação dos Estados Nacionais e suas ideologias. Dessa maneira, as pesquisas envolvendo contextos repressivos nos possibilitam um melhor entendimento sobre a relação entre ciência e política, demonstrando assim a influência desta última, sobre os arqueólogos e suas pesquisas em todas as nações (POLONI, 2014).

Exemplo disso, ligado ao nosso tema da Segunda Guerra, são os estudos realizados pelo arqueólogo Gustav Kossina, que inspirado por um patriotismo fanático, elaborou o livro *A Origem dos Germanos* (1911), através do qual configurou uma fantasiosa glorificação da pré-história germânica, visualizando essa raça como biologicamente pura, sendo assim considerada a mais talentosa e criativa de todos os povos indo-europeus. Esse tipo de pensamento foi cultivado pelos políticos nazistas, que o colocaram como justificativa de tentar impor a sua dominação, já que se consideravam como uma raça superior – a ariana. Nesse sentido, a pesquisa de Kossina ajudou a reforçar ainda mais o nacionalismo germânico. Após a sua morte, em 1931, ele foi inclusive prestigiado pelo regime nazista, que criou diversas cadeiras nas universidades alemãs para os seus seguidores (TRIGGER, 2004).

No Brasil, o campo de estudo da Arqueologia da repressão tem sido abordado de maneira ímpar pelos arqueólogos Pedro Funari, Andrés Zarankin e José Alberioni dos Reis, que organizaram a obra *Arqueologia da Repressão e da Resistência - América Latina na era das ditaduras (1960-1980)*, publicada em 2008. O livro destaca a importância que atualmente a Arqueologia ocupa no âmbito nacional e internacional, sendo considerada como um “[...]”

instrumento fundamental para o estudo das sequelas do terrorismo de Estado [...] e para o avanço da justiça em vários países” (2008, p. 21).

As pesquisas realizadas a partir da cultura material têm contribuído de forma significativa para a reconstituição de cenários, construção de memórias e compreensão desse passado ditatorial recente ocorrido no século XX (BARETTA, 2014). Nesse sentido, a materialidade passa a ser “[...] vista de maneira ativa na construção dos sujeitos e das subjetividades” (2014, p. 9).

Dentre os vestígios analisados, estão os sinais deixados em prisões oficiais e clandestinas, objetos pessoais, indumentárias, além dos restos mortais dos desaparecidos que foram encontrados em cemitérios clandestinos, valas comuns ou enterrados sem identificação. As análises desses vestígios têm permitindo identificar algumas vítimas ou, pelos menos, as causas das mortes através do entrecruzamento das fontes materiais, documentais e orais (BARETTA, 2014), as quais podem ser encaradas como “[...] interdependentes, complementares e contraditórias ao mesmo tempo [...]” (FUNARI; OLIVEIRA, 2008, p. 143).

No caso dos ataques de guerra ocorridos em Sergipe, a cultura material utilizada para a análise do contexto trágico-marítimo foram as seguintes: os dois Cemitérios dos Náufragos e o Farol de Aracaju (através da pesquisa de campo), além das embarcações, dos biofatos, das indumentárias, dos objetos pessoais das vítimas, dos carregamentos dos navios, das baleeiras (por meio das fontes iconográficas, documentais e jornalísticas).

As possibilidades de investigações apresentadas pela Arqueologia da repressão são amplas. As pesquisas podem se debruçar, por exemplo, sobre as táticas de repressão, de resistência, os usos dos espaços utilizados para a realização dessas práticas, as histórias de personagens que vivenciaram essa época, a produção material que caracteriza as ações e oposições contra os governos repressivos, além de explorar o próprio campo arqueológico, isto é, buscar entender como ele tem sido utilizado, orientado ou limitado durante esses regimes (POLONI, 2014).

Poloni (2014) ainda afirma que, esse tipo de estudo abrange um amplo campo de investigação referente à:

[...] resistência, combate, prisão, julgamento, tortura, morte e desaparecimento [...], e engloba a materialidade inerente à construção dos mecanismos de poder, [...] relacionados aos aparelhos repressivos, como forma de compreensão ampla das

ações desses governos e lideranças, bem como do próprio campo científico dialógico aos mesmos (2014, p. 3).

Inclui também o estudo sobre o silêncio, a coerção de pessoas e a proibição de assuntos referentes tanto a opositores políticos, quanto a outros profissionais que atuaram durante o período, em particular, os profissionais da área de Arqueologia (POLONI, 2014).

Muitos desses exemplos citados acima podem ser utilizados na pesquisa sobre Sergipe. Afinal, naquele ano de 1942, surgiram inúmeros “quebra-quebras” envolvendo parte da população contra os estrangeiros e brasileiros considerados “espiões” e “traidores da pátria”; ocorreram também várias prisões de suspeitos considerados nazistas; houve repressão com relação a esses descendentes de alemães e italianos em Aracaju; o pelotão da cavalaria também reagia de maneira violenta e abusiva, na tentativa de impor a ordem entre os populares; e os meios de comunicação foram censurados pelo governo através do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP). Fundamentado nesses dados, podemos dizer que, todas essas ocorrências descritas acima, derivaram de ações dos governos ditatoriais (nazifascista), que provocaram os ataques bélicos e resultaram na morte de centenas de pessoas, dentre elas, vários sergipanos.

Nota-se então que, esta abordagem da Arqueologia da repressão é importante na medida em que busca elucidar as ações praticadas pelos governos e as consequências sofridas pela sociedade, na tentativa de compreender esses períodos obscuros da História, que ainda hoje assolam milhares de famílias que tiveram parentes e amigos vitimados por esses regimes ditatoriais. Neste cenário, essas pesquisas se inserem como “[...] ações de garantia de não-repetição e não esquecimento” (AÍNSA, 2006 apud POLONI, 2014, p. 2) dessas histórias, contribuindo assim para a “[...] reparação simbólica das vítimas” (POLONI, 2014, p. 2).

Portanto, corroboramos com Poloni (2014) quando afirma que, o objetivo deste viés arqueológico é abordar, discutir e divulgar o tema através de um debate constante entre a população e o seu passado. E, a partir disso, dialogar com os diversos discursos a respeito dos contextos repressivos buscando reconhecer essas práticas e dar vozes as histórias relegadas pela historiografia oficial.

Além disso, convém observar que as pesquisas também contribuem para “[...] contextos criminais [...] por meio da Arqueologia forense enquanto Arqueologia pública” (FUNARI; CARVALHO, 2009 apud BARETTA, 2014). Afinal, a Arqueologia como campo científico autônomo é capaz de produzir discursos que podem corroborar, questionar e/ou contradizer outros discursos (POLONI, 2014) contribuindo, dessa forma, para a construção de

um conhecimento que tem importante papel ativo dentro da sociedade em que é produzido (HODDER, 1984 apud SHANKS; TILLEY, 1987), principalmente para as gerações que vivenciaram esse passado doloroso e que ainda guardam as memórias dele (BARETTA, 2014).

A respeito disso, vale evidenciar que algumas das pessoas que vivenciaram o período da Segunda Guerra, ainda estão vivas, e elas representam para a Arqueologia, importantes fontes de informações orais. Afinal, através desses depoimentos primários é possível reescrever as histórias a respeito da guerra, e assim poder demonstrar tanto as contradições, como os novos olhares partindo não da versão dos “heróis”, mas das pessoas comuns que também participaram da construção da História.

Outra vertente que tem sido bastante explorada pelos pesquisadores brasileiros é a Arqueologia do Conflito. Este enfoque de estudo teve recentemente seu fundamento epistemológico discutido pelos arqueólogos Funari e Oliveira, na obra *Arqueologia da Repressão e da Resistência* (2008), já citada anteriormente. Segundo os autores, esta abordagem propõe, a partir da cultura material, compreender a história da sociedade baseada em seus conflitos e suas lutas sociais. De acordo com Funari e Oliveira (2008, p. 143), “[...] a sociedade caracteriza-se, sempre, pelo conflito e, a partir de uma epistemologia dialética, a experiência dos povos do passado é considerada como parte de um confronto constante entre atores sociais”.

Podemos afirmar que, os inúmeros conflitos gerados nas sociedades surgiram da divisão de classes estabelecidas em cada uma delas. Outros fatores que também contribuíram para a ocorrência desses conflitos foram: a exploração, as contradições internas e as forças de dominação e resistência (FUNARI; OLIVEIRA, 2008). É oportuno frisar que a interpretação desses conflitos deve ser flexível e subjetiva. Deste modo, “[...] podemos interpretar o passado como um conjunto de textos complexos, formando um discurso” (2008, p. 143).

Ao analisar as bibliografias históricas, percebemos que os conflitos, em geral, foram interpretados pelos grupos dominantes, inclusive, as pesquisas arqueológicas até a década de 1960, se debruçavam apenas sobre as histórias das elites contribuindo, assim, para a manutenção das ideologias conservadoras (FUNARI; OLIVEIRA, 2008).

As histórias sobre a guerra também seguiram esse parâmetro, destacado apenas as importantes decisões tomadas pelos políticos, os grandes feitos dos militares que lutaram nas batalhas, as estratégias de defesa e ataque que levaram os países do grupo dos Aliados à vitória, esquecendo-se de destacar a participação e colaboração primordial da população, que também contribuiu direta e indiretamente para o desfecho do conflito.

Contudo, os arqueólogos, com o passar do tempo, começaram a sofrer influências de outras abordagens advindas das ciências humanas e sociais, que já incluíam em seus estudos as histórias dos grupos subalternos. E a partir disso, se iniciaram as pesquisas voltadas para as evidências materiais desses grupos, o que possibilitou “[...] um acesso mais amplo aos grupos sociais pouco representados no registro escrito” (FUNARI; OLIVEIRA, 2008, p. 144).

Segundo Funari e Oliveira (2008), as pesquisas arqueológicas constituem uma importante ferramenta de análise das histórias dos grupos subordinados e ainda possibilita a “[...] transferência de poder para os próprios agentes sociais” (2008, p. 143). Dessa maneira, cabe ressaltar que, as contradições que surgem a partir das diversas interpretações a respeito dos mecanismos materiais associados a contextos repressivos e bélicos, servem para demonstrar a importância que esse tipo de estudo tem sobre o passado da sociedade em geral (FUNARI; OLIVEIRA, 2008). Afinal, a cultura material contribui de forma significativa para a “[...] compreensão da complexidade dos conflitos sociais” (2008, p. 144).

Sobre a interpretação desses conflitos, devemos salientar que está diretamente ligada à maneira como entendemos a própria sociedade. E, ao analisar as fontes bibliográficas percebemos que, de modo tradicional, os arqueólogos vinham considerando-a como “[...] entidades homogêneas e bem delimitadas”, a exemplo do arqueólogo Vere Gordon Childe (FUNARI; OLIVEIRA, 2008, p. 144). Diante disso, vale destacar que esta visão a respeito da sociedade implica na existência de uma vida harmônica, ou seja, exclui a presença dos conflitos (FUNARI; OLIVEIRA, 2008).

Entretanto, sabe-se que “[...] a homogeneidade é um conceito originário de movimentos nacionalistas e capitalistas [...]” (FUNARI; OLIVEIRA, 2008, p. 144), que tem por objetivo manter a ordem social e assim garantir a permanência dos grupos hegemônicos no poder. Logo, contrariando essa visão, consideramos que a sociedade deve ser vista e entendida como uma entidade heterogênea e, portanto, conflituosa.

No caso da sociedade brasileira é notável que os conflitos foram fundamentais na sua formação, desde as lutas entre colonizadores portugueses e indígenas, passando pelos conflitos com os escravos africanos, as guerras de Canudos, os conflitos ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial, os confrontos na Ditadura Militar de 1964-1985, sem falar nas manifestações populares que ainda ocorrem na atualidade (LINO; FUNARI, 2013). A partir deste cenário, corroboramos com Lino e Funari (2013) quando afirmam que: “[...] tudo que é humano está envolto em divergência” e “[...] como já diziam os gregos antigos, ‘o conflito é o pai de todas as coisas’” (2013, p. 1), portanto, faz-se necessário estudá-lo também, através da cultura material.

A abordagem da Arqueologia das Guerras Mundiais é uma vertente pouco explorada e que ainda está se definindo no Brasil. Segundo o arqueólogo Otávio Porto (2013) com base na obra de Neyland (2011), afirma que ela “[...] tem o objetivo de estudar não só os aspectos técnicos dos vestígios remanescentes utilizados nesses períodos de instabilidade política e militar, mas também os aspectos sociais, culturais, simbólicos, religiosos, místicos que se encontram por trás dos artefatos” (2013, p. 21).

Assim como Porto (2013), também consideramos que estes períodos de guerra podem e devem ser estudados por meio dos vestígios materiais, como por exemplo, através dos armamentos, das instalações militares, dos meios de transporte utilizados na época (navios, submarinos e aviões) que também eram espécies de armas, dos campos de batalhas, das trincheiras, das estratégias de combate e defesa, além dos restos humanos e materiais, ou seja, todo vestígio, artefato e estrutura que possa trazer alguma informação a respeito dessas ocorrências bélicas, se tornam indispensável para a compreensão e construção do conhecimento histórico.

Os sítios arqueológicos decorrentes das guerras mundiais são considerados contemporâneos, já que pertencem a um período relativamente recente da História, com um lapso temporal inferior a cem anos do presente (PORTO, 2013). Em agosto do ano corrente, a tragédia sergipana provocada pelo submarino alemão *U-507* aos navios brasileiros *Baependy*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo*, completará 73 anos.

Esses episódios navais, ocorridos em 1942, foram de grande importância tanto no âmbito regional, como no nacional. Afinal, os torpedeamentos nazistas deixaram centenas de mortos espalhados pelas praias sergipanas e transformaram a capital em vítima de guerra (CRUZ, 2012). A tragédia comoveu e revoltou a população brasileira que “pressionou”, ou melhor, foi induzida pelos discursos divulgados na imprensa, a “apoiar” o governo na Declaração de Guerra contra os países do Eixo.



Figuras 1 e 2 - Manifestações populares ocorridas após os torpedeamentos dos navios brasileiros⁵.

Foram estes acontecimentos marcantes que nos motivaram a produzir esta pesquisa científica, através da qual apresentamos o contexto social, político e econômico de Sergipe surgido com a tragédia. Apontamos também as possíveis localizações dos naufrágios, além de mostrar as análises feitas a partir da cultura material – representada através dos registros fotográficos –, restos trazidos pela correnteza do oceano até as margens das praias sergipanas, e que representaram a chegada da Segunda Guerra Mundial ao território brasileiro.

O estudo da Arqueologia voltado para o tema da guerra “[...] dentro de um contexto histórico, se propõe a estudar os testemunhos materiais remanescentes dos períodos belicosos, dando ênfase ao cunho social que existe por detrás da cultura material” (PORTO, 2013, p. 6).

Sobre a cultura material produzida durante este período, Porto (2013) afirma que, após a Segunda Guerra, um grande legado em desenvolvimento foi deixado referente às tecnologias militares para uso civil. No entanto, destaca que esse avanço foi alcançado através de um alto preço, isto é, a “[...] custo de milhões de vidas humanas, transformando o mundo em diversas polaridades políticas até chegar a conjuntura atual” (2013, p. 18).

O estudo da Arqueologia das guerras, nas últimas décadas, tem sido bastante explorado em vários países do mundo. No entanto, no Brasil, esta temática tem sido pouco investigada. Foram realizadas apenas três pesquisas acadêmicas, todas pela Universidade Federal de Sergipe: um trabalho de conclusão de curso feito por Alexandre Santana⁶ (2012) e outro por Otávio Porto⁷ (2010), que acabou dando continuidade aos estudos e elaborou uma

⁵ Fotografias de manifestações populares ocorridas, respectivamente, em Recife (1) e em Minas Gerais (2). Disponíveis em: http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/7151/arquivo3287_1.pdf?sequence=1. Acesso em: 17 out. 2013; www.novomilenio.inf.br/santos/h0292.htm. Acesso em: 05 out. 2013.

⁶ *Arqueologia de naufrágios: Sergipe e os remanescentes da Segunda Guerra Mundial* (SANTANA, 2012).

⁷ *Uma arqueologia da II grande guerra: Sergipe e os sítios de naufrágios* (PORTO, 2010).

dissertação de mestrado⁸. Diante deste cenário, a presente pesquisa se une a estas, com a finalidade de contribuir enquanto referência para a produção bibliográfica da Arqueologia Brasileira, tratando sobre a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em território nacional, a partir do estudo da cultura material.

Vale lembrar que, uma das propostas lançadas por Porto (2013) com relação aos sítios arqueológicos de naufrágios do período da Segunda Guerra foi a muzealização, *in situ*, enquanto ferramenta de divulgação tanto das pesquisas subaquáticas, como desses episódios bélicos pouco conhecidos da população brasileira. É relevante sublinhar que, os sítios subaquáticos desse período envolvem não só as embarcações, mas também os submarinos e as aeronaves naufragadas, além de todos os objetos contidos dentro deles.

Todas essas grandes estruturas construídas, especificamente, a base de matérias-primas como o ferro e o aço, possibilitam uma maior preservação se comparadas a materiais de madeira, por exemplo. Por este motivo, esse tipo de sítio arqueológico constitui uma importante fonte de informação desse período de guerra (PORTO, 2013). Outro ponto relevante a ser destacado é a facilidade de localizá-los devido aos materiais ferrosos que podem ser identificados através de instrumentos tecnológicos utilizados em levantamento geofísicos. No entanto, cabe aqui uma ressalva quanto à identificação, pois a mesma depende da profundidade e da acomodação das estruturas no fundo do mar (NEYLAND, 2011 apud PORTO, 2013).

As informações que podem ser obtidas através da Arqueologia da guerra associada à Arqueologia de ambientes aquáticos, englobam desde os dados tipológicos das estruturas afundadas, passando pelas causas dos naufrágios, as localizações e o estado de preservação dos sítios, além do estudo do “[...] contexto em si, seus aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos e religiosos” (PORTO, 2013, p. 89).

De acordo com as pesquisas bibliográficas, as gerações contemporâneas dos torpedeamentos ocorridos na costa sergipana ainda guardam fortes lembranças da tragédia naval. São memórias de parentes e amigos que perderam seus entes queridos de forma agressiva como vítimas de guerra. Conforme Robertshaw e Kenyon (2008) citados por Porto (2013, p. 90), “A guerra deixa feridas que somente para os que vivenciaram seu cotidiano podem realmente compreender o quão bárbaro ela representa”. Afinal, “Os sentimentos de comoção e tristeza ainda se encontram muito vivos na vida das famílias que foram envolvidas” (2013, p. 90).

⁸ Arqueologia Marítima / Subaquática da 2ª Guerra Mundial: sua aplicabilidade no Brasil (PORTO, 2013).

Com base em Neyland (2011), Porto (2013, p. 90) afirma que a importância dada pelos familiares aos sítios de naufrágios, isto é, aos “[...] restos das embarcações em que seus entes serviram e morreram como sepulturas de guerra é muito favorável para a Arqueologia e para a conservação do patrimônio cultural que estas embarcações representam”.

Já tendo apresentado as abordagens referentes às “Arqueologias” da repressão, conflito e guerra. Mostraremos então, como os estudos desses enfoques podem ser aplicados no contexto sergipano a fim de interpretar alguns dos episódios da guerra.

O primeiro exemplo está ligado ao estudo da Arqueologia da repressão e se refere às estratégias de poder e de domínio exercidos pelos governos ditatoriais, tanto brasileiro, como alemão. Os ataques provocados pelo submarino *U-507*, aos navios mercantes nacionais, faziam parte das medidas adotadas pelo governo totalitário nazista para minar uma das principais linhas de suprimentos que abastecia os Estados Unidos, da qual o Brasil fazia parte transportando carregamentos.

A efetivação dessa estratégia de guerra transformou Aracaju em uma cidade sitiada e trouxe clima de medo, terror, insegurança e violência para a população (CRUZ, 2012). Houve obstrução do tráfego marítimo e o cancelamento de movimentação de mercadorias que afetou seriamente a economia sergipana, chegando a ficarem escassos alguns produtos básicos e outros superinflacionados, como atestam as tabelas de preços de gêneros de primeira necessidade publicadas nos jornais *Correio de Aracaju* e *Diário Oficial do Estado de Sergipe* (CRUZ, 2012; JORNAL CORREIO DE ARACAJU, 1942; DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 1942).

Já a estratégia utilizada pelo governo varguista, após os ataques, foi de omissão de informação. Durante dois dias, após a tragédia, o governo ficou em “silêncio” e não emitiu nenhuma nota oficial de esclarecimento sobre os torpedeamentos no litoral brasileiro. Segundo estudiosos, essa decisão foi tomada pelo presidente Getúlio Vargas por receio de provocar pânico na população. Entretanto, outros dizem que essa estratégia foi utilizada por não saber ao certo quem era o agressor, Alemanha ou Estados Unidos. Afinal, havia rumores de que os norte-americanos poderiam ter atacado os navios nacionais só para forçar a entrada do Brasil na guerra (CRUZ; ARAS, 2013).

O medo da ameaça de guerra logo tomou conta dos populares devido às notícias que corriam de boca em boca, afinal, o pronunciamento oficial tardou a chegar. O jornal *Correio de Aracaju*, por exemplo, se justificou apenas no dia 18 de agosto de 1942, dizendo que necessitava de autorização para publicar as notícias referentes aos ataques. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), de acordo com Maynard e Assis (2013), já tinha emitido

“[...] diretrizes quanto ao sigilo e à discrição em torno de atividades marítimas ou eventos que pudessem causar alguma perturbação popular” (2013, p. 62). Dessa maneira, houve um “[...] esforço silencioso da imprensa local que teve que conviver com a correria e as notícias desencontradas que passaram a circular entre os cidadãos” (2013, p. 62).

Os exemplos citados acima se incluem na abordagem da Arqueologia da repressão, já que se referem às ações dos governos ditatoriais; ao surgimento do medo, da violência e das condições difíceis de vida da população nesse período; e também da supressão dos direitos de livre expressão da imprensa através da censura.

Já o segundo exemplo, liga-se ao estudo da Arqueologia do conflito, referindo-se ao surgimento de inúmeros “quebra-quebras” e manifestações internas ocorridas em Aracaju após os ataques. Destaca-se, por exemplo, a revolta de parte da população contra o estrangeiro Nicola Mandarino – comerciante italiano de notoriedade –, que morava há muitos anos em Aracaju e que também tinha fazenda na cidade de Itaporanga - SE (BARRETO, 2007). Ele possuía alguns empreendimentos na capital, como uma grande madeireira mecânica, um armazém de tecidos, uma fábrica de sabão, entre outros (BARRETO, 2005).

Na época dos torpedeamentos, Mandarino foi acusado pelos manifestantes de possuir em sua residência “[...] uma estação de rádio transmissora; de hospedar em sua fazenda [...] tripulantes do submarino alemão [...]; e de possuir grande cópia de armas e munições, somente essa última acusação ficou plenamente constatada” (SANTIAGO, 1942 apud CRUZ, 2012, p. 87), conforme o relatório do inquérito policial sobre o envolvimento de estrangeiros nos ataques (CRUZ, 2012).

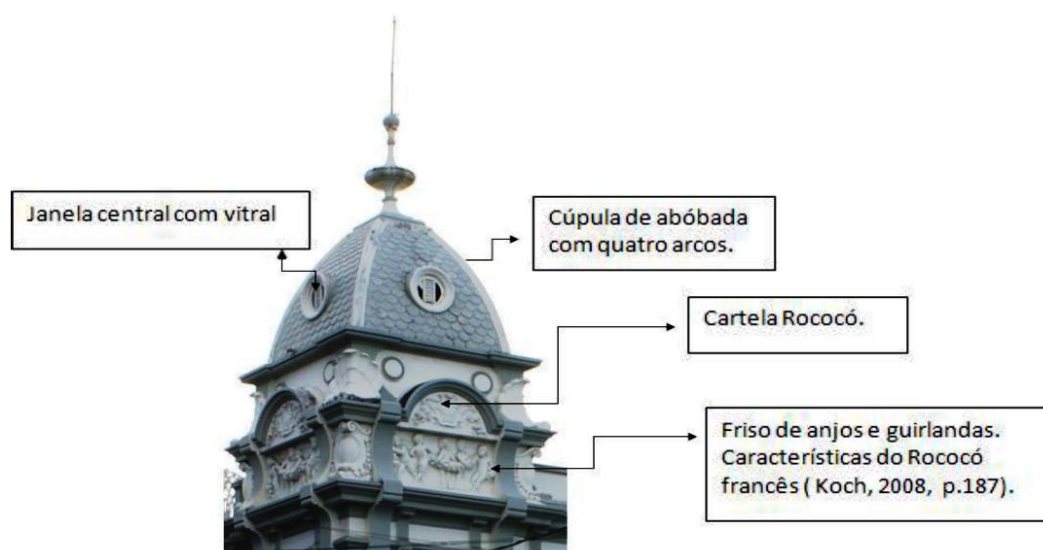


Figura 3 – Torre da residência dos Mandarino. Fonte: Cruz (2012, p. 174)⁹.

⁹ Descrição artística de Loíze Raque Santos Silva, Aracaju 2010 (CRUZ, 2012, p. 174).

A figura 3 mostra a torre da casa de Mandarinino, através da qual, supostamente, as informações eram transmitidas. Foi ela que despertou a desconfiança do povo. Nicola tinha nascido na Itália, país aliado da Alemanha, e por isso foi considerado como espião e sofreu perseguições. Na época, a população raivosa se sentiu no direito de depredar seus bens, desde as lojas até a sua residência. Ele teve “[...] seus móveis, livros e objetos pessoais queimados, no ímpeto furioso dos sergipanos agredidos pela guerra” (BARRETO, 2005, p. 2).

Dentro da abordagem arqueológica, a casa de Mandarinino é considerada como uma estrutura, conforme Orser (1992), que pode ser estudada a partir de sua materialidade, de seu destaque na paisagem e dos múltiplos significados perante a sociedade. Podemos pesquisar desde os materiais utilizados na sua construção, passando pelo estilo arquitetônico até chegar às alterações sofridas nos cômodos, que podem dar indícios de informações a respeito de possíveis mudanças de atitudes sociais ou culturais, ocorridas diante dos acontecimentos históricos.

De acordo com Ennes (2011), a residência de Nicola, localizada no centro da cidade, apesar de possuir muitos ornatos era de estilo leve e também única em seu gênero na cidade de Aracaju. Ela foi construída, por coincidência, na mesma época em que um grupo de italianos tinha sido contratado pelo governo para realizar reformas em prédios públicos. Mas, a casa de Mandarinino não seguiu os padrões artísticos desse grupo, provavelmente, como “[...] era negociante muito relacionado com o Rio de Janeiro não lhe seria difícil buscar ali o projeto de sua residência” (PORTO, 2003, p. 37 apud ENNES, 2011, p. 6).

O exemplo citado acima, sobre o conflito envolvendo Nicola Mandarinino e os aracajuanos, se insere no enfoque da Arqueologia do conflito. Diante disso, é pertinente questionar sobre os reais motivos que impulsionaram os atos de “quebra-quebras” e de depredações. Será que eles foram motivados apenas por ações e reações patrióticas? Será que podem estar ligados a motivos mais profundos, como por exemplo, o conflito de classes (populares x comerciante rico) e conflitos étnicos (brasileiros x estrangeiros)?

Segundo Cruz (2012), o conflito em torno de Nicola estava cercado de intenções que ultrapassavam o sentimento de nacionalismo e acabava provocando desforra, como por exemplo, motivos políticos relacionados à “[...] acerto de contas entre militantes comunistas e os antigos adeptos do integralismo”; conflito étnico que provocava “[...] a inveja dos comerciantes locais” com relação às boas condições de vida alcançadas pelos comerciantes estrangeiros; e por fim, a atitude de puro vandalismo e excesso desses grupos em saquear e destruir as coisas do “outro” (CRUZ, 2012, p. 88).

O terceiro e último exemplo trata da Arqueologia da guerra. Afinal, a dimensão da tragédia ocorrida em águas sergipanas pode ser medida através dos registros iconográficos encontrados no Arquivo Público do Estado de Sergipe. Uma das fotografias analisadas captou parte do cenário da guerra – uma praia sergipana – onde foram encontradas as possíveis cápsulas dos torpedos que teriam atingido as embarcações. A presença desses vestígios belicosos, em território nacional, representou parte das provas concretas de que a guerra já tinha chegado ao Brasil.



Figura 4 - Possíveis estojos das cápsulas dos torpedos que atingiram os navios mercantes na costa de Sergipe. Fonte: Arquivo Público do Estado de Sergipe.

Segundo a pesquisa realizada por Monteiro (2013), a respeito dos armamentos e munições existentes no submarino *U-507*, nos informa que “[...] os torpedos eram armazenados no convés, em um compartimento especial, do lado de fora da cápsula de pressão do submarno. Cada um tinha cerca de sete metros de comprimento, com um peso aproximado de 1,5 toneladas (cerca de 300 quilos de explosivos) e meio metro de diâmetro” (2013, p. 51). Pelas características descritas, cada um deles tinha a potência de afundar um navio de grande porte (MONTEIRO, 2013).

As investigações arqueológicas relacionadas a estes artefatos bélicos podem se debruçar, conforme as premissas de Neyland (2011) citado por Porto (2013), tanto sobre os aspectos técnicos (dimensão, potência e funcionamento), como também sobre as

consequências causadas pelos seus usos no meio social em que é disparado, ou seja, seus “[...] aspectos sociais, culturais, simbólicos [...] que se encontram por trás dos artefatos” (2013, p. 21). Afinal, esta imagem das cápsulas representa bem mais do que um simples revestimento de explosivo, representa, na verdade, a chegada efetiva da guerra à capital sergipana.

Por meio das análises das cápsulas seria possível identificar o fabricante dos projéteis e, conseqüentemente, o local de origem desse material militar. Dessa maneira, teríamos as provas concretas sobre os agressores dos navios brasileiros, talvez, confirmando a autoria dos alemães – informação descrita, frequentemente, na maioria das fontes documentais – ou contradizendo-a. Afinal, vale destacar que existe outra versão, a de autoria dos norte-americanos. Contudo, somente a pesquisa arqueológica através do estudo da cultura material poderia, segundo Funari (2002), “[...] não só complementar as informações textuais, como fornecer informações [...] não disponíveis e até mesmo confortar-se às fontes escritas” (FUNARI, 2002, p. 1).

De acordo com a documentação encontrada no Arquivo Público do Estado de Sergipe, não há nenhuma informação a respeito das cápsulas ou do que foi feito com elas. O registro fotográfico está inclusive sem identificação por escrito. Nas fontes bibliográficas também encontramos poucas informações. Conforme a publicação do *Edital de Normas da Capitania dos Portos de Sergipe*, do dia 06 de outubro de 1942, esse material assim como os demais advindos da tragédia deveriam, por determinação, serem recolhidos e encaminhados à Capitania dos Portos ou ao 28º Batalhão dos Caçadores (DANTAS, 1942 apud CRUZ; ARAS, 2012). No entanto, de acordo com as informações obtidas na Capitania dos Portos de Sergipe, toda a documentação que diz respeito a esse período histórico foi encaminhada à sua sede, situada no Rio de Janeiro.

CAPÍTULO II – ARQUEOLOGIA DE AMBIENTES AQUÁTICOS E A “GUERRA SUBMARINA” EM SERGIPE

2.1 - Abordagens da Arqueologia de Ambientes Aquáticos

A principal abordagem que conduziu a nossa pesquisa foi a Arqueologia de Ambientes Aquáticos, a qual nos possibilitou analisar a temática da guerra sob um olhar diferente do tradicional: “agrocêntrico” ou “terrestre” (RAMBELLI, 2003, 2006; DURAN, 2008; BAVA DE CAMARGO, 2008). Partimos, então, do enfoque da Arqueologia na versão “molhada”, descrita assim pelo pioneiro dessa abordagem no Brasil, o arqueólogo Gilson Rambelli (1998, 2002, 2003, 2004).

Esta vertente nos possibilitou enxergar os vários significados impregnados na cultura material do período bélico (1942), quando ocorreu o torpedeamento e afundamento das três embarcações brasileiras no litoral de Sergipe e que, posteriormente, os seus restos se transformaram em sítios arqueológicos de naufrágios. Contudo, antes de tratar da cultura material proveniente desta tragédia naval é importante ressaltar as definições e os objetos de estudos que têm sido trabalhados por esta especialidade da Arqueologia (RAMBELLI, 2003).

Assim sendo, iniciaremos com a seguinte afirmação: “As diferenças existentes entre a pesquisa de um sítio arqueológico submerso e a de um sítio arqueológico localizado em superfície não justificam a necessidade de se falar em uma nova ciência, apenas exigem adaptações técnicas arqueológicas ao ambiente aquático” (RAMBELLI, 2003, p. 9). Esta assertiva já esclarece as dúvidas a respeito da questão da cientificidade da Arqueologia de Ambientes Aquáticos, a qual se constitui como mais um ramo da Arqueologia.

No cenário atual, quando se fala em pesquisa que envolve o ambiente “molhado”, o conceito mais abrangente e aceito pelos arqueólogos é o denominado de “arqueologia dos ambientes aquáticos” (DURAN, 2008, p. 76). Esta definição engloba todos os vieses que trabalham com temas voltados para este meio, como a Arqueologia Subaquática, a Arqueologia Marítima e a Arqueologia Náutica. O objetivo dessa abordagem ampla e flexível é promover discussões que venham fortalecer as bases conceituais da área, ao invés de limitá-las com vertentes estanques. Através disso, será possível produzir conhecimento por meio da interação entre elas destacando, principalmente, suas relações com as mais variadas sociedades ao longo do tempo e do espaço (DURAN, 2008).

Dessa maneira, podemos dizer que a Arqueologia de ambientes aquáticos tem como foco o estudo sistemático, a localização precisa e a interpretação do contexto em que se encontra a cultura material submersa, seja nos mares, rios ou lagos, como também a cultura material emersa relacionada a esses contextos pesquisados.

Para entender melhor como essa vertente arqueológica se desenvolveu, vamos voltar um pouco no tempo, especificamente há 50 anos, para contar brevemente como foi o caminho trilhado por esta importante disciplina e promissora área de pesquisa, tanto no cenário internacional como no nacional.

A primeira linha de pesquisa a surgir foi a Arqueologia Subaquática, na década de 1960, a qual seguiu e “[...] segue rigorosamente os mesmos princípios da Arqueologia, utiliza os mesmo conceitos e terminologias, e emprega os mesmo métodos e técnicas” (LIVRO BRANCO, 1995, p. 6). O pioneiro dessa abordagem feita embaixo d’água foi o arqueólogo americano George F. Bass, que desenvolveu ferramentas específicas e adaptou vários métodos e técnicas voltados para esse ambiente (RAMBELLI, 1998, 2002, 2003, 2008; BAVA DE CAMARGO, 2002; DURAN, 2008; PORTO, 2013).

Segundo Rambelli (1998, 2002, 2003), esta abordagem tem como objeto de estudo a cultura material que se encontra submersa ou na interface do ambiente aquático, a qual possibilita reconstituir aspectos do passado e revelar riquezas históricas que estão encobertas pelas águas, como é o caso dos sítios de naufrágios sergipanos da época de guerra, que são desconhecidos da maioria da população.

Rambelli afirma que antes do mergulho científico, já existia uma prática milenar de aventureiros que tomavam contato com os materiais arqueológicos submersos visando, principalmente, a recuperação de cargas de navios afundados e de materiais que poderiam ser reutilizados em outras embarcações. Além disso, havia também pessoas que mergulhavam com o desejo, é claro, de encontrar os tesouros perdidos e com isso enriquecer facilmente (RAMBELLI, 1998, 2002).

Infelizmente, ainda hoje essa mentalidade de “caça ao tesouro” persiste e talvez por isso seja tão difícil conscientizar as autoridades e parte da população sobre a importância e o significado dos sítios arqueológicos submersos, enquanto Patrimônio Cultural Subaquático, que é herança de todos e por isso precisa ser preservado e divulgado (RAMBELLI, 1998, 2002, 2003, 2008; LIVRO AMARELO, 2004).

Os trabalhos que vêm sendo realizados envolvendo a Arqueologia de ambientes aquáticos são de grande relevância porque têm desempenhando um papel ativo, na medida em que estão aproximando a sociedade do patrimônio arqueológico subaquático (RAMBELLI,

2003). E é justamente através desse “[...] elo entre o presente e o passado que será possível criar ações na sociedade atual, possibilitando a construção de ideias acerca da preservação, valorização e autorreconhecimento para com o patrimônio cultural subaquático” (FREIRE, 2013, pp. 28-29) contribuindo, assim, para a formação da identidade cultural brasileira (RAMBELLI, 2002, 2003, 2004).

É nesse contexto que se insere a importância do estudo dos restos dos navios *Baependy*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo*, torpedeados no litoral sergipano durante a guerra, e que posteriormente se transformaram em sítios arqueológicos de naufrágios. Afinal, essas estruturas náuticas também constituem o Patrimônio Cultural Subaquático Brasileiro e representam materialmente os episódios trágico-navais que “arrastaram” o país para o conflito mundial.

A História da Arqueologia aplicada ao ambiente aquático, enquanto objeto de estudo, foi muito bem elaborada por Gilson Rambelli, tanto em sua pesquisa de mestrado *A Arqueologia Subaquática e sua aplicação à Arqueologia Brasileira: o exemplo do Baixo Vale do Ribeira de Iguape* (1998), a qual resultou no livro *Arqueologia até debaixo d’água* (2002), como também em sua tese de doutoramento *Arqueologia Subaquática do Baixo Vale do Ribeira – SP* (2003), além de tantos outros trabalhos que vêm sendo realizados e divulgados pelo pesquisador.

Rambelli (1998, 2002) afirma que, a década de 1940 é considerada o marco inicial do surgimento oficial da Arqueologia aplicada ao ambiente aquático como mais uma especialidade da Arqueológica, devido à criação do “[...] ‘aqualung’ – equipamento de mergulho autônomo que revolucionou as atividades subaquáticas – desenvolvido [...] pelo oficial da Marinha Francesa, Comandante Cousteau, e pelo engenheiro canadense Émile Gagnan” (1998, pp. 15-21).

A primeira tentativa de realização de pesquisa nessa área foi feita em um naufrágio entre os anos de 1952 e 1957, na França, pela equipe de mergulhadores de Jacques Y. Cousteau, sob a orientação do arqueólogo Fernand Benoit, em superfície. Foram recuperadas milhares de ânforas e outros objetos. No entanto, atualmente, esta pesquisa é considerada apenas como uma notável experiência técnica. Dessa forma, o trabalho científico considerado como o primeiro foi a escavação completa realizada pelo arqueólogo George Bass.

[...] entre 1961 y 1964, em cuatro temporadas de campo, BASS, al frente de un grupo del Museo de la Universidad da Pensilvania, realizó la primeira escavación completa bajo el agua, frente a la isla de Yassi Ada, en la costa occidental de

Turquía. Este trabajo constituye uno de los puntos de arranque y consolidación de la Arqueología Subacuática. Asimismo, las técnicas existentes se mejoraron y otras nuevas fueron desarrolladas, de acuerdo a las circunstancias del sitio (LUNA ERREGUERENA, 1982, p. 54 apud RAMBELLI, 1998, p. 22).

Bass, além de ser o pioneiro, também foi o fundador do Instituit of Nautical Archaeology – INA, que atualmente é considerado o centro de referência mundial para os estudos dessa área (RAMBELLI, 2003). Durante a década de 1960, vale destacar que o referido arqueólogo questionou a ausência dos temas náuticos dentro do campo de estudos da Arqueologia e apontou o preconceito existente com relação a essa nova vertente de pesquisa. Como consequência disso, por não ser compreendido, acabou tendo um corte nas verbas que financiavam suas pesquisas, sob a justificativa de que elas eram pouco científicas (RAMBELLI, 2003).

Entretanto, esses acontecimentos não impediram que os resultados dos seus trabalhos ganhassem notoriedade e respeito no âmbito internacional (RAMBELLI, 2003, 2008). Dessa maneira, Bass conseguiu romper com o discurso disseminado pelos “caçadores de tesouros” de que essas pesquisas eram muito arriscadas e dispendiosas (RAMBELLI, 2008).

Nos anos de 1970, o arqueólogo britânico Keith Muckelroy, influenciado pela corrente processual, demonstrou uma preocupação com a questão da teoria, a qual considerava “indisciplinada” dentro da Arqueologia subaquática, chamada por ele de Maritime Archaeology (RAMBELLI, 2003, p. 25). Contudo, segundo o arqueólogo Blot (1999) citado por Rambelli (2003, p. 27), “[...] as observações pioneiras de Muckelroy a respeito da necessidade de um enquadramento teórico para a Arqueologia Subaquática, se mantêm como um farol solitário”.

Muckelroy, então, elaborou o conceito de Arqueologia Marítima como sendo “[...] o estudo científico dos restos materiais do homem e de suas atividades no mar” (MUCKELROY, 1978, p. 4 apud RAMBELLI, 2003, p. 27, tradução nossa). A partir disso, para ele, estava clara a diferença entre esta abordagem e as demais, como por exemplo, a Arqueologia Náutica que se restringia ao estudo da tecnologia naval - construção, tipologia e operacionalidade (RAMBELLI, 2003; DURAN, 2008), e a Arqueologia Subaquática definida “[...] como sendo a pesquisa, de qualquer natureza, realizada embaixo de qualquer corpo d’água [...]” (RAMBELLI, 2003, p. 28).

George Bass (2011) também corroborava com essa diferença, ao afirmar que, “O estudo das culturas marítimas por meio da Arqueologia não é o mesmo que a Arqueologia Subaquática” (2011, p. 3, tradução nossa).

É importante evidenciar que, com o passar dos anos, vários trabalhos nessa área foram se desenvolvendo e com eles, as teorias advindas tanto da corrente Processual, como da Pós-Processual, que embasaram as pesquisas. Segundo Rambelli (2003), os teóricos que tiveram destaque foram: “[...] Gould e Murphy, nos EUA; McGrail, Martin e Adams, na Grã-Bretanha; McCarthy e Green, na Austrália; Elkin, na Argentina, entre outros” (2003, p. 27).

O arqueólogo McGrail (1998) citado por Rambelli (2003), ao perceber algumas restrições da Arqueologia marítima de Muckelroy, resolveu, então, redefini-la como: “[...] o estudo do uso pelo homem de todos os tipos de vias aquáticas, lagos, rios e mares” incluindo aí a Arqueologia náutica (1998, p. 1 apud RAMBELLI, 2003, p. 29).

Já para os arqueólogos Gibbins e Adams (2001, p. 1), esta vertente “[...] incorporou muitos outros tipos de contextos como portos, superfícies de terra submersa e povoações costeiras” (MUCKELROY, 1978, p. 4 apud GIBBINS; ADAMS, 2001, p. 279, tradução nossa). E com o tempo, ela foi se ampliando ainda mais, se aproximando inclusive “[...] do ambiente – intertidal, submerso e costeiro – e de suas fontes materiais: arqueológicas, históricas e etnográficas” (ADAMS, 2002, p. 328 apud RAMBELLI, 2003, p. 28).

Com base nessas premissas, podemos considerar Aracaju, em parte, como uma cidade marítima de acordo com o conceito de Muckelroy, já que foi construída no litoral justamente por causa da necessidade de possuir um porto, em mar aberto, que facilitasse o escoamento da produção. No entanto, nota-se que essa maritimidade não está presente nas práticas cotidianas da população, já que apenas a minoria sobrevive das atividades realizadas no mar. Diante disso, podemos afirmar, então, que o aracajuano é “culturalmente” mais ribeirinho do que litorâneo, costume esse talvez herdado da vivência interiorana, onde se localizava a primeira capital – São Cristóvão.

Ao observarmos a própria organização da edificação da cidade, percebemos que ela está mais voltada para os rios do que para o Oceano Atlântico. Logo, podemos dizer que Aracaju cresceu “de frente para os rios e de costas para o mar”, se incluindo aí no conceito de Arqueologia marítima, elaborado por Gibbins e Adams. Só recentemente, é que a cidade vem se desenvolvendo ao logo da região praiana, mas ainda é possível encontrar praias desertas, assim como na época dos torpedeamentos navais.

No caso do estudo dos sítios arqueológicos sergipanos da época bélica, seguindo esta abordagem, fica claro que, eles não se limitam apenas ao ambiente aquático – sítios de

naufraágios —, eles englobam também o contexto emerso, como as praias onde foram encontrados os destroços dos navios junto às centenas de corpos das vítimas, incluindo aí o Cemitério dos Naufragos, localizado a beira mar, e o outro construído posteriormente para homenagear as vítimas, além do Farol de Aracaju que fez parte desse contexto de guerra marítima.

De acordo com o arqueólogo Leandro Duran (2008), a partir da metade do século XX, sob a influência das ciências humanas, houve um crescimento significativo na produção de trabalhos que tomaram como objeto de estudo a temática marítima. A finalidade das pesquisas era estudar e refletir sobre a relação entre homem e ambiente marítimo. A partir de então, o mar deixou de ser visto apenas “[...] como mero pano de fundo para ações independentes” (DURAN, 2008, p. 83).

Neste cenário, a “maritimidade” presente nas comunidades humanas passou a ser entendida, conforme Diegues (1998, p. 50) citado por Rambelli (2003, p. 31), “[...] como um conjunto de várias práticas (econômicas, sociais e sobretudo simbólicas) resultante da interação humana com um espaço particular e diferenciado do continental: o espaço marítimo”. A respeito desse enfoque, Duran (2008) afirma que:

[...] uma abordagem arqueológica que se preocupasse com o entendimento desse universo como um espaço de vivência e de uso das diferentes sociedades humanas, no tempo e no espaço, foi se tornando cada vez mais evidente. Assim, a cultura material deixava de ser um item meramente salvado das águas para se transformar em exemplar de cultura material produzida por um processo específico de interação entre o homem e os ambientes aquáticos (DURAN, 2008, p. 82).

Nesse sentido, faz-se necessário apresentar o contexto “molhado” em que Sergipe está inserido para compreender por que seu litoral foi alvo dos nazistas, na época da Segunda Guerra Mundial. Contudo, antes disso, é indispensável fazer um breve histórico sobre a relação dos sergipanos, mais especificamente dos aracajuanos, com o ambiente aquático.

2.1.1 – A pequena cidade naval

A pequena Aracaju, capital sergipana, localizada no litoral nordestino possui uma história curiosa com relação a sua fundação, já que esta não ocorreu de forma tradicional. Segundo o historiador Luiz Antônio Barreto (1994, p. 261), em meados do século XIX, “Aracaju nascia como Cidade e como Capital [...]” ao mesmo tempo. Desta maneira, ao contrário da maioria dos municípios brasileiros, que tinham sido construídos espontaneamente, a nova cidade nascia planejada e se destacava, inclusive, como uma das primeiras capitais projetada do país, durante o Governo Imperial. Ela foi fundada em 1855, pela lei provincial nº473 de 17 de março, especificamente para ser a nova sede da Província de Sergipe Del Rey (ARAUJO, 2011; CHOU, 2002).

De acordo com a arquiteta Dora Diniz (2009), o mar foi considerado um dos principais elementos de justificativa para dar origem à nova capital projetada nos moldes de cidade-portuária e que seria erguida ao longo das margens do Rio Sergipe e, em parte, do Oceano Atlântico. Diante disso, pode-se considerar a boa localização geográfica de Aracaju aliada aos interesses econômicos, sociais e políticos da época, como as principais razões para a efetivação da mudança da capital (ALMEIDA, 2008).

Sobre o surgimento da nova cidade, a economista Bárbara Souza (2009) afirmou que:

[...] Aracaju surgiu da necessidade econômica e estratégica da capital da Província [...] possuir um porto moderno para a comercialização internacional do açúcar, sua principal atividade econômica [...]. Além disso, a existência de um porto era sinônimo de modernidade e desenvolvimento, mas as condições geográficas de São Cristóvão, então capital da província, não eram favoráveis à sua construção (2009, p. 56).

Deve-se considerar que, desde o século XVI, havia “[...] uma tendência de substituição das cidades fortalezas por cidades-porto, aliada à facilitação do comércio que esse modelo trazia” (SOUZA, 2009, p. 61). A partir disso, foi propagada a ideia de que as capitais deveriam se situar à beira-mar ou às margens dos principais rios devido à boa localização dos portos (SOUZA, 2009).

De acordo com a geógrafa Sandra Souza (2011, p. 2), o período de implantação da nova capital teve “[...] como estratégia um aparato administrativo intencional [...] nos moldes de cidade portuária, que serviria como um exemplo de progresso liberal”. O crescimento

espacial da cidade só foi possível devido ao sistema de drenagens e aterros, que converteu a região pantanosa em um lugar habitável (SOUZA, 2011). Afinal, o ambiente natural de Aracaju era constituído em domínio aquático com extensos manguezais, lagoas e rios, além de dunas. Por isso, sua ocupação espacial exigia uma mudança no ambiente original (SOUZA, 2011; CHOU, 2002; FRANÇA, 1999).

A respeito disso, Souza (2011, p. 3) afirma que, esta mudança simbolizou “[...] a luta do homem contra a natureza”. Este modelo de “dominação” pode ser mais bem explicado por Almeida (2008, p. 35) baseada tanto nas ideias de Guimarães (2003) como de Diegues (2001), que apontam “[...] a visão antropocêntrica como a vertente ideológica [...] que difunde a ideia de que a natureza deve estar subjugada ao homem a qualquer preço, a seu serviço”. Contrastando com este pensamento, atualmente, presenciamos uma mudança no paradigma do modelo de desenvolvimento urbano, o qual deixa de se fundamentar no antropocentrismo para dar lugar ao “biocentrismo” ou “ecocêntrico”, voltado para as questões referentes à finitude dos recursos naturais e sua preservação (ALMEIDA, 2008, pp. 35-36).

Conforme a geógrafa Vera Lúcia França (1999), durante o planejamento do município, o espaço geográfico se apresentou como um dos principais obstáculos para que o povoado se tornasse a nova sede do Governo. Diante disso, ficou claro o impasse existente entre a prioridade econômica e a necessidade de ocupar e transformar um lugar repleto de áreas inundadas (FRANÇA, 1999).

Baseado nos estudos da especialista em desenvolvimento e meio ambiente, Fernanda Almeida (2008), para resolver este problema foi necessário organizar uma comissão formada por engenheiros e arquitetos, que teve como líder o italiano Sebastião José Basílio Pirro, encarregado de elaborar o plano de urbanização da cidade.

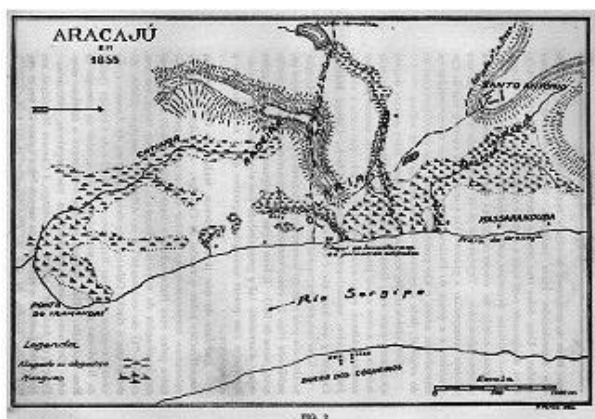
[...] Pirro [...] se prendeu nas malhas de um traçado em tabuleiro de damas, conforme o classicismo imperante no início do século XIX. Diante da urgência da situação, ele não conseguiu fazer um plano que melhor se adaptasse às condições físicas do lugar e que facilitasse as subseqüentes obras de abertura de ruas, proporcionando melhor aspecto à cidade, evitando grandes aterros e facilitando os serviços de drenagem (ALMEIDA, 2008, p. 81).

O arquiteto e urbanista José Teles Chou (2002) afirmou que, para possibilitar a implantação do plano ortogonal, já com as 32 primeiras quadras demarcadas, foi necessário fazer vários aterros para deixar a cidade plana e diminuir os efeitos das marés que tornavam a

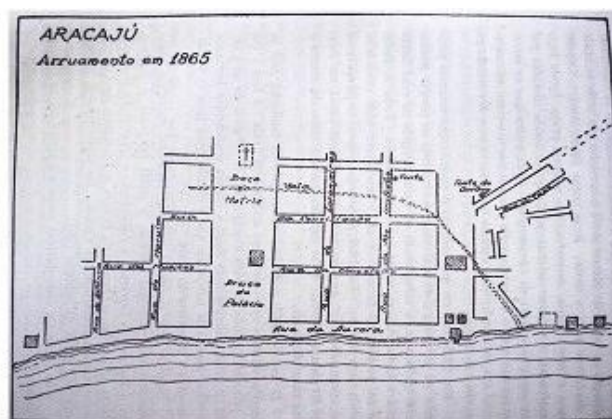
região inóspita. Tais obras foram consideradas o início do processo de saneamento da cidade de Aracaju. A escolha do traçado linear, proposto por Pirro, foi justificada tanto pela facilidade diante do ambiente adverso, como pela pressa em realizar as obras (CHOU, 2002). É preciso ressaltar que, a pressa exigida pelo Presidente com relação ao projeto de edificação da cidade, não permitiu tempo suficiente para que fosse feito um levantamento completo das condições locais da região, fato este, que criou erros irremediáveis que provocam inundações até a hoje (IBGE, 2013).

O plano de ocupação da cidade, segundo França (1999), priorizou a região de planície para ser o centro da capital, sendo construído em formato semelhante a um tabuleiro de xadrez. Contudo, devido aos aterros, a cidade foi alicerçada sobre um enorme sítio de fragilidade ambiental, ficando a apenas quatro a dois metros de altitude (FRANÇA, 1999). No entanto, a autora esclarece que Aracaju não é um caso a parte, afinal, todas as cidades litorâneas tiveram que passar por este mesmo processo de ocupação, como por exemplo, Salvador, Maceió, Recife, Rio de Janeiro, entre outras.

Aracaju começava, então, a ser edificada com base em um plano ortogonal, nos moldes das cidades europeias (CHOU, 2002). Era um quadrado que se limitava ao centro administrativo e não apresentava complexidade aos modernos programas de ordenação urbana. Dessa maneira, a partir da região do atual centro, próximo à colina do Santo Antônio, foi aterrado uma vasta área de manguezais para dar lugar a diversas ruas e edifícios públicos.



Mapa 1 – Vegetação de Aracaju em 1855.
Fonte: Revista de Aracaju, nº02, 1944.



Mapa 2 – Arruamento da cidade em 1865.
Fonte: Revista de Aracaju, nº02, 1944¹⁰.

¹⁰ Mapas 1 e 2. Disponíveis em: <http://aracajuantigga.blogspot.com.br/2011/03/aracaju-156-anos.html>. Acesso em: 11 mar. 2014.

Os mapas apresentados acima mostram a evolução da paisagem urbana de Aracaju, em um período de dez anos, a partir da sua construção em 1855. O mapa 1 destaca a vegetação existente da época, mostrando os locais alagadiços e os manguezais, além do ponto central onde se levantariam os primeiros edifícios da cidade. Já o mapa 2 exhibe o arruamento direcionado às margens do rio Sergipe e evidencia as duas primeiras praças: a do Palácio e a da Matriz.

Segundo Almeida (2008), os primeiros moradores de Aracaju tiveram que se adaptar ao clima quente e ao ambiente aquático do local. Afinal, “[...] a segunda capital sergipana nasceu numa ilha, cercada, ao leste, pela praia, ao norte, por manguezais, ao oeste, por pântanos e, ao sul, por uma depressão inundável” (PORTO, 1991 apud ALMEIDA, 2008, p. 81).

Durante as primeiras décadas, a cidade cresceu inflexível dentro do “Quadrado de Pirro”, a única exceção foi a Rua da Frente que teve seu traçado diferenciado, ganhando uma curva que acompanhou o curso do rio Sergipe, criando assim a bela paisagem da avenida central (CHOU, 2002).

Com base em fontes bibliográficas, o projeto da capital sergipana se apresentou como um desafio à engenharia da época, já que, “Até então, as cidades existentes antes do século XVII, adaptavam-se às respectivas condições topográficas naturais, estabelecendo uma irregularidade no panorama urbano”¹¹. Contudo, Sebastião Pirro junto com sua equipe conseguiu contornar as irregularidades apresentadas pelas condições locais e transformou a cidade de Aracaju em um dos primeiros exemplos de tal tendência geométrica no país (UNIT, 2012).

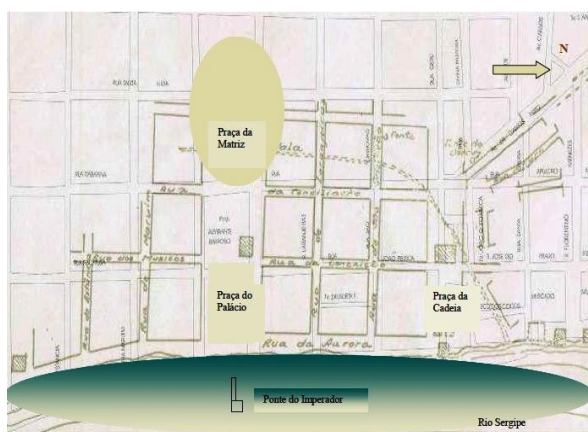
Alguns estudos consideram o desenho urbano da cidade, como a tradução do pensamento “moderno” da época. Afinal, o projeto se baseava nos modelos de vanguarda de grandes centros urbanos internacionais, como Washington e Chicago nos Estados Unidos, Buenos Aires na Argentina, Camberra na Austrália, entre outros (SILVA, 2009). No entanto, Kátia Loureiro (1983) citada por César Silva (2009) refuta esse sentido ideológico do traçado racional e afirma que: “[...] a solução do traçado de xadrez foi adotada [...], mais em função da facilidade com que podiam as ruas ser demarcadas no terreno, pois havia pressa, e muita, em se tornar Aracaju um ‘fato consumado’: existia ainda o perigo da mudança da capital não ser aprovada pela Corte” (LOUREIRO, 1983, pp. 51-52 apud SILVA, 2009, p. 87).

¹¹ Apresentação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tiradentes (2012, p. 13). Disponível em: http://www.unit.br/arquivos/graduacao/PPC_Arquitetura.pdf. Acesso em: 23 jan. 2015.

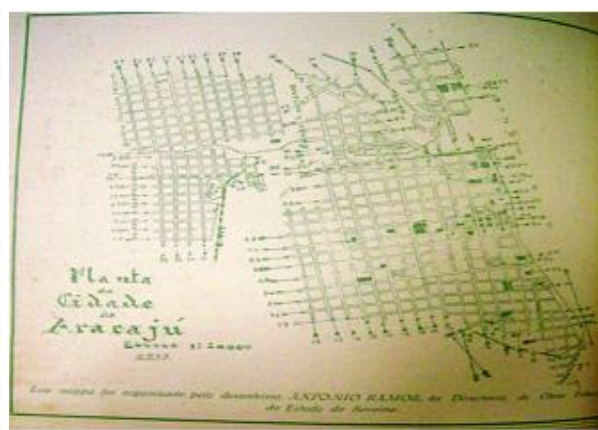
Contudo, Silva (2009) adverte que não devemos nos prender apenas a noção de pragmatismo, mas sim considerar o significado simbólico, no qual o plano ortogonal estava inserido, ou seja, a noção de progresso que ele representa, não só pelo motivo econômico voltado para as atividades portuárias, mas também pelo sentido político-ideológico, no qual o surgimento da nova capital representava a imposição tanto com relação à natureza, como à velha capital.

O historiador Luiz Antônio Cruz (2012, p. 64) destaca que, “[...] o projeto político que inventou a cidade [...], trazia [...] uma projeção universal perceptível em dois aspectos. Primeiro, em uma província que se sentia isolada no império brasileiro. E segundo, nas crescentes atividades portuárias, que atraíram negociadores de várias partes do mundo”.

Conforme Barreto (2005) citado pelo sociólogo Marcelo Ennes (2011), a cidade naval recém-instalada recebeu vários estrangeiros que trabalhavam, principalmente, na área de atividades marítimas. Entre eles estavam os “[...] holandeses, franceses, escoceses e ingleses que se instalaram em Aracaju, na segunda metade do século XIX [...]” (ENNES, 2011, p. 6). Barreto (2005) ainda refere-se à presença de outros, como os alemães, os dinamarqueses e os italianos, que tiveram notoriedade em atividades comerciais¹². Alguns dos registros que comprovam esta intensa imigração, são os documentos da Maçonaria Cotinguiba, fundada em 1872, inclusive com a colaboração dos estrangeiros. A instituição exerceu um importante papel na sociedade sergipana, agregando estes jovens de várias nacionalidades que chegavam à cidade em busca de melhores condições de vida (BARRETO, 2005).



Mapa 3 – Planta de Aracaju, 1865¹³.



Mapa 4 – Planta de Aracaju, 1933¹⁴.

¹² *Estrangeiros em Aracaju (I) e (II)*. Disponível em: http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=34673&titulo=Luis_Antonio_Barreto. Acesso em: 20 jan. 2015.

¹³ Mapa 3. Fonte: DINIZ, Dora Neuza Leal. *Aracaju: A Construção da Imagem da Cidade*. (Dissertação) - São Paulo - SP, 2009, p. 78. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-15032010-155846/pt-br.php>. Acesso em: 20 mar. 2014.

O mapa 3 exposto acima, mostra uma planta de Aracaju reconstruída a partir de documentos da época por Fernando Porto (1991) e superposta à planta atual da cidade por Dora Diniz (2009). Ela exibe uma das principais construções realizada em 1860, relacionada ao ambiente aquático, a famosa Ponte do Imperador, que até hoje se destaca como um dos principais cartões postais da cidade. Já o mapa 4 é uma planta datada de 1933, elaborada por Antonio Ramos, que na época era o desenhista da Diretoria de Obras Pública do Estado de Sergipe. A planta exibe o crescimento da cidade e evidencia o surgimento de novas ruas que fugiram do padrão do planejamento original.

No início do século XX, segundo Sousa B. (2009) e Diniz (2009), várias obras de beneficiamento urbano promoveram um crescimento expressivo na cidade através, por exemplo, da pavimentação das ruas, do saneamento básico, da implantação dos serviços de água encanada (1908), bonde de tração animal (1910), energia elétrica (1913), rede de esgoto (1914), rede telefônica (1919), bondes elétricos (1926), construções de escolas, bancos, edifícios públicos, entre outros, que permitiram assim uma ampliação na área urbana construída, além de atrair diversos investidores para a cidade.

Durante este período, as principais capitais do país também estavam passando por reformas de melhorias para oferecer uma boa qualidade de vida aos seus habitantes e Aracaju acompanhou esse movimento nacional. Graças a essas mudanças, deu-se início a um forte processo de migração que contribuiu para o desenvolvimento populacional da cidade (FRANÇA, 1999). Conforme Barreto (2005), entre a leva de novos imigrantes¹⁵ estava os alemães, italianos, portugueses, russos, austríacos, sírios, turcos, romenos, judeus e outros, que se instalaram na cidade, formaram suas famílias e passaram a exercer atividades ligadas principalmente ao comércio e a indústria, fato este que os possibilitaram desfrutar de boas condições socioeconômicas.

Face ao exposto, é importante destacar a forte presença desses estrangeiros na cidade, porque explica de certa forma os conflitos surgidos durante o período da Segunda Guerra, quando houve intensa perseguição aos descendentes, principalmente, de alemães e italianos que viviam em Aracaju. Muitos foram considerados como quinta-colunistas¹⁶ e, por isso,

¹⁴ Mapa 4. Disponível em: <http://aracajuantigga.blogspot.com.br/2011/03/aracaju-156-anos.html>. Acesso em: 11 mar. 2014.

¹⁵ Sobrenomes de famílias estrangeiras ligadas ao comércio e a indústria, em Aracaju, durante o início do século XX. Sobrenomes alemães: Schwel, Loeser, Sattler e Stadler; italianos: Pungitori, Mandarino, Gentile (aportuguesado para Gentil), Bellandi, Gatti, Sercelli e Bozzi; russos: Udermann e Kipermann; sírios: Abud e Chadud; judeus: Shuster; turco: Bonomô; romenos: Roitman e Stern, entre outros sobrenomes (BARRETO, 2005).

¹⁶ Termo que caracteriza os inimigos camuflados que atuavam como sabotadores, espiões, propagandistas ou simples simpatizantes dos ideais do Terceiro Reich dentro da sociedade brasileiras (MONTEIRO, 2013).

tiveram que mudar seus hábitos, reprimir suas culturas de origem, chegando alguns, inclusive, a mudar de sobrenome (aportuguesando ou adotando o sobrenome do cônjuge) para não serem identificados.

Com o desenvolvimento da cidade veio também o crescimento desordenado que se materializou nas novas ruas, as quais tomaram direções diferenciadas do modelo original. Isto ocorreu devido ao fluxo de pessoas que não possuíam condições financeiras para morar no entorno do “Quadrado de Pirro” e acabavam se concentrando em lugares de habitações mais humilde, como as vilas (FRANÇA, 1999).

Para Cruz (2012, p. 64), “Aracaju cresceu para além da área do planejamento original e sentiu as transformações sociais impostas pelo mundo republicano, pelo conservadorismo oligárquico e pela ditadura varguista”. Em 1940, a capital sergipana comparada à década de 1920, duplicou sua população. Estima-se que em 1924, a cidade contava com 42.469 habitantes, e que em 1940, chegou a 59.031 (DINIZ, 2009), como mostra o gráfico 1 apresentado abaixo:

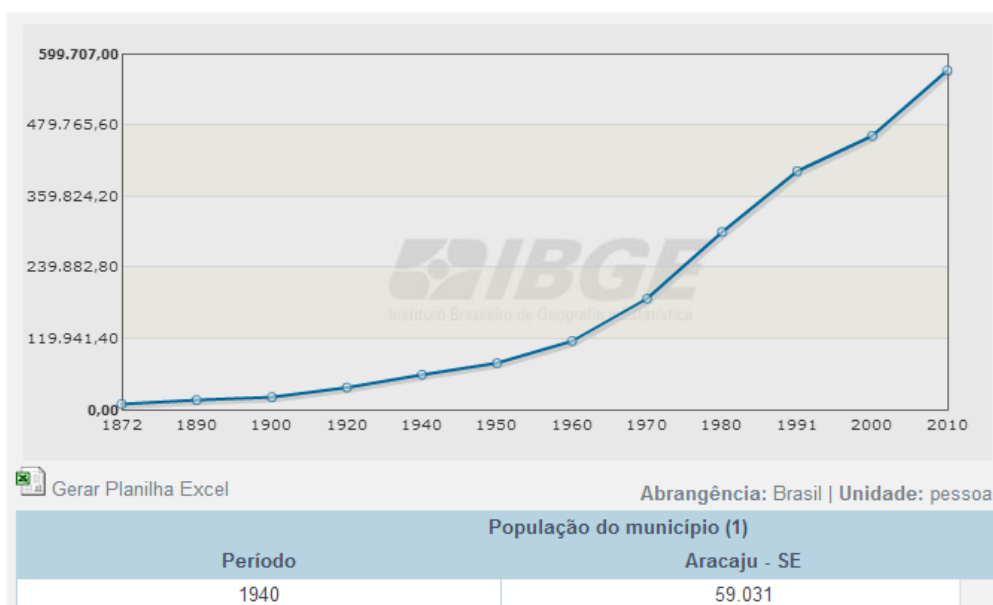


Gráfico 1 – População do Município de Aracaju em 1940¹⁷.

Entre os anos de 1937 e 1945, o país viveu sob o regime político chamado de Estado Novo. Nessa época, quem escolhia as autoridades para administrar cada estado brasileiro era o

¹⁷ Dado demográfico de Aracaju, 1940. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD79>. Acesso em: 02 set. 2014.

próprio Presidente Getúlio Dornelles Vargas, baseado em uma política patrimonialista¹⁸. Os interventores federais escolhidos e nomeados eram, geralmente, militares de sua inteira confiança (CRUZ, 2012). Em Sergipe, no ano de 1942, o indicado foi o Coronel Augusto Maynard Gomes, que na época era juiz do Tribunal de Segurança Nacional (CRUZ, 2012). O mandato de Augusto Maynard no Estado já era o segundo, mas diferente do primeiro, agora ele estava totalmente “[...] incorporado ao espírito do Estado Novo, numa postura que tinha a fidelidade a Vargas como marca principal, [...] identificando-se inteiramente com o sistema autoritário” (OLIVA et al., 1991, p. 152).

A prefeitura de Aracaju, neste período, estava sendo administrada pelo comerciante José Garcez Vieira, genro do Coronel Augusto Maynard. É oportuno frisar aqui, que este “favorecimento” era uma das características da política da época, baseada no compadrio e na camaradagem (COSTA, 2012). Aliás, não só daquela época, infelizmente este tipo de política perdura até os dias atuais.

A pequena cidade de Aracaju era bela e limpa, “[...] chamava a atenção dos forasteiros por vários aspectos: a organização arquitetônica, as atividades navais no estuário, os negócios agropecuários e a presença dos comerciantes estrangeiros [...]” (CRUZ, 2012, p. 65). Vale ressaltar que a presença dos estrangeiros foi importante na formação do povo sergipano. Formação esta que é multiétnica e que representa a sociedade brasileira como um todo. A partir disso, entenderemos mais na frente, os motivos dos conflitos e perseguições ocorridos contra eles e seus descendentes, após os torpedeamentos nazistas contra as embarcações brasileiras na costa sergipana, em 1942.

A nova capital tinha sido pensada, projetada e fundada enquanto cidade portuária às margens do rio Sergipe. O porto situava-se em frente a atual Praça General Valadão, próximo ao prédio da Alfândega (SILVA, 2009). A importância da navegação na vida dos aracajuanos, conforme Cruz (2012, p. 65), “[...] ocupou um papel central na sociedade [...] dos anos de 1940. Aliás, o mundo naval foi um elemento simbólico capaz de construir não só a cidade de Aracaju em 1855, mas também, contribuiu para a construção da identidade naval dos seus moradores”.

¹⁸ O patrimonialismo patriarcal, segundo Weber (2004) citado por Costa (2012), buscava se legitimar diante de si e da população como o protetor do bem-estar da nação. “O ‘Estado providente’ é a lenda do patrimonialismo, que não brota da livre camaradagem baseada no juramento de fidelidade, mas sim de uma relação autoritária entre pai e filhos: o ‘pai do povo’ é o ideal dos Estados patrimoniais” (WEBER, 2004b, p. 321 apud COSTA, 2012, p. 51). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9976/tese%20finalizada%20-%20Sexta3.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 mar. 2015.



Figura 5 – Rua da Aurora, Aracaju, 1867. Fonte: Chou (2002, p. 16) ¹⁹.

A figura 5 mostra Aracaju vista ao longo rio, no final do século XIX. Ao observar a linha contínua de casas, do lado esquerdo, percebemos que a maioria delas era simples e térrea, com exceção apenas de um sobrado mais ao longe. Já do lado direito, aparecem algumas canoas, no primeiro plano, e ao fundo encontra-se, aparentemente, um navio atracado no Trapiche²⁰ Lima (DINIZ, 2009).

Até a metade do século XX, a navegação era indispensável para a maioria dos brasileiros, afinal este era o principal meio de transporte utilizado para viajar de um estado para outro. Em Sergipe, nesta época, o sistema ferroviário não era eficiente e as estradas de rodagem interestadual eram inexistentes (CRUZ; ARAS, 2012). Por isso, havia uma relação muito próxima entre a cidade e os navios. Contudo, há de se considerar que a barra do rio Sergipe não inspirava muita confiança aos navegadores que por aqui passavam. Os motivos estavam relacionados aos problemas naturais existentes na região, tais como “[...] a instabilidade da boca da barra, a mobilidade dos bancos de areia e a dependência da maré” (CRUZ, 2012, p. 65). Segundo Gama e Martins (1985, p. 356), “A Barra de Aracaju sempre foi considerada perigosa [...]”, nela encalhavam e às vezes se perdiam entre os escolhos da entrada do porto, várias embarcações.

De acordo com Cruz (2012), os nomes de alguns navios ainda permanecem presentes na memória coletiva da população sergipana, como por exemplo, o *Aníbal Benévolo*, o *Brasiluso*, o *Comandante Alcídio*, entre outros. Baseado em fontes bibliográficas e na

¹⁹ Fotografia da Rua Aurora, Aracaju - SE. Fonte: CHOU, José Walter Teles. *O espaço da cidade: uma análise crítica e interpretativa estudo de caso no centro de Aracaju*. (Monografia) - Aracaju – SE, 2002, p. 16. Disponível em: https://www.academia.edu/6675842/O_ESPAÇO_DA_CIDADE_UMA_ANÁLISE_CRÍTICA_E_INTERPRETATIVA_ESTUDO_DE_CASO_NO_CENTRO_DE_ARACAJU. Acesso em: 10 dez. 2014.

²⁰ Trapiche refere-se a um armazém localizado às margens do mar ou do rio que serve para guardar mercadorias desembarcadas ou a serem embarcadas. Fonte: *Manual de Licenciamento Ambiental de Porto*. Disponível em: [http://www.antaq.gov.br/Portal/pdf/MeioAmbiente/manual_de_licenciamento_ambiental_nos_portos_\(2\).pdf](http://www.antaq.gov.br/Portal/pdf/MeioAmbiente/manual_de_licenciamento_ambiental_nos_portos_(2).pdf). Acesso em: 30 mar. 2015.

entrevista realizada com o aracajuano José Nunes, mais conhecido como Zé Peixe²¹, o historiador citado acima escreveu o seguinte, sobre a característica náutica da capital sergipana:

“Singrando as águas mansas do estuário, entra o porto, procedente do sul, um vapor de passageiros. Um longo apito, repetido, frenético, ecoando nos ares”. Do antigo Inflamável até o Bairro Industrial, eles ficavam abrigados e fundeados em pontes. O navio a vapor fez parte da identidade cultural dos aracajuanos. Zé Peixe, grande conhecedor da paisagem marítima de Sergipe, em entrevista afirmou que a presença do navio era um espetáculo para os aracajuanos. Espectadores em terra. No meio do rio com lanchas e com canoas. Todo mundo satisfeito, dando adeus, tchau-tchau para o navio. Era uma festa quando passava o navio aqui (CRUZ, 2012, p. 66, grifo do autor).

Cruz (2012, p. 66) ainda reintera, dizendo que: “A despedida era algo marcante tanto para quem partia, quanto para quem ficava na Ponte do Imperador”. Quando as mercadorias já estavam guardadas e os passageiros acomodados a bordo, a tripulação então anunciava, ao som de apitos, o início da longa viagem (CRUZ, 2012).



Figura 6 – Despedida do navio na Ponte do Imperador, 1940²².



Figura 7 – Vista da cidade na Ponte do Imperador, 1937²³.

²¹ José Martins Ribeiro Nunes, vulgo Zé Peixe, foi prático do porto de Aracaju por mais de meio século. Ele arriscou a vida orientando inúmeras embarcações a entrar e sair, com segurança, pela boca da barra do Rio Sergipe. Zé Peixe se tornou uma referência na praticagem não só em Sergipe, mas no Brasil e no mundo. Na época dos torpedeamentos, ele testemunhou vários acontecimentos em Aracaju, entre eles, as operações antissubmarinas, os ensaios antiaéreos, o movimento estudantil e a perseguição aos estrangeiros.

²² Registro fotográfico de despedida na Ponte do Imperador, Aracaju - SE. Fonte: CRUZ, L.; SOUZA, A. *U-Boats no Brasil. As vivências do homem costeiro diante da Guerra Submarina em Sergipe. (1942-1945)*. IV Congresso Internacional de História. Maringá, Paraná, Brasil, 2009, p. 1486.

²³ Fotografia tirada da Ponte do Imperador, Aracaju – SE. Fonte: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Ref. 165.

A figura 6 exibe a memorável Ponte do Imperador, através de uma visão aérea, mostrando várias pessoas reunidas, em 1940, se despedindo de parentes e amigos que seguiam a bordo do *Aníbal Benévolo*, simbolicamente, um navio sergipano (CRUZ, 1999). Já a figura 7 destaca a bela visão capitada por quem estava na Ponte olhando para a cidade, visualizando especificamente a Praça Fausto Cardoso.

Sobre a paisagem de Aracaju vista pelas pessoas que viajavam nos navios, Cruz (2012) descreve as diferentes percepções nutridas a respeito do panorama da cidade:

Do boroeste visualizava o Trapiche do Lima, a Rua da Frente, os mercados, as lojas comerciais, a Praça Fausto Cardoso, o Palácio Olímpio Campos, a Ponte do Imperador, as casas residenciais, a Capitania dos Portos (que em reverência, alguns vapores emitiam seu último apito defronte à força marítima), o Inflamável e as palhoças na praia de Formosa. Do bombordo, viam-se os verdejantes coqueirais da Ilha, os manguezais e a Atalaia Nova. E da popa, Aracaju ia ficando para trás, esta última imagem mais parecia uma bela tela, com cores formosas e amenas, onde ainda era possível ver ao fundo o Morro do Urubu, a Igreja de Santo Antônio e o fumegar das chaminés das Fábricas no bairro Industrial (CRUZ, 2012, p. 67, grifo do autor).

A figura 8, logo abaixo, mostra a deslumbrante paisagem da cidade vista do rio Sergipe. Nela, observa-se o eixo do conjunto da Praça Monumental, tendo em frente à Ponte do Imperador – estrutura considerada porta de entrada de Aracaju. Esta fonte iconográfica nos permite apreciar a mesma paisagem do passado, vista pelas pessoas que chegavam e partiam da capital sergipana pelo rio, durante as primeiras décadas do século XX.



Figura 8 – Aracaju vista do Rio Sergipe, 1937. Fonte: Diniz (2009, p. 165).

A Ponte do Imperador, enquanto objeto de estudo da Arqueologia, pode ser considerada como uma estrutura representativa que simboliza materialmente uma importante época do passado histórico de Sergipe. Ela foi construída em 1860, para receber a visita do Imperador D. Pedro II, com sua comitiva à capital. Com o passar dos anos, sofreu inúmeras alterações devido às várias reformas (DINIZ, 2009; SILVA, 2009), inclusive, os vestígios materiais ainda podem ser encontrados superpostos em sua edificação.

Em 1937, houve uma reforma importante que congregou feições modernas e atuais à Ponte. Neste período, foi acrescentada uma plataforma de linhas aerodinâmicas, construída em concreto armado, para permitir que fosse utilizada também como terminal de embarque e desembarque de hidroaviões que pousassem no rio Sergipe (SILVA, 2009), como mostra a figura 9 tirada por César Silva (2009) de uma maquete construída em 2004.



Figura 9 - Ponte do Imperador como terminal para hidroaviões.
Fonte: Silva (2009, p. 112)²⁴.

²⁴ Registro fotográfico de uma maquete representando o centro de Aracaju tal como era na década de 1940. Foto de Silva (2007). Fonte: SILVA, César H. Matos. *Espaço público político e urbanidade - o caso do centro da cidade de Aracaju*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8834/1/TeseCesarSilva-parte1.pdf>. Acesso em: 17 out. 2014.

Este belo monumento arquitetônico sergipano, agrega em si, diversos valores, tais como: político, social, cultural, religioso, simbólico e até ambiental. Político porque foi construído intencionalmente para servir de portão de entrada para Sua Majestade, e por está localizado no centro do poder político-administrativo da capital. Social e cultural por sua funcionalidade e diversos usos que têm servido à população desde a sua construção. Além dos distintos eventos e festividades que aconteceram, ao longo do tempo, em frente à Ponte do Imperador, a exemplo das comemorações de Emancipação Política, Natal, Ano Novo e da Procissão do Bom Jesus dos Navegantes, sendo que, esta última, perdura até os dias atuais e denota valor religioso (SILVA, 2009). Por fim, devido à localização na interface do ambiente aquático (dentro do rio Sergipe) em contato com a cidade, tornou-se característica na paisagem se diferenciando das demais pontes locais.

A presença da Ponte, localizada bem no centro da cidade, coloca em evidência sua identidade e herança cultural. Esta materialidade também concretiza memórias e eterniza sentimentos e histórias entre os cidadãos, instaurando assim, uma ligação do passado com o presente. Nesse contexto, o papel do arqueólogo se destaca enquanto mediador dessa relação, que busca constantemente conscientizar a população da necessidade de preservar e valorizar os bens patrimoniais, para que estes durem por muitos anos, representando materialmente os “fragmentos” da nossa história.

Diante do que foi apresentado, nota-se que a população aracajuana, em seu dia a dia, desenvolveu várias atividades navais. Afinal, a necessidade de se ter um porto no litoral foi um dos principais motivos para a edificação da cidade. Conforme Cruz (2012, p. 67), desde a época da mudança da capital se iniciou um “[...] processo de invenção de uma cultura portuária que, mais tarde, se consolidou”.

O que era uma cultura portuária se transformou numa tradição naval. A fundação de Aracaju foi um legado da gestão do presidente Inácio Barbosa, mas a sua invenção enquanto uma cidade portuária foi um processo coletivo. Esse legado permaneceu vivo por gerações. O navio a vapor se tornou um personagem marcante da vida cotidiana de tal forma que era sempre saudado com alegria quando sua chaminé fumegava na entrada da barra e seu apito rouco anunciava mais uma ancoragem (2012, p. 68).

O navio *Aníbal Benévolo*, terceira embarcação a ser torpedeada e afundada na costa sergipana na época do conflito mundial era considerada, segundo Cruz (1999, p. 35),

simbolicamente como “[...] um navio sergipano, aqui era o seu fim de viagem e as pessoas acostumavam a vê-lo adentrar a boca da Barra e apontar na ponte do Lima”.



Figura 10 – Navio do Lloyd Brasileiro Aníbal Benévolo. Fonte: Brasil Mergulho²⁵.

Na década de 1940, havia um temor em navegar pelas águas do litoral brasileiro. Os motivos eram as visitas repentinas dos submarinos alemães e italianos ao Atlântico Sul (CRUZ; SOUZA, 2009; MONTEIRO, 2013). Apesar desse receio, era preciso navegar, trazer e levar mercadorias, transportar pessoas de um estado para outro. Afinal, esta era uma atividade necessária, que já fazia parte do cotidiano da população. Contudo, cabe frisar que a rota sergipana despertava temor entre os homens do mar, tanto por causa da instabilidade apresentada nesta região litorânea, quanto pelos sucessivos torpedeamentos ocorridos nos anos de 1942 e 1943. Conforme a entrevista oral realizada por Cruz e Aras (2012) com Seu Eliseu Timóteo, a respeito do medo presente nesta época, ele recordou de uma conversa que teve com um marítimo que trabalhou durante o período de guerra:

Eu conversei com um marinheiro velho nessa época. Conversei com ele aqui em Aracaju já de muito tempo. [...] Ele disse que: - Olha rapaz fui marinheiro na gestão da Segunda Guerra Mundial. Acontece que, quando a gente entrava aqui, nas águas de Sergipe, o navio, quando o capitão via algum movimento estranho, ele parava o navio e mandava todo mundo ficasse

²⁵ Disponível em: http://www.brasilmergulho.com.br/port/naufragios/navios/se/anibal_benevolo.shtml. Acesso em: 28 nov. 2014.

quieto e apagasse todas as luzes. Com medo de serem torpedeados. Ele disse que muitos companheiros dele foram mortos aí, nessa beira de costa (CRUZ; ARAS, 2012, p. 89).

De acordo com algumas abordagens interpretativas Pós-Processuais, apresentadas pela ciência arqueológica, pode-se estudar não só os aspectos materiais e técnicos, como também os aspectos simbólicos, religiosos e místicos que se encontram por trás dos artefatos (NEYLAND, 2011 apud PORTO, 2013), isto é, da cultura material produzida e utilizada pelo homem, a exemplo das embarcações.

A pesquisa arqueológica sobre os navios pode envolver a análise de vários aspectos. Afinal este espaço “[...] representa bem mais do que um meio de transporte, podendo significar o ‘lugar de trabalho’, ‘espaço de convivialidade’, ‘segundo lar’, ‘serviço à pátria’, enfim, ‘razão de ser’ dos tripulantes” (CRUZ; ARAS, 2012, p. 88).

Além disso, a partir de um estudo arqueológico com um enfoque na “sensibilidade”²⁶, também é possível analisar as emoções e os sentimentos provocados nas pessoas que utilizavam as embarcações neste período de guerra, em que os “nervos ficavam à flor da pele” (situação de medo, ansiedade, preocupação, temor, etc.).

Segundo Rambelli (2003), citando Muckelroy (1987), o navio também deve ser estudado a partir do olhar que o considera “[...] como máquina, como elemento do sistema capitalista e como uma unidade social” (1978 apud 2003, p.81), ou seja, como “[...] palco de atividades sociais – vivas” (RAMBELLI, 2003, p. 81).

E, enquanto estudiosos voltados para a questão social, devemos abordar “[...] esses vestígios; buscar ultrapassar o objeto arqueológico pelo objeto arqueológico, e entender melhor o ser humano que se encontra atrás dele” (RAMBELLI, 2003, p. 82). Afinal, o sítio de “[...] naufrágio é antes de tudo um fluxo de homens e objectos congelados em pleno movimento” (BLOT, 1999, p. 46 apud RAMBELLI, 2003, p. 81).

Diante deste breve histórico sobre a relação dos aracajuanos com os ambientes aquáticos e dos conceitos apresentados a respeito das “Arqueologias” subaquática, náutica e marítima, que embasam a Arqueologia de ambientes aquáticos – vertente escolhida para a realização desta pesquisa. Cabe ressaltar que, este viés nos possibilitou obter um melhor entendimento sobre os episódios trágico-navais ocorridos com as embarcações brasileiras, afundadas em águas sergipanas, durante a Segunda Guerra Mundial. Segue abaixo um estudo a respeito dos ataques sofridos por cada embarcação.

²⁶ Abordagem que se baseia na antropologia das emoções (REZENDE; COELHO, 2010).

2.2 – A ação do U-507

Os ataques ocorreram de surpresa e trouxeram bastante sofrimento, revolta e medo para a população. As agressões aconteceram de forma sucessiva e, em menos de 24 horas, provocaram 551 mortes. Eram tantos corpos espalhados pelas praias sergipanas, que os cemitérios da pequena Aracaju não comportaram tantos enterramentos. Dessa forma, muitas vítimas acabaram sendo sepultadas ali mesmo, à beira mar, num local que posteriormente passou a ser chamado de Cemitério dos Náufragos (MELLO; CERQUEIRA, 2011, 2012; PORTO, 2013).



Figuras 11 e 12 – Cemitério dos Náufragos localizado na praia de Atalaia onde foram enterradas várias vítimas dos atentados nazistas. Fonte: Fotos da autora²⁷.

O primeiro navio da Marinha Mercante a ser alvejado, na costa brasileira, pelos nazistas foi o *Baependy*. Esta embarcação, por coincidência, tinha sido construída na Alemanha, no estaleiro *Blohm & Voss*, em Hamburgo, no ano de 1899, sendo batizada de *Tijuca* (MONTEIRO, 2013). Ela foi interdita pelo governo brasileiro durante a Primeira Guerra Mundial, ficando impossibilitada de retornar para a Europa. Após a guerra, ela foi arrestada em represália ao afundamento de alguns navios brasileiros, atacados por submarinos alemães, sendo assim, foi incorporada à frota nacional e rebatizada com o nome *Baependy* (PEREIRA, 2015).

²⁷ Fotografias tiradas pela autora. Aracaju, 02 de novembro de 2013.



Figura 13 - Navio Baependy do Lloyd Brasileiro²⁸.

Este navio já tinha mais de 40 anos de uso na época dos torpedeamentos. Ele “[...] era um dos morosos paquetes da linha da costa do Lloyd Brasileiro” (GAMA; MARTINS, 1985, p. 347). Companhia esta, que era a maior empresa de navegação do país, possuindo 76 unidades (GUIMARÃES, 1985).

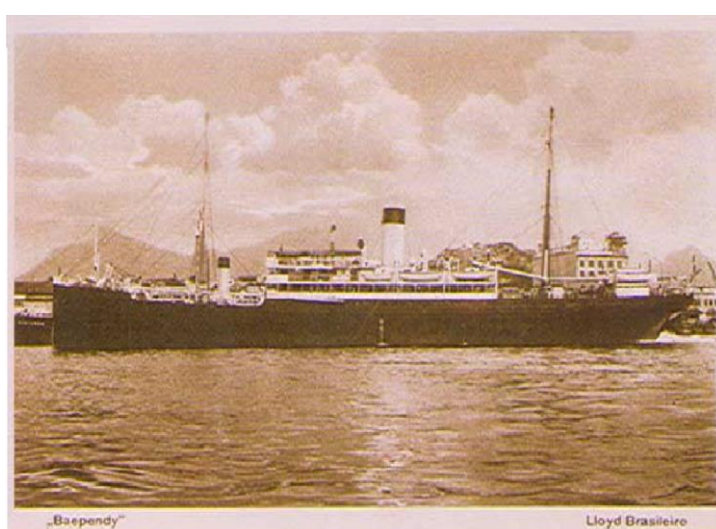
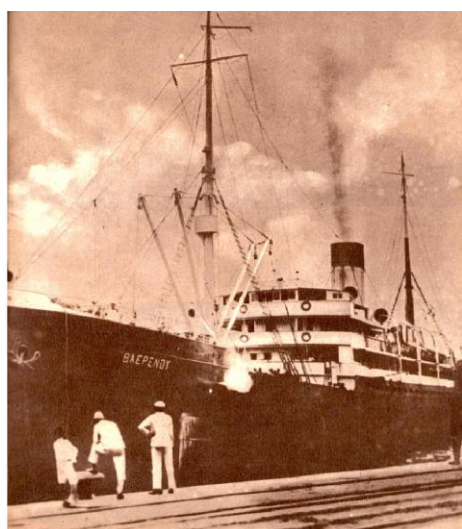
Os aspectos náuticos da embarcação consistiam em: casco de aço com 119 metros de comprimento, 14,10 metros de boca e 9,26 metros de pontal. Deslocava 4.081 toneladas brutas e 3.066 líquidas (CRUZ, 2012; WYNNE, 1973 apud PORTO, 2013). Possuía motor quádrupla expansão (2.250 cavalos) e velocidade de 8 milhas horárias (econômica) a 11 milhas horárias (máxima). Era impulsionada pelas caldeiras, alimentadas por carvão, tendo no centro da estrutura naval uma chaminé e nas extremidades dois grandes mastros (PEREIRA, 2015). A capacidade de passageiros era de 75 na primeira classe e mais 244 na terceira classe com camarotes (MONTEIRO, 2013; CRUZ, 2012). Segundo Pereira (2015, p. 153) “[...] era um navio grande para os padrões brasileiros da época”.

De acordo com o arqueólogo Otávio Porto (2013), o itinerário de viagem do dia 15 de agosto de 1942, tinha como local de partida o Rio de Janeiro, com escala em Salvador, tendo como destino a cidade de Recife. Entretanto, a rota do navio foi interrompida quando “[...]”

²⁸ Registro fotográfico do navio Baependy. Disponível em: <http://www.photoship.co.uk/JAlbum%20Ships/Old%20Ships%20B/slides/Baependy-01.jpg>. Acesso em: 02 maio 2014.

navegava de 11 a 20 milhas da barra do rio Real, a uma velocidade de nove nós (16,6 km/h)” na costa sergipana, em “[...] um local que a profundidade era de 40 metros” (SANDER, 2007 apud PORTO, 2013, p. 36). Esses dados corroboram e se aproximam dos apresentados por Gama e Martins (1985), como mostra o trecho a seguir: “[...] foi avistado [...] um mercante de cerca de cinco mil toneladas, iluminado, seguindo no rumo de 35°, velocidade de nove nós [...] sendo atacado [...] a 20 milhas do Rio Real. A profundidade local média era de 38 metros” (1985, p. 347). Conforme Araujo (2008, p. 67), a posição da embarcação na hora do ataque era de “[...] Lat: 11° 50’S Long: 37° 00’W”.

A bordo do navio seguiam 306 pessoas. Eram 73 tripulantes e 233 passageiros, sendo a maioria composta por militares que se dirigiam à Recife para formar o 7º Grupo de Artilharia de Dorso (SILVA, 1972 apud PORTO, 2013). No entanto, contrapondo esses números, Cruz (2012, p. 72) e Monteiro (2013, p. 57) alegam que viajavam, na verdade, 323 pessoas – “[...] 73 tripulantes e 250 passageiros”. Entre os passageiros, 141 deles eram militares (CRUZ, 2012). Pereira (2015) afirma que, na época, este tipo de viagem era comum devido à ausência de embarcações específicas para o transporte de tropas. Dessa maneira, era realizado tanto o carregamento de cargas, como de passageiros, civis e/ou militares por meio dos navios chamados de “[...] paquetes: um aportuguesamento da palavra inglesa *packet*” que significa pacote, devido à dupla finalidade da embarcação (2015, p. 152).



Figuras 14 e 15 – Navio Baependy. Fontes: Monteiro (2013) e Brasil Mergulho²⁹.

²⁹ Figura 14 disponível em: <http://www.u-507.com.br/p/fotos.html>. Acesso em: 16 dez. 2014. Figura 15 disponível em: <http://www.brasilmergulho.com.br/port/naufragios/navios/se/baependy.shtml>. Acesso em: 02 maio 2014.

O *Baependy*, segundo Pereira (2015), cumpriu as instruções de segurança emanadas pelo Estado-Maior da Armada, navegando próximo à costa, a menos de dez milhas náuticas no limite da navegação de cabotagem, e com as luzes dos salões e camarotes apagadas, ficando acessos apenas os faróis de navegação para evitar acidentes.

Momentos antes do ataque, o capitão do submarino *U-507* escreveu em seu diário de bordo que a embarcação que estava em sua mira, não demonstrava sinais de neutralidade. Afinal, segundo a ordem emitida pela Marinha de Guerra Alemã, “[...] os navios iluminados parcialmente, mas sem indicação de neutralidade, [...] eram considerados não neutros” (MONTEIRO, 2013, p. 70). Além disso, foi liberado o uso de armas, sem aviso prévio, contra esse tipo de embarcação que navegasse pela região considerada fora da área de bloqueio (MONTEIRO, 2013). No entanto, este não era o caso do *Baependy*, já que ele se encontrava na região costeira entre Sergipe e Bahia, mesmo assim, naquela noite, o navio brasileiro seria posto a pique.

O clima dentro do navio era de festa devido à comemoração do aniversário do Imediato³⁰ Antonio Diogo de Queiroz (GAMA; MARTINS, 1985). A alegria tomava conta daqueles brasileiros. Entretanto, às 23h53min, começariam as ações de guerra. Aliás, este horário foi registrado equivocadamente no diário de bordo do capitão Harro Schacht, devido ao fuso horário entre o Brasil e a Alemanha, que tem cinco horas de diferença. Na verdade, pelo horário local, os ataques começariam às 19h12min, momento este em que os alemães acabariam com a festa e com a vida da maioria das pessoas a bordo, ao lançarem os dois torpedos contra o navio (MONTEIRO, 2013).

O impacto do primeiro projétil foi tão grande que madeiras e vidros se estilhaçaram e as máquinas pararam de funcionar. Houve um forte estrondo e logo as águas começaram a invadir a embarcação. Tripulantes e passageiros tiveram dificuldades em soltar os barcos salva-vidas, devido à recém-pintura que praticamente colou os nós, deixando-os presos ao navio (MONTEIRO, 2013). O pânico e o desespero tomaram conta das pessoas diante daquela situação, dificultando assim o trabalho de salvamento por parte da tripulação (GAMA; MARTINS, 1985).

O segundo torpedo foi disparado, logo em seguida, e acertou os tanques de combustível provocando uma grande explosão. Nesse momento, as luzes do navio se apagaram e a estação de transmissão de rádio parou de funcionar, não deu nem tempo para pedir socorro. A fumaça logo começou a encobrir aquela cena de horror. O *Baependy* foi

³⁰ Oficial que substitui o Capitão a bordo de um navio.

rapidamente se inclinando para boreste, direção de onde tinha vindo os torpedos, até afundar de vez, junto com a maioria das pessoas e das baleeiras (MONTEIRO, 2013). O vapor naufragou em dois minutos. De acordo com os depoimentos, “[...] o comandante do navio, o Capitão de Longo Curso João Soares da Silva, morreu no passadiço enquanto acionava o apito do navio” (PORTO, 2013, p. 37).

A agressão do submarino deixou um saldo de 270 mortos (SERAFIM; BITTENCOURT, 2006; PORTO, 2013). Homens, mulheres e crianças foram as primeiras vítimas dos nazistas, em águas territoriais brasileiras. Apenas 36 pessoas conseguiram se salvar. “Somente uma baleeira com 28 sobreviventes atingiu a costa no dia seguinte, no local conhecido por Moita Verde, ao sul do Rio Real. Oito outros náufragos, quase mortos, agarrados a destroços de madeira, chegaram a terra no dia 17” (GAMA; MARTINS, 1985, p. 347). A tragédia do Baependy é considerada o maior ataque naval sofrido pela Marinha do Brasil no tempo da Segunda Guerra Mundial (PORTO, 2013).

O segundo navio a ser torpedeado pelos alemães foi o paquete *Araraquara* (GAMA; MARTINS, 1985). Ele tinha sido construído na Itália, entre os anos de 1927 e 1928 (GUIMARÃES, 1985), nos estaleiros de *Cantiere Navale*, em Trieste e registrado na Capitania dos Portos do Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro, em 1937, com inscrição de número 42 (MONTEIRO, 2013; CRUZ, 2012). Era “[...] armado em iate para a navegação de grande cabotagem e pertencia à frota dos ‘Ara’, do Lloyd Nacional S. A.” (CORREIO DE ARACAJU, 18 de agosto 1942, p. 1).

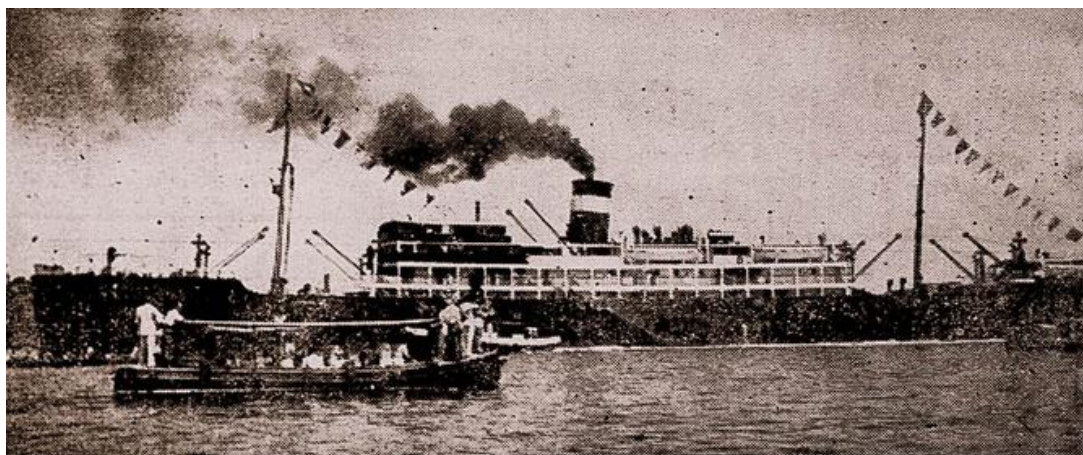


Figura 16 - Navio Araraquara do Lloyd Nacional S. A. Fonte: Medeiros (2013)³¹.

Os aspectos náuticos desta embarcação consistiam em: casco de aço com 117, 97 metros de comprimento, boca com 16,37 metros, pontal com 7.440 metros e calado com 5,41

³¹ Registro fotográfico do navio Araraquara. Disponível em: <http://tokdehistoria.com.br/tag/1942/>. Acesso em: 16 dez. 2014.

metros. A tonelagem bruta de deslocamento era de 4.871 e a líquida era de 2.974 (CORREIO DE ARACAJU, 18 de agosto 1942, p. 1). Possuía dois motores com propulsão movida por duas hélices e atingia a velocidade de 12 milhas horárias. A capacidade de passageiros na embarcação era de 118 (MONTEIRO, 2013). No entanto, no dia do afundamento a quantidade de “[...] pessoas a bordo [...] era de 146, sendo 73 tripulantes e 73 passageiros” (MONTEIRO, 2013, p. 86). Já Cruz (2012, p. 72) contrapõe o número da tripulação e afirma que ela “[...] compunha-se de 41 homens”.

Cruz (2012, p. 72) afirma que, “[...] não há um consenso em relação ao número efetivo de passageiros” e tripulantes dos navios torpedeados. Como exemplo, cita o depoimento de Milton Silva, sobrevivente do *Araraquara*, que afirmou que “[...] ‘havia a bordo 177 pessoas (81 tripulantes e 96 passageiros)’”. Essa informação diverge do número divulgado pelo governo à época, de que o navio carregava 142 pessoas. Erro que pode ter sido premeditado, na tentativa governamental de reduzir o impacto da tragédia” (2012, p. 72).

O percurso realizado no dia 15 de agosto de 1942, teve como partida a cidade de Salvador, às 11h00 horas, com destino a Maceió. Entretanto, nas imediações da costa sergipana, na “[...] companhia das luzes de Aracaju a bombordo” (MONTEIRO, 2013, p. 83) a viagem não pode prosseguir, pois ali estava os mesmos submarinistas que atingiram o *Baependy*, a espera do *Araraquara* para atacá-lo (PORTO, 2013). Com os faróis de navegação acesos, a embarcação parecia bastante visível para os nazistas, que novamente não identificaram sinais de neutralidade, liberando assim o ataque (MONTEIRO, 2013), “[...] na posição de Lat 11° 53 S e Long 37° 22’ W” (GAMA; MARTINS, 1985, p. 347).

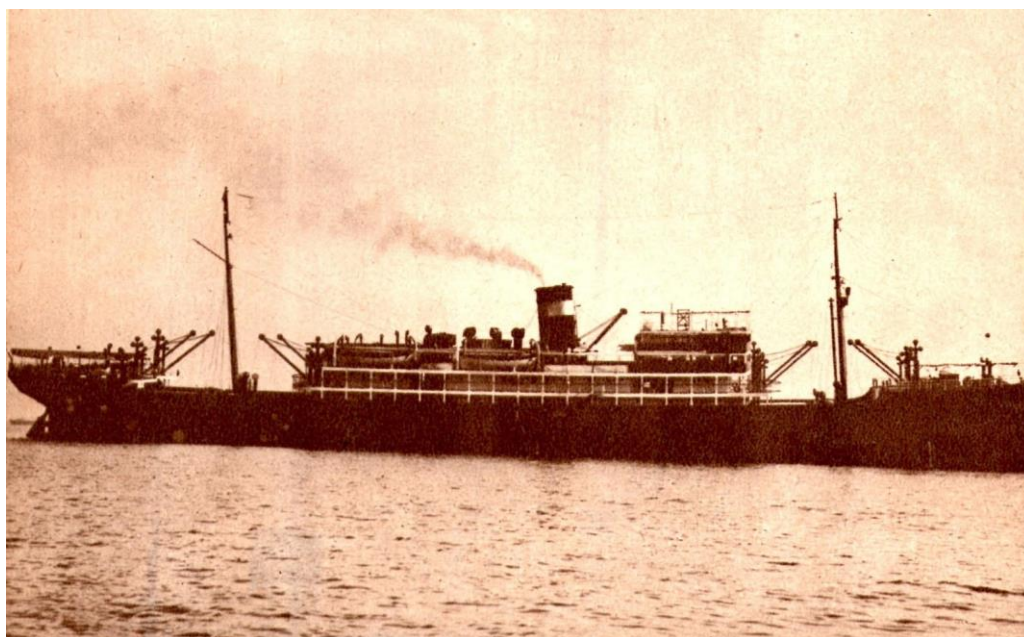


Figura 17– Navio Araraquara. Fontes: Fonte: Monteiro (2013).

De forma repentina, sob a claridade das luzes da cidade de Aracaju, “[...] dois torpedos” foram disparados às 21h03min atingindo, em cheio, a embarcação (PORTO, 2013, p. 39). Contrariando esse dado, Monteiro (2013, p. 85) afirma que “[...] o U-507 dispara o torpedo do tubo 4, atingindo [...] ‘entre os porões de carga 3 e 4’, conforme registra Harro Schacht. *‘As luzes apagaram-se instantaneamente’*”. Ou seja, apenas um torpedo foi disparado contra o navio *Araraquara*. “Pouco mais de um minuto depois da primeira explosão, passageiros e tripulantes tiveram a impressão de que outro torpedo atingira o navio” (2013, p. 85). Entretanto, essa impressão foi equivocada, sendo ocasionada devido a um estrondo causado pelo peso do mar sobre a popa, que fez o navio partir em dois pedaços (MONTEIRO, 2013).

Rapidamente, em menos de cinco minutos, a embarcação foi engolida pelas águas sergipanas e afundou, não dando tempo nem para usar o equipamento de salvamento, inclusive, porque devido à hora avançada, muitos passageiros e tripulantes já estavam recolhidos em seus camarotes (GAMA; MARTINS, 1985).

A maioria das pessoas foi arrastada para o fundo do mar, junto com a embarcação. Morreram “[...] o Comandante [...], o Imediato, seis oficiais, 58 tripulantes e 65 passageiros. Apenas 11 pessoas que estavam a bordo sobreviveram” (SANDER, 2007 apud PORTO, 2013, p. 39). No total, morreram “[...] no naufrágio 131 pessoas” (MONTEIRO, 2013, p. 86; GAMA; MARTINS, 1985, p. 347). O navio, de acordo com Gama e Martins (1985), viajava inteiramente iluminado, assim como o *Baependy*. Todavia, há controvérsias, já que outras fontes relatam que navegavam parcialmente iluminados, apenas com os faróis de navegação acesos.

O terceiro e último navio a ser torpedeado na costa sergipana, em 1942, foi o *Aníbal Benévolo*. Ele era o ex-Comandante *Alvim*, que tinha sido construído no estaleiro alemão *Reiherstieg Schiffswerf & Maschfbk*, em 1905. Era um vapor com 1.905 toneladas brutas de deslocamento e 984 líquidas (CRUZ, 2012; MONTEIRO, 2013). Seus aspectos náuticos consistiam em: casco de aço com 86 metros de comprimento, boca com 11,5 metros, calado com 8 pés (mínimo) e 14 (máximo) e pontal de 6,62 metros. Possuía velocidade de 8 milhas horárias (econômicas) e 10 milhas horárias (máxima). Sua capacidade de passageiros era de 93 na primeira classe e mais 61 na terceira classe com camarotes. O trajeto realizado no dia 16 de agosto de 1942, tinha como partida a cidade de Salvador, com destino à Aracaju. O navio saiu uma hora após do *Araraquara* (CRUZ, 2012; MONTEIRO, 2013).



Figura 18 – Navio Aníbal Benévolo do Lloyd Brasileiro. Fonte: Monteiro (2013).

No entanto, conforme Porto (2013), quando o “*Benévolo*” vinha navegando a “[...] sete milhas da costa, aproximadamente a 13 km” de distância da praia de Aracaju, com as luzes “[...] apagadas e mantendo apenas os faróis de navegação acesos”, foi surpreendido pelo ataque do submarino *U-507* (2013, p. 41).

Era madrugada, 4h13min no horário local, enquanto Harro Schacht anotava em seu diário de bordo 9h13min, devido ao fuso horário (MONTEIRO, 2013). A maioria dos passageiros e tripulantes estava dormindo, restando acordado apenas o pessoal que estava de plantão (PORTO, 2013). “Somente quatro dos 71 tripulantes sobreviveram e todos os 83 passageiros pereceram” (2013, p. 41). É preciso ressaltar que o navio afundou com vários sergipanos e nenhum deles conseguiu sobreviver (CRUZ, 2012).

Entre os sobreviventes, se encontrava o Comandante Henrique Jaques Mascarenhas da Silveira, que para não demonstrar covardia, logo após se recuperar dos ferimentos voltou a comandar outro navio mercante que fazia rota na zona de guerra. Os tripulantes que se salvaram chegaram até a costa na Praia da Estância, próximo ao rio Real, agarrados em destroços do naufrágio (SANDER, 2007 apud PORTO, 2013, p. 41).

2.2.1 – Consequências dos ataques

A sucessão destes acontecimentos trágicos transformou Aracaju em uma cidade sitiada e bombardeada por notícias conflitantes. Os torpedeamentos praticados pelos submarinistas

demoraram a ser compreendido pela população. Na época, ninguém imaginava que a guerra iniciada na Europa chegaria efetivamente ao Brasil, quiçá a Sergipe. As autoridades varguistas foram surpreendidas e a notícia oficial demorou a ser repassadas à população. Toda essa situação causou revolta no povo, que saiu às ruas exigindo uma retratação do governo.

Sobre a época, o historiador Ibarê Dantas (1989, p. 154) citado por Cruz e Aras (2010, p. 174; 2011, p. 13) afirma que “[...] multidões inflamadas de patriotismo acorrem às ruas, invadem casas de supostos colaboracionistas e enchem as praças, expressando sua indignação. Aracaju foi uma das cidades a viver esse drama”. Diante da tragédia marítima, surgiram vários protestos e manifestações encabeçadas por estudantes e políticos, além de conflitos e perseguições envolvendo estrangeiros e brasileiros suspeitos de espionagens. Essas circunstâncias, provocadas pela guerra, modificou de forma significativa o cotidiano da população sergipana e perdurou até o fim da guerra (CRUZ; ARAS, 2010, 2011).

Para entender melhor esta passagem bélica é preciso ir além das descrições e explicações simplistas. Afinal, como bem salientou Cruz (2012), em suas discussões antropológicas, “Mais do que afundar navios, é preciso visualizar dentro da temática militar [...] outras implicações de caráter [...] interpretativo. A Batalha do Atlântico não pode se restringir [...] aos confrontos marítimos e aos naufrágios, pois suas significações sociais são mais amplas” (2012, p. 74). Considerando isto, passamos então a compreender que as histórias dramáticas vivenciadas no mar, geraram diferentes percepções em terra. Afinal, estes episódios representaram “[...] o alvorecer da guerra no horizonte marítimo nacional” (CRUZ, 2012, p. 92).

As notícias publicadas nos jornais, relacionadas à pátria, eram controladas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, sendo esta prática algo comum a todas as ditaduras. Dessa maneira, vigiando e censurando os trabalhos da imprensa, o presidente Vargas conseguia manter o controle do poder, permitindo somente as publicações que eram convenientes ao Estado Novo (MONTEIRO, 2013).

Conforme os dados bibliográficos e os documentos da época, as primeiras notícias sobre a tragédia foram trazidas pelos pilotos do Aeroclube de Sergipe, que cooperaram com a missão de busca do navio *Aníbal Benévolo*, a pedido do Capitão dos Portos de Sergipe, Gentil Homem de Menezes. Eles voaram pelo litoral sul, a 60 quilômetros da costa, e representaram, simbolicamente, a cidade naval em busca do “navio sergipano” (CRUZ, 2012).

Durante a busca, os aviadores perceberam que havia ocorrido algum naufrágio, devido às “[...] esquisitas manchas” no mar e a imensa quantidade de destroços espalhados com pessoas nadando ao redor deles (CRUZ, 2012, p. 78). Eram os sobreviventes que ainda

estavam em alto mar, agarrados aos materiais flutuantes. Enquanto outros eram avistados já na praia com as baleeiras.



**Figura 19 – Foto aérea dos naufragos e sua baleeira no litoral de Sergipe.
Fonte: Cruz (2012, p. 66).**

Conforme os depoimentos das vítimas, pensou-se, inicialmente, que os naufrágios tinham ocorrido de maneira acidental. No entanto, à medida que o tempo foi passando, outros sobreviventes foram sendo encontrados, não só do navio *Aníbal Benévolo*, mas também do *Baependy* e do *Araraquara*. Foram, inclusive, os depoimentos dos naufragos desta última embarcação, que informaram sobre o torpedeamento, afirmando que a agressão ocorreu diante do “[...] clarão de Aracaju” (CRUZ, 2012, p. 81).

No regresso a Aracaju, os pilotos avistaram vários corpos e destroços chegando às praias. A imagem era assustadora como “[...] um quadro dantesco e de horripilante dramaticidade” (2012, p. 78). Em caráter de urgência, eles levaram as notícias alarmantes para as autoridades sergipanas (CRUZ, 2012).



Figura 20 – Foto aérea destacando os “destroços de navios torpedeados”.
Fonte: Arquivo Público Estadual de Sergipe.

O ataque do *Araraquara* ocorrido diante do “clarão de Aracaju” alertou as autoridades, no sentido de tomar medidas defensivas, para proteger a cidade de possíveis ataques. Afinal, se ela estava no campo de visão dos tripulantes da embarcação, também estava para os submarinistas alemães (CRUZ, 2012). A partir disso, medidas de segurança foram emitidas pela Marinha do Brasil e pelo Exército Brasileiro, entre elas, o *blecaute*, que consistia no escurecimento da cidade. Nesse cenário de guerra, até o antigo Farol da Cotinguiba, atual Farol de Aracaju, foi incluído e teve o seu funcionamento luminoso interrompido por cerca de dois meses (CRUZ, 2012).

Diante deste cenário bélico, podemos dizer que Aracaju perdeu a sua “[...] condição de mera espectadora de um conflito europeu” e se transformou em uma “[...] vítima da Guerra Submarina” (CRUZ; ARAS, 2011, p. 8).

Sobre a percepção dos naufrágos referente à tragédia, notamos através dos depoimentos que esta experiência foi profundamente traumática. Afinal, os sobreviventes viram a morte bem de perto (CRUZ, 2012). Desta maneira, podemos considerá-los como testemunhas vivas de que a guerra chegou efetivamente ao país e da forma mais “covarde” e “cruel” (CORREIO DE ARACAJU, 1942; FOLHA DA MANHÃ, 1942). Afinal, os ataques ocorreram de surpresa e bem no momento em que a maioria já estava dormindo. Por isso,

muitos passageiros e tripulantes não tiveram nem tempo de lutar pela própria vida, pois foram arrastados para o fundo do mar, junto com as embarcações, em minutos. Os poucos que conseguiram sair de dentro dos navios, nadaram sem cessar, a procura de algo para se apoiar. Alguns encontraram as poucas baleeiras para se abrigar, outros se agarraram aos restos das embarcações, na tentativa de se salvar (CRUZ, 2012; PORTO, 2013; MONTEIRO, 2013; CORREIO DE ARACAJU, 1942). Cada sobrevivente trouxe consigo a experiência traumática vivenciada em alto mar e a compartilhou através dos depoimentos publicados nos jornais.



Figura 21 - Uma das baleeiras abicadas no litoral sergipano, 1942.

Segundo Cruz (2012, p. 74), “Não houve socorro às vítimas em mar aberto, as autoridades locais deram assistência somente aos que conseguiram chegar às praias”. Tanto os pilotos do Aeroclube, como os pescadores e os habitantes dos povoados sergipanos e baianos auxiliariam as vítimas. As mais debilitadas foram levadas para o Hospital Amparo de Maria, na cidade de Estância, e para o Hospital de Cirurgia, em Aracaju. As lesões físicas mais comuns identificadas foram: contusões, escoriações, manchas, equimoses, fraturas e queimaduras (CORREIO DE ARACAJU, 18 de ago. 1942, p. 1). Já os problemas psicológicos apresentados foram de ansiedade, angústia, tensão e pânico.

Cruz (2012) afirma que, as experiências dramáticas dos sobreviventes, publicadas nos jornais aracajuanos, abalaram de forma direta o cotidiano da população, e “[...] quando os

náufragos partiram de volta para suas residências em outros estados da federação, os sergipanos continuaram diante de um mar ameaçador” (2012, p. 94).

As regiões costeiras por onde os náufragos passaram foram identificadas através dos “[...] depoimentos [...], relatório policial e dos monumentos históricos” (CRUZ, 2012, p. 81). Os sobreviventes do *Araraquara*, por exemplo, passaram por Aracaju, São Cristóvão e Itaporanga; já os do *Aníbal Benévolo* e do *Baependy* passaram pela “[...] mesma região praiana de Itaporanga, Barra de Estância e região baiana de Mangue Seco” (2012, p. 81). Esses locais praianos eram quase desertos, exceto pelas barras fluviais, onde se localizavam alguns povoados e cidades. A dispersão das vítimas pelo litoral, talvez, se justifique pela movimentação das correntes marítimas e da intensidade do vento, que provavelmente acabou afastando as vítimas dos locais dos naufrágios (CRUZ, 2012).

Diante deste cenário trágico de guerra, é importante destacar a atuação da população costeira que, além de socorrer os náufragos, também cumpriu um importante papel na defesa do litoral após os ataques, já que passaram a representar os “olhos e os ouvidos” da Capitania dos Portos de Sergipe (CRUZ, 2012).

As memórias a respeito dos torpedeamentos receberam notoriedade através da atuação dos sergipanos, afinal foram eles que “[...] trouxeram a experiência traumática do mar para o interior da vida social” (CRUZ, 2012, p. 69). Dessa forma, ao analisar esse contexto é preciso relacionar as ações ocorridas no “[...] mundo das águas beligerantes” com os acontecimentos da “[...] sociedade costeira”, em outras palavras, é relacionar “[...] as histórias dos submarinos nazistas, que normalmente são atribuídas aos náufragos, e que foram, na realidade, construções textuais dos aracajuanos baseadas nas experiências dos sobreviventes” (2012, p. 69). Afinal, é “[...] na história vivida que se apoia a memória coletiva” (HALBWACHS, 1990, p. 60 apud CRUZ, 2012, p. 69).

O medo coletivo da guerra foi despertado pela ação submarina, que trouxe às praias sergipanas, além dos sobreviventes, centenas de corpos das vítimas. A gravidade dos episódios navais exigiu que a população formulasse uma explicação que desse sentido aos desconhecidos torpedeamentos (CRUZ, 2012). Na época, a maioria dos sergipanos era analfabeto (MONTEIRO, 2013). Mas, diante da necessidade de respostas sobre os fatos, surgiram “[...] inúmeras representações que se associaram aos esquemas intelectuais típicos da cultura dos aracajuanos [...]” para então dominar o “[...] medo do submarino” (CRUZ, 2012, p. 70).

Para os jornais locais, “[...] o evento representou uma ‘vil barbaridade’, ‘uma bestial tragédia’, ‘corsários eixistas’, ‘agentes do mal’, ‘atentado nazifascista’, ‘insulto do

hitlerismo’, ‘selvageria sem precedentes’ etc.” (CRUZ; SOUZA, 2009, p. 1488). Já para o homem litorâneo, que nunca tinha visto um *U-boot*³², o afundamento das unidades mercantes representou uma “[...] ‘presepada do diabo nesse tempo em Aracaju’, ‘armação da gota serena’, ‘dias negros’, ‘pior época que já peguei’, ‘alívio por não estar no navio afundado’, ‘desgraça do cão’, ‘coisa de satanás’” (2009, p. 1488) “[...] ‘máquina infernal’, [...] ‘coisa ruim’, ‘fio do cabrunco’ etc.” (CRUZ, 2012, p. 25).

Nestas representações, percebe-se de forma nítida a diferença entre o conhecimento popular e o conhecimento dos instruídos, sendo que “[...] as impressões imaginárias ajudaram a tornar o torpedeamento mais compreensivo para homens e mulheres comuns” (CRUZ; SOUZA, 2009, p. 1488). A respeito das impressões sobre o inimigo marinho, estas estão impregnadas de influências culturais e religiosas, demonstrando assim a possibilidade de compreensão do evento bélico através das “[...] representações simbólicas” (CRUZ; SOUZA, 2009; CRUZ, 2012, p. 25).

De acordo com o jornal *Correio de Aracaju*, do dia 18 de agosto de 1942, a expectativa dos civis para ver de perto os sobreviventes era tão grande, que muitos foram aguardá-los em frente ao Hotel Marozzi, um dos estabelecimentos onde os náufragos ficariam hospedados. A situação de consternação fez surgir um sentimento patriótico exacerbado, principalmente entre os estudantes, que acabaram transformando a manifestação de apoio às vítimas em protesto político.



Figura 22 – Hotel Marozzi, Aracaju na década de 1940³³.

³² *U-boot* – termo de origem alemã. É na verdade a abreviação da palavra *unterseeboot* que significa barco navegando “sob as águas marinhas” (CRUZ, 2012, p. 34).

³³ Fotografia da Rua João Pessoa destacando o Hotel Marozzi. Disponível em: <http://aracajuantigga.blogspot.com.br/2009/11/hoteis-de-aracaju.html>. Acesso em: 19 mar. 2014.

O teor dos discursos proclamados comoviam as pessoas, pois traziam notícias da tragédia, além de incitar a população a exigir justiça e vingança diante das agressões a uma nação de paz como o Brasil.

Vale lembrar que, a pressão popular sobre o presidente, para que a guerra fosse declarada, não afetou a sua imagem de “Chefe da Nação”, pelo contrário, saiu ainda mais fortalecida, uma vez que as autoridades pediam ao povo “[...] calma e confiança no Governo Federal, pois este agiria em defesa da soberania nacional no momento oportuno” (CORREIO DE ARACAJU, 18 de agosto de 1942, p. 1). Contudo, para entender melhor esse contexto histórico repleto de complexidade, é preciso fazer uma análise crítica, isto é, “[...] sair da superfície dos acontecimentos e mergulhar nas profundezas dos significados sociais” (CRUZ, 2012, p. 85).

De acordo com Cruz (2012), o movimento de apoio às vítimas acabou se tornando ações de descontrole e desordem. Exemplo disso foi a intimidação feita ao dono do Hotel Marozzi, descendente de italiano, que para se proteger do furor dos populares, precisou se enrolar na Bandeira Nacional e aparecer na janela, demonstrando assim sua brasilidade.

O italiano Gentile Frederico, que era construtor, também saiu ileso da ira dos manifestantes. Conforme Zé Peixe, em entrevista concedida a Cruz (2012, p. 85), afirmou que, “[...] não teve nada com ele [...] porque já era daqui. Os filhos dele já eram sergipanos”. Cabe frisar que, após a guerra, este italiano preferiu abrigar seu nome, passando então a se chamar Frederico Gentil. Além dele, outros estrangeiros também preferiram modificar seus nomes e sobrenomes, devido ao contexto desfavorável para os imigrantes, surgido após os episódios bélicos (CRUZ, 2012).

Nas ruas aracajuanas, as pessoas aclamavam a guerra como única forma de retaliação. Uma multidão se formou em frente ao Palácio do Governo, na Praça Fausto Cardoso (CORREIO DE ARACAJU, 1942), e partir dela, se teve uma noção mais clara da amplitude que o movimento social atingiu. “Era gente de toda parte da cidade fazendo manifestações de pesar pelo lutuoso e bárbaro atentado” (FIGUEIREDO, 1989, p. 88 apud CRUZ, 2012, p. 86).



Figura 23 – Manifestação no Rio de Janeiro, 1942³⁴.



Figura 24 – Praça Fausto Cardoso e o Palácio Olímpio Campos³⁵.

Ao visualizar as vítimas dos atentados feridas e abaladas, a raiva dos aracajuanos contra os estrangeiros que moravam na cidade foi alimentada ainda mais. A partir de então, os atos de protestos se tornaram mais extremados, imprevisíveis e violentos (CRUZ, 2012; CORREIO DE ARACAJU, 1942). Em consequência disso, vários estrangeiros e sergipanos, suspeitos de espionagem, foram caçados pelos manifestantes.

Com base na entrevista concedida por Salvelina Santos de Moraes a Luiz Cruz (2012), afirmou que após os ataques, ocorreu uma grande agitação na cidade que durou por vários dias.

A gente tava na escola. A professora disse: Oi, todo mundo pega seus livros, suas pastas e corre e vai embora. Porque o negócio aí não tá bom não. Foram mais de 15 dias de quebra-quebra aqui em Aracaju dos estudantes. A polícia não podia parar não. [...] Os estudantes naquela hora paravam e tudo. Daqui há pouco os estudantes pegavam e quebravam tudo de novo. Eu sei que as lojas dele [Nicola Mandarin] não ficaram em pé. Todas quebradas. Nessa época a filha dele tava noiva pra se casar. Tinha por sinal o vestido de noiva na vitrine. Quebraram tudo (2012, p. 88).

O memorialista Mário Cabral, em seu protesto marítimo, escreveu: “[...] tiveram lugar, então, durante dois dias, incêndios e cenas de depredação à propriedade particular dos alemães e italianos, sem que nenhuma força humana se pudesse opor à indignação da alma sergipana” (1942, pp. 153-154 apud CRUZ, 2012, p. 89). Esses atos foram publicados na imprensa como: “[...] manifestação de protesto”, “[...] agitação patriótica”, entre outros temas.

³⁴ Registro fotográfico da manifestação popular ocorrida no Rio de Janeiro após os torpedeamentos dos navios mercantes brasileiros. Disponível em: <http://www.conhecendocesad.blogspot.com.br>. Acesso em: 29 ago. 2013.

³⁵ Cartão postal de Aracaju. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Ref. 173.

Já para a população, significava apenas mais um ato de “[...] quebra-quebra” que tinha se tornado corriqueiro naquele período (CRUZ, 2012, p. 89).

A respeito da desordem instalada na cidade, foi emitida uma nota oficial de “Aviso ao público” pelo Departamento de Segurança Pública do Estado, através de uma publicação no jornal *Correio de Aracaju*, do dia 21 de agosto de 1942, que dizia o seguinte:

A autoridade policial do Estado pede ao povo o maximo de ordem e serenidade. Embora se associe ao sentimento de indignação e tristeza que vai na alma brasileira, não pode permitir no dismando da ordem pública. Os culpados serão punidos severamente. Que o povo confie em calma para que a ação da mesma autoridade se faça mais precisa. Depredação não é brasilidade, as autoridades agirão severamente contra os perturbadores da ordem, porque estes são também inimigos da Pátria (21 de agosto de 1942, p. 2).

Diante desse cenário de guerra, nota-se que a indignação do sergipano não durou apenas alguns dias, ela permaneceu e marcou uma geração. Afinal, a trágica notícia de que nenhum sergipano tinha sobrevivido ao naufrágio do *Aníbal Benévolo*, atingiu várias famílias aracajuanas, aumentando ainda mais a dor e a revolta, abrindo espaço para que o tumulto se instalasse na capital (CRUZ, 2012). Para a população, saber que o navio tinha partido ao meio sem que as pessoas tivessem tido tempo suficiente para sair da embarcação foi triste e doloroso. O luto se espalhou pela cidade e a tragédia militar logo se transformou em drama social (CRUZ, 2012).

Foram gerados no “[...] calor dos acontecimentos [...] ondas de protestos desordeiros, manifestações políticas e conflitos com os estrangeiros” (CRUZ; ARAS, 2011, p. 13). Esses comportamentos demonstraram claramente as consequências violentas que o submarino nazista provocou em Aracaju. De acordo com Zé Peixe, em entrevista concedida a Cruz (2012), a mobilização estudantil, na época, foi grande: “A passeata que tinha na rua o povo gritava. Queremos guerra! Queremos guerra! Queremos guerra! Aquele povo todo pela rua. Pela Praça do Palácio. Quem gritava era o pessoal do Colégio, os estudantes e gente da rua que acompanhava também” (2012, p. 90).

O espírito patriótico motivou várias manifestações estudantis, que geralmente acabavam em confusões (CRUZ; ARAS, 2011). Esse sentimento nacionalista exagerado entre ginásianos tem sua justificativa, segundo Valquiria Renk (2011), nas práticas do governo. Afinal, era através das escolas que o Estado Novo buscava intensificar “[...] as políticas de formação do sentimento de pertencimento à nação” (2011, p. 2762). Medidas como as “[...]”

atividades de caráter cívico e patriótico tinham sido oficializadas pelo Estado, a exemplo dos desfiles escolares, das comemorações de datas cívicas com o canto dos hinos, o hasteamento da bandeira e os símbolos nacionais” (2011, p. 2763). Foi desta maneira que o sentimento de “brasileirismo” foi cultivado na época do Estado Novo (CRUZ; ARAS, 2011, p. 13).

Conforme Serafim e Bittencourt (2006) foram contabilizados 551 vítimas, entre mortos e desaparecidos, no litoral sergipano. Dessa forma, “Esse atentado nazista na América do Sul soma-se a outros exemplos da Segunda Guerra Mundial que revelaram um grau de crueldade até então desconhecido, no qual as populações civis foram as principais vítimas” (CRUZ, 2012, p. 73).

De acordo com Monteiro (2013), as manifestações se alastram por todo país. No Rio de Janeiro foram realizados protestos na frente do Palácio Guanabara, onde mais de oito mil pessoas se reuniram. Em Petrópolis, as placas com nomes germânicos foram trocadas por outras com nomes dos navios agredidos. E em Manaus, os estudantes fizeram manifestações em frente a uma guarnição do Exército e pediram vingança (MONTEIRO, 2013).

As notícias sobre a tragédia foram sendo publicadas, aos poucos, pela imprensa. As principais matérias davam ênfase aos depoimentos dos sobreviventes e até colocavam imagens dos naufragos. A demora com que as informações se espalharam acabou contribuindo para que a população não desanimasse em sua pressão pela declaração de guerra. “A cada nova foto, a cada novo relato doloroso publicado nos jornais, cresce a revolta popular em busca de vingança” (MONTEIRO, 2013, p. 201). O DIP chegou até a produzir um vídeo para ser veiculado no Cinejornal, em todos os cinemas do país. “A intenção, claramente, seria aumentar a ira popular contra os alemães justificando a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial” (2013, p. 201).

Pelo quarto dia consecutivo, as principais cidades do País são palco de manifestações contra o Eixo. [...] dezenas e milhares de brasileiros aglomeram-se em frente do Itamaraty para ouvir a palavra do chanceler Oswaldo Aranha. Emocionado [...] afirma que o país já deveria ter entrado na guerra em dezembro anterior, quando os japoneses atacaram Pearl Harbor. O discurso [...], praticamente garante que o Brasil adotará medidas drásticas em relação aos agressores, e é aplaudido por vários minutos pela multidão (MONTEIRO, pp. 204-207).

Os líderes de vários países, como da Argentina, do Chile, da Guatemala, dos Estados Unidos, entre outros, enviaram telegramas de apoio e solidariedade ao Brasil. E enquanto a publicação oficial de beligerância não saía. A frase mais dita pelos manifestantes nas ruas era:

o país quer guerra! E somente a declaração poderia acalmar os ânimos dos populares. Afinal, este “[...] era um caminho sem volta” (MONTEIRO, 2013, p. 207).

Atualmente, ainda há muitas discussões a respeito das razões que levaram o Brasil a condição de país Beligerante, em 22 de agosto de 1942, e posteriormente, a Declaração de Guerra contra a Alemanha nazista e a Itália fascista, em 31 de agosto do mesmo ano, através do Decreto nº 10.358, que declarou Estado de Guerra em todo território nacional³⁶ (CRUZ, 2012; GAMA; MARTINS, 1985; MONTEIRO, 2013; SCHURSTER, 2013; PEREIRA, 2015).



Figura 25 – Publicação sobre a Declaração de Guerra em todo território nacional.
Fonte: Jornal Correio de Aracaju, 01 de setembro de 1942.

A propaganda estadonovista veiculada nos jornais, após os ataques alemães, atentou-se para reforçar e divulgar a imagem do Presidente como um líder forte e protetor, disposto a “lutar”, “vencer” e até “morrer” pela pátria³⁷.

De acordo com Schurster (2013), a finalidade da propaganda construída pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) era de influenciar e incitar o povo através do nacionalismo para promover a união, mesmo diante das diferenças étnica, sociais e econômicas existentes no país. Afinal, o governo precisava chamar a atenção principalmente dos jovens e cooptá-los para o combate contra o inimigo nazifascista, externo e interno, sendo este último, o quinta-colunista (SCHURSTER, 2013).

Para a defesa e proteção da nação, medidas e procedimentos contra os possíveis ataques de guerra foram providenciados antes mesmo dos torpedeamentos alemães. Segundo

³⁶ Decreto-Lei nº 10.358, de 31 de agosto de 1942. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 01 set. 1942. Seção 1, p. 13413. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2473858/pg-5-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-01-09-1942/pdfView>. Acesso em 03/03/2015.

³⁷ Fonte: Acervo do Instituto Histórico de Pitangui-MG. Jornal Município do Pitangui, publicado em 30 de agosto de 1942, nº 20. Disponível em: <http://www.daquidepitangui.blogspot.com.br/2011/10/repercussao-da-segunda-guerra-mundial.html>. Acesso em: 18 dez. 2013.

Lucas Silva (2009), desde a ruptura diplomática com o Eixo, em janeiro de 1942. A partir de então, foi determinado pelo Governo Federal um conjunto de normas padronizadas instituídas em todos os estados brasileiros, a exemplo da cartilha *Alerta*³⁸ e dos decretos-leis³⁹. A preparação da guerra voltou-se, sobretudo, para os grandes centros urbanos, localizados no litoral, os quais tinham o Oceano Atlântico como uma possível porta de entrada para o conflito bélico (SCHURSTER, 2013).

Para compreender como ocorreu todo esse esforço de guerra, destacamos a microrregião litorânea de Sergipe, que é considerada por Cruz e Aras (2011, 2013), como um dos pontos principais para o entendimento dos episódios trágico-navais que levaram o Brasil a declarar guerra e a participar do maior conflito da História.

As últimas semanas de agosto de 1942 foram incomuns na vida dos aracajuanos em razão dos atentados bélicos. Uma das publicações dos jornais locais, citada por Cruz (2012, p. 23) dizia que: “Sergipe nunca em sua vida presenciou cenas tão tristes como nestes dias”. A presença iminente da guerra alterou completamente a rotina da população e diante de tudo isso houve uma paralisação total das atividades, desde o comércio local, passando pela suspensão das aulas e o encerramento dos expedientes das repartições públicas. Com isso, a vigilância costeira precisou ser reforçada (CRUZ, 2012).

O clima entre as pessoas na cidade era de medo, afinal os submarinos eram ameaças desconhecidas e “invisíveis” que aterrorizavam. Havia, inclusive, o receio de que eles adentrassem a Barra do Rio Sergipe e invadissem a capital. É nesse contexto de temor e insegurança que Aracaju se transforma em uma das primeiras cidades brasileiras, vítima da Segunda Guerra Mundial, mais especificamente da “Guerra Submarina” (CRUZ; ARAS, 2010, 2011, 2012, 2013).

Após os torpedeamentos das embarcações, em águas nacionais, a defesa do litoral passou a ser questão de Segurança Nacional, uma vez que o inimigo naval não poderia ter

³⁸ A cartilha *Alerta! Catecismo da Defesa Passiva Civil Antiaérea*, segundo Schurster (2013, p. 47), “era um guia no Brasil para estruturar a nação num possível ataque das forças do Eixo”.

³⁹ Decreto-Lei nº 4.098 de 06 de fevereiro de 1942, que definiu os Serviços de Defesa Passiva Antiaérea como encargos indispensáveis à defesa da nação; Decreto-Lei nº 4.624 de 26 de agosto de 1942, que criava o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea em todo território da nacional; Decreto-Lei nº 10.358 de 31 de agosto de 1942, que declarou Estado de Guerra em todo território nacional; Decreto-Lei nº 4.716 de 21 de setembro de 1942, que criou a Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Antiaérea enquanto órgão diretor, orientador e consultivo; Decreto-Lei nº 10.490-A de 25 de setembro de 1942, que delimitou a Zona de Guerra no país; Decreto-Lei nº 4.800 de 06 de outubro de 1942, que tornou obrigatório o ensino da defesa passiva em todas as instituições de ensino público e privado do país; Decreto-Lei nº 5.861 de 30 de setembro de 1943, que mudou a nomenclatura do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea para Serviço de Defesa Civil. Fonte: Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 03 mar. 2015.

acesso ao território brasileiro. Para tanto, a Marinha do Brasil, em Sergipe, atuou por meio das ações realizadas pela Capitania dos Portos (CRUZ, 2012).

A tarefa de vigilância do litoral foi realizada tanto pelos militares, como em conjunto com a população civil (CRUZ, 2012). Cruz (2011, 2012) afirma que a participação dos pilotos do Aeroclube, pescadores, práticos, barqueiros, faroleiros e marinheiros contribuíram de forma significativa para o esforço de guerra. Várias instituições públicas também apoiaram os trabalhos de defesa, como o Governo Estadual de Sergipe, as Prefeituras de Aracaju, Estância e de São Cristóvão, além da Legião Brasileira de Assistência e da Cruz Vermelha Brasileira (CRUZ, 2012).

O Sistema de Defesa Passiva, decretado meses antes em todo território nacional, foi finalmente montado na região costeira de Sergipe, provocando mudanças expressivas tanto na paisagem, como na rotina dos aracajuanos. As orientações determinadas pela Marinha de Guerra, segundo Cruz (2012), foram as seguintes: instalar postos de vigilância distribuídos pelo litoral, realizar rigorosamente as tarefas de *black-out*, deter os quinta-colunistas e organizar os ensaios antiaéreos diurnos e noturnos.

Corroborando com essas medidas, o jornal *Correio de Aracaju*, do dia 17 de abril de 1943, publicou a seguinte nota: “Em matéria de defesa passiva nada pode e nem deve ser improvisado; tudo deve e pode ser antecipadamente organizado, antes que o perigo se concretize, pois que - em face do perigo toda a improvisação equivale a uma incorrigível sentença de morte”.

As ações realizadas pela Campanha Antissubmarina ou *Anti-Submarine Warfare* (ASW), em Sergipe, foram as seguintes:

- 1 - soldados se dispersaram pela praia com armas, binóculos e canhões; 2 – alguns pontos das suas águas oceânicas foram minados; 3 – os *marines* americanos realizaram várias patrulhas aéreas; 4 – unidades da Marinha de Guerra rondaram a costa e os estuários locais; 5 – pescadores sergipanos se transformaram nos “olhos e ouvidos” do Capitão dos Portos, Gentil Homem de Menezes. Em Aracaju, a população foi orientada a adotar a DPAAe – Defesa Passiva Antiaérea (CRUZ, 2012, p. 186).

Para cumprir certas orientações, o menor estado do Brasil contou com o apoio material e de pessoal vindo de várias localidades do país e também do exterior. As tropas de vigilância costeira, por exemplo, foram reforçadas com militares vindos da Bahia e do Rio Grande do

Sul, enquanto a patrulha antissubmarina ficou a cargo dos *marines* americanos (CRUZ, 2011, 2012).

De acordo com Cruz (2012), a luta contra o inimigo nazista, no estuário do Rio Sergipe, se efetivou com a chegada dos navios caça-submarinos norte-americanos (GAMA; MARTINS, 1985; PORTO, 2011; CRUZ, 2011). No entanto, é pertinente afirmar que, a maioria dessas embarcações feitas de madeira, também conhecidas como “caça-pau”, foi construída nos arsenais brasileiros.



Figura 26 - Caça-pau *Jutai* - Caça-submarino americano de casco de madeira incorporado à Marinha Brasileira no dia 30 de dezembro de 1942. Fonte: Brígido (2012).

Para a defesa do litoral sergipano foram instalados, em pontos estratégicos, vários postos de observação guarnecidos por soldados. Os equipamentos geralmente utilizados por eles eram: binóculos e mapas com representações de submarinos e aviões nazifascistas, além de aparelhos de escuta para as transmissões de informações (CRUZ, 2012). O bombeiro Jardimino Marques, que na época participou da tarefa de vigilância em Aracaju, contou em entrevista fornecida à Cruz (2012), que seu posto de observação ficava às margens do Rio Sergipe, especificamente no local onde hoje se encontra o Iate Clube. Ele recordou também do medo existente com relação às possíveis invasões e ataques dos submarinos à capital.

O Capitão dos Portos de Sergipe preocupado com a possibilidade de invasões dos submarinistas à cidade de Aracaju, providenciou logo medidas que impedissem essa ofensiva. Conforme Cruz (2012), no dia 06 de outubro de 1942, foi lançado o *Edital de Normas da Capitania dos Portos de Sergipe*, organizado por José Augusto Dantas, que na época era o secretário da Capitania. Este importante documento apresentou regras de condutas e

proibições que tinha como objetivo orientar a população sergipana a agir de acordo com o contexto de guerra.

O documento apresentava medidas de proteção e defesa para a cidade de Aracaju com relação a possíveis invasões alemãs. Por isso, fez referência à preservação das barreiras naturais, formada pelo manguezal ao redor da capital, que funcionava como uma espécie de bloqueio e assim dificultava o acesso, caso os inimigos quisessem invadir. Contudo, apesar da proibição de cortar, vender e comprar madeira procedente de mangue, esta medida não foi cumprida, principalmente, devido ao racionamento do querosene que levou as pessoas mais carentes a utilizar a madeira como gênero de primeira necessidade (CRUZ, 2012).

Podemos afirmar que, um dos papéis exercido pela Marinha, neste período, foi justamente de tentar desenvolver na população uma mentalidade de união diante da necessidade de lutar e combater o inimigo comum a todos. Afinal, caso os submarinistas conseguissem adentrar ao território, toda população seria transformada em soldados diante do contexto de mobilização geral da guerra (CRUZ, 2012).

Outro ponto destacado no documento da Capitania refere-se à proibição de apropriação dos produtos advindos dos carregamentos das embarcações e também dos objetos pessoais das vítimas, que chegavam às praias. Conforme o edital era de responsabilidade de todo cidadão que encontrasse objetos advindos dos naufrágios, guardar, avisar e entregar aos militares todo material para que fosse encaminhado à Capitania dos Portos ou ao 28º Batalhão dos Caçadores (CRUZ, 2012).

Essa medida com relação aos salvados, também contribuiu para o inquérito policial, auxiliando-o tanto na localização e identificação das vítimas com seus pertences, como no recolhimento dos restos dos navios, das baleeiras e das cápsulas dos torpedos, os quais constituíram as provas concretas dos atentados alemães contra as embarcações brasileiras.

Com relação aos carregamentos dos navios, segundo as pesquisas bibliográficas, vários produtos embalados em caixotes, como tecidos, rendas, talheres, pratos, xícaras, entre outros, foram encontrados e recolhidos por pescadores que, ao invés de entregá-los aos militares, comercializaram informalmente a baixo custo na beira da praia, atraindo assim várias pessoas não só pelos preços, mas por se tratar de uma “recordação” dos acontecimentos bélicos. Ao adquirir esses produtos, as pessoas acabavam recebendo um apelido dado pelos estudantes – “tíbum malafogado” –, esse termo fazia referência aos objetos do “tíbum” dos naufrágios. Devido à situação de constrangimento, muitos ficavam envergonhados de usar os objetos, e só com o passar do tempo é que perderam o receio e passaram a utilizá-los no seu dia-a-dia.

Conforme Cruz e Aras (2012, p. 97), o termo “malafogado” se refere a “[...] tudo aquilo que não tinha afogado completamente, que voltava à tona, trazendo, porém, a marca do mal da grande tragédia marítima”. Cruz ainda afirma que, os materiais adquiridos ilegalmente (roupas, comidas, calçados, perfumes, objetos das vítimas, etc.) foram se dispersando pelas feiras da cidade. E por isso, para ele, “No meio social [...] os rastros navais continuaram a flutuar de mão em mão, ajudando a compor os lares locais” da sociedade sergipana (2012, p. 159).

Já o jornal *Correio de Aracaju*, em sua publicação do dia 27 de novembro de 1943, ao invés de considerar a apropriação dos salvados como ilegal, avaliou esta conduta da população mais carente, como uma maneira de amenizar sua pobreza. Sobre os salvados, corroboramos com Cruz (2012, p. 166) quando afirma que através deles “[...] os aracajuanos desenvolveram costumes, práticas e conflitos”. E devido a isso foi possível identificar algumas condutas sociais que fizeram parte da identidade cultural dos grupos que vivenciaram essa época de guerra.

Para a defesa da capital, segundo Porto (2013), foi necessário construir, em um local estratégico, o novo Quartel do 28º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro (28º BC). O bairro escolhido foi o 18 do Forte, por se tratar de um dos pontos mais elevado da cidade, o que possibilitaria uma visão ampla e privilegiada de Aracaju (PORTO, 2013).

O Serviço de Defesa Passiva Antiaérea foi efetivado na cidade através da atuação dos militares do 5º Grupo de Artilharia do Dorso, que tinha como dever realizar simulações de ataques aéreos, além de ensinar e orientar a população a se defender, caso ocorresse algum ataque bélico (DUARTE, 1971 apud PORTO, 2013). Conforme Cruz (2011, p. 33), além desses grupos de militares, outros também atuaram em Aracaju, como por exemplo, a 1ª Bateria Independente e o 19º Batalhão de Caçadores.

Devido à emergência da guerra, algumas instituições estaduais tiveram até que acrescentar pessoal em seu quadro de funcionários, como foi o caso do Corpo de Bombeiro e do Pelotão da Cavalaria, sendo que este último, uma semana após os ataques, foi transformado em Esquadrão, ficando assim responsável pelo policiamento da cidade (PORTO, 2013).

Neste período, Sergipe passou por um “isolamento” comercial, já que seu porto parou de receber embarcações e, consequentemente, mercadorias que abasteciam a população. Até porque, na época, o principal meio de transporte era o hidroviário, pois não existiam rodovias, nem um sistema ferroviário eficiente (CRUZ, 2012). Segundo Cruz e Aras (2012, p. 98), “O isolamento naval asfixiou o comércio e encalhou a safra açucareira nos trapiches ribeirinhos.

[...] Sem a movimentação de carga a bordo dos navios, os estivadores sergipanos foram atingidos diretamente pela interrupção do transporte marítimo”.

Diante da escassez foi necessário formar uma Comissão de Tabelamento de Gêneros de Primeira Necessidade para controlar os preços perante a crise econômica provocada pela guerra (PORTO, 2013).

De acordo com Fortes (1995, p. 36) citado por Cruz e Souza (2009, p. 1487), a capital sergipana diante da ameaça submarina “[...] se sentiu mais isolada sem os costumeiros navios mercantes. Tudo demorava chegar aqui”. Os sucessivos torpedeamentos nazistas acabaram “[...] espantando os navios [...] do cais aracajuano. A cidade perdia sua feição portuária” por causa da paralisação do seu movimento. “A costa sergipana ganhou uma triste fama dos marinheiros: ‘mar dos submarinos’” (FORTES, 1995, p. 36 apud CRUZ; SOUZA, 2009, p. 1487).

Segundo Cruz (2012), a barra do Rio Real, por exemplo, se tornou um local representativo e simbólico, devido aos ataques e naufrágios que provocaram as centenas de mortes. Fato este que ficou conhecido, conforme Gama e Martins (1985, p. 387), como “[...] o massacre do Rio Real”. Diante deste cenário bélico, “Muitas pessoas foram desistindo de viajar nos navios de passageiros, temendo encontrar pela frente o temido submarino” (FORTES, 1995, p. 36 apud CRUZ; SOUZA, 2009, p. 1487).

A iminência de guerra transformou o centro administrativo e comercial de Aracaju, especificamente, o Parque Teófilo Dantas, em uma praça de guerra. Nele foi montado um sistema de defesa, inclusive, com formação de barricadas constituídas por centenas de sacos de areia empilhados (PORTO, 2013).

As tarefas e simulações de ataques aéreos à cidade eram realizadas pelos militares do 5º Grupo de Artilharia do Dorso. Eles se abrigavam em cima do prédio Pernambuco, onde já estavam instalados equipamentos de guerra como as baterias antiaéreas. E, munidos com velhas metralhadoras abastecidas de festim, atiravam nos supostos aviões inimigos. Este era o cenário de Aracaju no tempo da Grande Guerra (PORTO, 2013).

Para “esconder” a cidade dos olhos dos nazifascistas que rondavam pelo mar, era necessário extinguir toda e qualquer iluminação. Durante as noites, os alertas eram acionados e as sirenes tocavam anunciando o *black-out*. Os postes eram camuflados pintados de preto e as porta e janelas das residências eram protegidas com tecidos escuros para evitar que a luminosidade saísse às ruas. Diante desta transformação na paisagem noturna da capital, surgiram alguns problemas internos, como por exemplo, o aumento da violência devido à escuridão e a pouca circulação de pessoas nas ruas. De acordo com os relatos registrados na

época, ocorreram vários roubos a residências e casas comerciais, além de assaltos (PORTO, 2013).

Para o governo alcançar o sucesso das operações de Defesa Passiva foi necessário contar com a colaboração da população de forma disciplinar. Afinal, as estratégias de proteção coletiva precisavam do apoio de todos. Contudo, nesse cenário de guerra, também houve abusos por parte das autoridades policiais, especialmente da cavalaria, que usava da severidade e da violência para exigir o cumprimento das tarefas (CRUZ, 2012).

A respeito das investidas contra os submarinos na costa sergipana, temos o registro do afundamento de um dos *u-boots* alemães, que foi bombardeado por aviões e caças americanos, na região do litoral norte por exemplo. Outro que também se movimentava de norte a sul pelo estado foi abatido nas proximidades do litoral sergipano, mas do lado baiano (CRUZ, 2012). Os submarinos atacados foram: o *U-128* e o *U-161*, liderados, respectivamente, pelos comandantes nazistas Steirnet e Achilles (ARAUJO, 2008).

De acordo com as pesquisa orais realizadas por Cruz (2012) com José Nunes (Zé Peixe) e Dona Salvelina Moraes, que vivenciaram essa época de guerra em Aracaju, foram os aviões americanos que conseguiram afundar e expulsar os submarinos nazistas do litoral brasileiro.

Vale ressaltar que durante essa época, “[...] a propaganda do Estado era sempre forte e relutante em dizer que o Brasil estava pronto para lutar conjuntamente com as democracias americanas, evitando, assim, tornar público toda fragilidade militar e bélica existente no país em caso de guerra” (SCHURSTER 2013, p. 55). Os soldados, por exemplo, estavam instalados em fortes, de maneira bastante precária, vigiando o litoral. E o apoio dos Estados Unidos para a preparação da guerra só veio chegar ao decorrer do conflito.

Segundo Schurster (2013), nos últimos anos da guerra, os aviões americanos e brasileiros passaram a circular entre os portos mais distantes do Brasil. Já os dirigíveis americanos ficaram próximo à costa. “Este era o Nordeste pronto para a guerra. Apesar de todas as deficiências, a força da retaguarda conseguiu exercer grande papel no conflito do Atlântico Sul” (2013, p. 55).

Conforme Cruz e Aras (2012, p. 94), a situação bélica só “[...] começou a se inverter para o lado dos aliados, quando as Forças Armadas do Brasil e os *marines* americanos reforçaram a segurança costeira [...]” da América com o auxílio das tecnologias navais. Dessa maneira, os submarinos ou “lobos cinzentos” acabaram perdendo “[...] o seu elemento surpresa e passaram a ser caçados com mais facilidade pelos aviões de guerra” (CRUZ; ARAS, 2012, p. 94).

Diante de todo esse contexto apresentado, podemos afirmar que os sergipanos viram de perto, em seu litoral, não só as supostas ou remotas possibilidades de ataques de guerra, mas sua efetividade materializada através dos restos mortais e dos destroços das embarcações que deram nas praias, além da preparação de guerra que mobilizou a todos. Com relação a isso, corroboramos com Cruz (2012, p. 191) quando afirma que: “Ainda se tem muito que fazer pela memória dos brasileiros que perderam suas vidas [...]” durante este período de guerra mundial.

CAPÍTULO III – CULTURA MATERIAL PROVENIENTE DOS TORPEDEAMENTOS NAVAIS

Os sítios arqueológicos referentes ao período da Segunda Guerra Mundial, em Sergipe, especificamente do ano de 1942, englobam os sítios de naufrágios formados pelos restos das embarcações *Baependy*, *Araraquara*, *Aníbal Benévolo* e o seu entorno, como por exemplo, as praias onde foram encontrados espalhados os objetos e os corpos das centenas de vítimas, os dois Cemitérios dos Náufragos e o Farol de Aracaju.

A importância do estudo dessa cultura material justifica-se pelo resgate que ele proporciona sobre estes episódios trágico-navais, que foram de grande relevância para a História do Brasil. Afinal, o torpedeamento dessas embarcações representou o motivo maior que levou o país a declarar guerra contra as nações do Eixo.

3.1 – Sítios arqueológicos de naufrágios

Os sítios de naufrágios formados pelos restos das três embarcações afundadas em Sergipe poderão futuramente ser estudados, *in situ*, através de um projeto de pesquisa de doutorado, utilizando na prática os métodos da Arqueologia subaquática, a qual se concentra no estudo dos chamados sítios arqueológicos submersos, entre eles, os de naufrágios que “[...] são formados pelos restos de uma, ou mais, embarcação naufragada [...]” (RAMBELLI; GUSMÃO, 2014, p. 119).

Com relação a isso, Rambelli (1998, 2002, 2003) afirma que, antes de qualquer tipo de intervenção em um sítio arqueológico submerso, é necessário que se faça um levantamento sistemático direto na área, de modo que se possa “[...] conhecer, observar, registrar [...], confirmar ou não as primeiras hipóteses, ou seja, é tomar contato com o sítio ou sítios submersos, com suas condições de conservação e com sua localização. Esse processo de inventário detalhado dos sítios é conhecido como *Carta Arqueológica*” (1998, p. 54).

Os métodos e técnicas utilizados pela Arqueologia subaquática são os seguintes: levantamento direto feito em círculos concêntricos, retângulos, triângulos equiláteros, pêndulos, linhas direcionais, perpendicular ou por meio de trilateração, corredeiras, etc., ou ainda aquele levantamento feito com propulsor ou planador puxado por barcos ou aquaplanos.

Caso a profundidade seja superior ao limite de segurança do arqueólogo mergulhador, a verificação do sítio poderá ser feita de forma indireta, através de levantamento geofísico utilizando o magnetômetro de prótons, o sonar de varredura lateral ou o diagramador do subsolo marinho. Outros equipamentos também podem auxiliar, como é o caso do eco-sonda e do ROV – veículo automático operado por controle remoto (RAMBELLI, 1998, 2002).

Conforme Gibbins e Adams (2001), os sítios arqueológicos de naufrágios são os mais numerosos e variados, por isso, são os mais estudados. Eles se destacam pela boa preservação que ocorre através do evento deposicional, fato que os possibilitam ter uma maior integridade. Esta característica é praticamente uniforme na maioria dos naufrágios, independente da data, local e tipo. Isto significa que seus contextos arqueológicos e históricos podem ser analisados utilizando metodologias e estratégias de investigações semelhantes (GIBBINS, 1990 apud GIBBINS; ADAMS, 2001, p. 280, tradução nossa).

A respeito disso, Blot (1988, 1995) citado por Rambelli (2002, p. 62) faz uma ressalva ao afirmar que: “[...] as técnicas de escavação arqueológica [...] não são universalmente válidas, possuindo características diversas em épocas e em ambientes culturais diferentes”. Sendo isto válido também para a “[...] investigação subaquática (levantamentos, prospecções e escavações)” (RAMBELLI, 2002, p. 62).

De acordo com Rambelli (1998, 2002, 2003), os sítios arqueológicos de naufrágios oferecem melhor oportunidade de trabalho para a Arqueologia, em comparação com os sítios terrestres, por duas razões. Primeiro, porque os naufrágios funcionam como “cápsulas do tempo”, que representam um microcosmo social “[...] congelado em plena existência” (RAMBELLI, 2003, p. 80). Segundo, porque embaixo d’água a cultura material apresenta uma melhor conservação devido à ausência de oxigênio e das trocas anaeróbicas que o meio proporciona. No entanto, cabe frisar que essa preservação pode variar de acordo com processo de formação do sítio e das condições do ambiente (RAMBELLI, 1998, 2002, 2003, 2006).

Outra vantagem considerável desses sítios “[...] é que grande parte do patrimônio cultural subaquático ainda se encontra fora do alcance do maior agente destruidor da natureza: o ser humano” (RAMBELLI, 2002, 2006, 2007 apud PORTO, 2013, p. 77). Segue abaixo um gráfico apresentado por Rambelli (2003), em sua tese de doutorado, que mostra bem as diferenças do estado de conservação dos materiais em superfície e embaixo d’água.

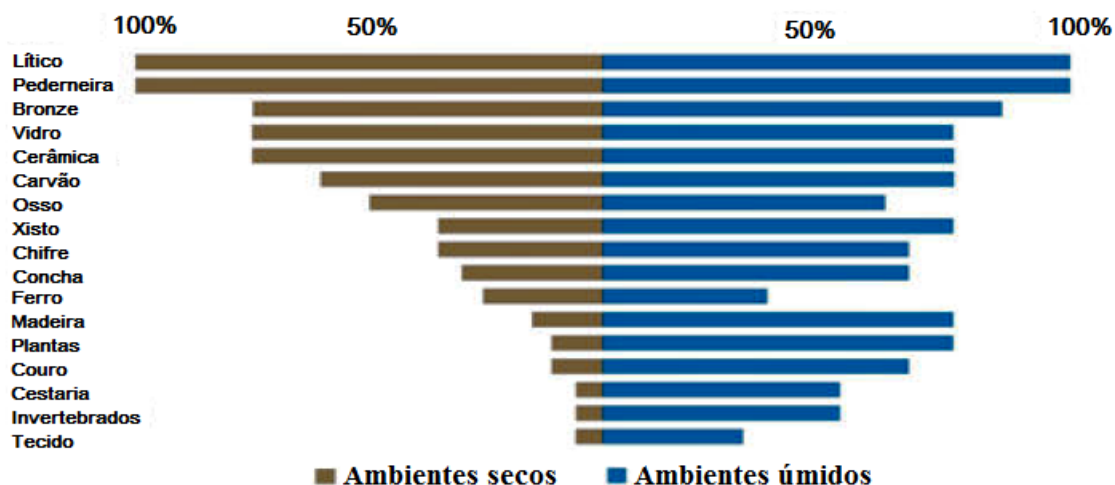


Gráfico 2 – Uma comparação da preservação de materiais em ambiente seco e ambiente úmido em sítios europeus. Fonte: Rambelli (2003, p. 9)⁴⁰.

Ao problematizar um naufrágio devemos levar em consideração vários fatores como: a época em que ele ocorreu, sua localização, o efeito do tempo e da erosão sobre ele (RAMBELLI, 1998, 2002, 2003). O levantamento de informações a respeito das estruturas e dos artefatos deve ser feito através de métodos geofísicos, os quais “[...] são importantes para a determinação dos limites do sítio, a orientação do navio e o local onde deverá se iniciar uma possível escavação” (GARCIA, 2005, p. 95). No entanto, apenas “[...] o registro rigoroso através de uma metodologia consciente e bem aplicada garantem a preservação da informação arqueológica” (2005, p. 95). Afinal, é importante ressaltar que os sítios arqueológicos constituem um patrimônio que é “[...] único e não renovável” (RAMBELLI, 2002, p. 80, 2008, p. 100).

As investigações a respeito de um naufrágio podem perpassar pela análise do navio em si, como por exemplo: as técnicas de construção, tipologia, cargas, tripulações em seu cotidiano com suas hierarquias, itinerários de viagens, dentre outras informações (RAMBELLI, 1998, 2002, 2003). A pesquisa também pode se debruçar sobre o fenômeno do próprio naufrágio, ou seja, o que provocou? De que modo afundou? Como a carga se dispersou? E a erosão sofrida ao longo do tempo? (RAMBELLI, 2002, 2003; GARCIA, 2005). Enfim, inúmeras perguntas podem ser feitas a esse tipo de sítio, levando em consideração que a abordagem arqueológica deverá sempre “[...] obedecer a um rigoroso critério de adequação das técnicas de investigação e registro à problemática levantada” (GARCIA, 2005, p. 97).

⁴⁰ Gráfico desenvolvido pela Nautical Archaeology Society – NAS (1995). Fonte: Tese (Doutorado em Arqueologia) RAMBELLI, Gilson. *Arqueologia Subaquática do Baixo Vale do Ribeira*. São Paulo, 2003, p. 9.

Dentro desta abordagem, conforme Garcia (2005), os documentos técnicos são encarados como fontes de informações relevantes, pois através deles é possível obter conhecimento sobre a arte da construção naval, as definições tipológicas, morfológicas e funcionais, além da possibilidade de saber quem escreveu, em que período e contexto histórico. Afinal, no momento da pesquisa *in situ*, são as peças estruturais que vão fornecer as respostas necessárias para a identificação do tipo de embarcação, já que são elas que determinam o tamanho e a forma de cada navio (GARCIA, 2005).

Segundo Rambelli (1998, 2002, 2003), para realizar uma intervenção arqueológica subaquática é preciso obedecer a várias etapas metodológicas e técnicas. Primeiro, deve-se fazer uma prospecção preliminar para mapear de forma detalhada a área do sítio; depois selecionar as áreas que serão investigadas com base em um planejamento metódico e sistemático; por fim, fazer um registro completo do trabalho de campo que inclui: observar a estratigrafia do sítio, fazer a localização precisa dos artefatos se atendo a sua dispersão, observar o estado de conservação, fazer as análises e as interpretações dos materiais encontrados em seu contexto, *in situ*, com o objetivo de produzir conhecimento, o qual deverá ser compartilhado através de publicações com os resultados da pesquisa.

Nos últimos anos, os estudos referentes aos sítios de naufrágios se ampliaram e deixaram de dar tanta ênfase aos aspectos técnicos das embarcações. Passou-se, então, a focar mais nesses fenômenos enquanto veículos que representam um grande empreendimento social e de comunicação e comércio (RAMBELLI, 1998, 2002, 2003). As análises baseadas nas novas abordagens derivadas da Arqueologia simbólica, contextual e crítica passaram a ampliar e diversificar os contextos em que os navios e sua cultura material se encontram (RAMBELLI, 2003).

A inclusão da teoria pós-processual tem sido bastante receptiva nessa área, e as metodologias interpretativas estão sendo utilizadas, cada vez mais, em busca de estabelecer pontes entre destroços e navios, dados empíricos e abstração de alto nível. Com isso, os destroços ficaram mais suscetíveis a produzir maior qualidade e diversidade de informações, fazendo surgir uma multiplicidade de contextos e significados (GIBBINS; ADAMS, 2001).

Os sítios de naufrágios enquanto Patrimônio Arqueológico Subaquático, no Brasil, infelizmente tem sido relegado pela legislação, desde a primeira Lei de Arqueologia 3.924 de 1961, que não incluiu e nem citou a potencialidade dos estudos dos sítios arqueológicos submersos para a produção do conhecimento, principalmente, dos sítios de naufrágios que, na época, já eram conhecidos e bastante pilhados, e que representavam importantes fontes

materiais para a construção da história trágico-marítima do país, o qual fez parte, inclusive, das rotas das Grandes Navegações (RAMBELLI, 2002).

Diante da situação de descaso, os sítios submersos foram explorados e os seus bens culturais comercializados pelas empresas de caça ao tesouro. Sobre isso, Rambelli (2002) afirma que, até o ano de 1986, a instituição que tinha a incumbência de autorizar e fiscalizar todas as intervenções nos sítios submersos era a Marinha do Brasil. E para partilhar os bens culturais explorados, ela se baseava em um critério de distribuição que concedia 80% do material encontrado aos exploradores, restando apenas 20% à União, que era destinado aos museus para a formação de coleções (RABELLI, 2002; LIVRO AMARELO, 2004; FUNARI, RAMBELLI, 2007).

Perante esse quadro de depredações do patrimônio arqueológico submerso, a primeira tentativa de se fazer pesquisa arqueológica embaixo d'água, voltada para o estudo sistemático de um sítio de naufrágio, aconteceu apenas no ano de 1976. A pesquisa foi realizada pelo arqueólogo não mergulhador Ullysses Pernambucano M. Neto que orientou, em superfície, uma equipe de mergulhadores no sítio de naufrágio do galeão *Sacramento*, formado em 1668, quando a embarcação afundou durante uma tempestade, no litoral da cidade de Salvador - BA (RAMBELLI, 2002; FUNARI, RAMBELLI, 2007).

No entanto, esse trabalho é considerado como uma experiência técnica, já que se preocupou em fazer, somente, o plano geral do sítio e demarcar a localização dos artefatos retirados, ou seja, foi apenas um esboço de Arqueologia subaquática que se preocupou exclusivamente com a retirada dos objetos do naufrágio, para comprová-lo materialmente e ilustrar a vida a bordo, já descrita nos livros (RAMBELLI, 2002).

Com o passar dos anos, os sítios de naufrágios continuaram a ser explorados em detrimento de uma minoria – os caçadores de tesouros –, até chegar ao ponto de assustar as autoridades da Marinha do Brasil, devido ao significativo aumento do tráfico ilícito de bens culturais advindos das explorações desses sítios. Diante dessa situação, foi aprovada a Lei Federal 7.542 de 1986, que pôs fim ao percentual de 80% concedido aos exploradores do patrimônio cultural submerso. Além disso, essa lei possibilitou também que no ano de 1989, “[...] fosse baixada a Portaria Interministerial nº 69, entre o Ministério da Marinha e o Ministério da Cultura [...]”, que incluía este último, nas questões ligadas ao patrimônio cultural subaquático brasileiro (RAMBELLI, 2002, p. 100).

Surgiu também durante a década de 1980, “[...] a proposta de constituição da Archenave – Comissão de Arqueologia, História e Etnografia Naval –, com o objetivo

inventariar todo o patrimônio naval em águas [...]” nacionais e assim garantir a preservação do patrimônio submerso (RAMBELLI, 2002, p. 100).

Neste cenário de tentativas de realizações de pesquisas arqueológicas embaixo d’água, surge durante a década de 1990, o projeto de mestrado do arqueólogo Gilson Rambelli – considerado o pioneiro da Arqueologia subaquática no país –, preocupado com a análise e interpretação do contexto em que a cultura material se encontrava *in situ*, tendo por base as questões teórico-metodológicas já desenvolvidas em outros países (RAMBELLI, 2002).

Rambelli se propôs a estudar vários sítios da região do Baixo Vale do Ribeira, como por exemplo: “[...] um porto marítimo, ‘Porto Grande de Iguape’; um sítio de contato interétnico indígena/europeu: ‘Toca do Bugio’; e um sítio pré-histórico: ‘Sambaqui do Prefeito’ [...]” (2002, p. 103). Deste modo, ao estudar esses sítios, ele conseguiu romper com a ideia de que a Arqueologia subaquática se faz apenas em sítios de naufrágios, incluindo os estudos destes, somente, a partir do ano 2000.

Podemos afirmar que Rambelli foi muito mais além do que apenas as realizações de suas pesquisas, afinal, ele se empenhou na luta pela inserção desta abordagem de estudo dentro da Arqueologia Brasileira, enquanto uma disciplina autônoma. Além disso, se preocupou também com a questão da legislação referente aos bens culturais submersos. Suas pesquisas servem de exemplo concreto de que há possibilidade de se fazer Arqueologia embaixo d’água e ainda mostram a viabilidade delas, contrariando assim o discurso das empresas de caça ao tesouro.

Depois dos trabalhos pioneiros de Rambelli, outros estudiosos passaram a desenvolver pesquisas abordando sítios arqueológicos em diferentes lugares e com contextos diversos, como por exemplo, as dissertações e teses de Paulo Fernando Bava de Camargo (2002, 2009) e de Flávio Rizzi Calippo (2004, 2010), a tese de Leandro Domingues Duran (2008) e outros trabalhos produzidos recentemente como as dissertações de Márcia Jamille Nascimento Costa (2013), Luis Felipe Freire (2013), Otávio Arruda Porto (2013), Luana Batista Goulart (2014), Daniel Martins Gusmão (2015), entre outros.

Com o desenvolvimento dessa prática arqueológica e o sucesso garantido diante dos resultados das pesquisas, tem-se revelado o grande potencial dessa cultura material que envolve o ambiente aquático para a produção do conhecimento da nossa História, contribuindo assim, de maneira significativa, para a formação da identidade nacional que é plural e multiétnica, assim como os diferentes sítios arqueológicos.

No que diz respeito a nossa legislação, deve-se evidenciar que a mesma não tem avançado em seus parâmetros legais em comparação com a produção científica. Exemplo

disso é a lei mais atual referente ao patrimônio arqueológico submerso, Lei 10.166 de 27 de dezembro 2000, que está vinculada às Normas Marítimas Nacionais, especificamente a Norman 10/2000, que se refere à execução de trabalhos em sítios submersos, sem citar a necessidade de se realizar pesquisas arqueológicas (RAMBELLI, 2002; FUNARI, RAMBELLI, 2007).

Esta lei representa um retrocesso, no sentido em que volta a permitir a comercialização dos bens culturais submersos que não forem considerados, por uma comissão em superfície, como artefato de valor histórico, artístico ou arqueológico. Sendo que, as cargas das embarcações nem passam por esse processo de avaliação e logo são comercializadas (RAMBELLI, 2002).

Segundo Rambelli (2002), esta lei vai de encontro a vários documentos importantes, tanto nacionais, como internacionais, que se referem à proteção dos bens patrimoniais culturais brasileiros, como por exemplo: o artigo 216 da Constituição Federal de 1988; a Convenção da Unesco de 2001; a Carta Internacional do Icomos (Sofia, 1996); a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982, ratificada em 1994; e também vai de encontro com as recomendações da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB).

Perante este panorama, a lei só demonstra que o país está na contramão do mundo ao permitir que o nosso patrimônio cultural subaquático, advindo dos sítios arqueológicos submersos, sejam explorados e destruídos diante dos nossos olhos, em detrimento de uma minoria – os caçadores de tesouros –, que por meio de suas influências políticas, conseguiram de maneira oficial a aprovação desta lei, que representa um atraso referente aos avanços das pesquisas arqueológicas (RAMBELLI, 2002).

Dessa maneira, cabe ao arqueólogo a difícil tarefa de lutar pela defesa do patrimônio arqueológico em conjunto com as diversas instituições, como a SAB, as universidades, o IPHAN e a Marinha do Brasil, buscando assim a aprovação de leis que impeçam a exploração e a comercialização do patrimônio arqueológico, que é um legado de todos e por isso deve ser preservado e também divulgado à população, que tem o direito de conhecer a História de seu povo que está encoberta pelas águas, mas que infelizmente está sendo constantemente destruída (RAMBELLI, 2002; FUNARI, RAMBELLI, 2007).

Uma das alternativas apresentadas por Rambelli (1998, 2002, 2003) para combater essa destruição do patrimônio cultural submerso é a *Carta Arqueológica*, a qual tem por objetivo localizar, identificar e registrar os sítios arqueológicos, buscando conhecê-los para poder criar mecanismos de gestão que garantam a preservação dessa herança histórica, que é de todos os brasileiros.

No caso dos sítios arqueológicos de naufrágios do litoral sergipano, pode-se afirmar que, as futuras prospecções subaquáticas se justificarão pelo potencial que os sítios oferecem e pela importância histórica que eles representam (PORTO, 2013). No entanto, cabe aqui uma ressalva com relação a esses sítios decorrentes da guerra, os quais são considerados como túmulos de guerra, isto é, possuem restos humanos, e por isso para pesquisá-los, *in situ*, será necessário obter autorização da Marinha do Brasil, segundo Porto.

Vale destacar que, a efetivação dessas futuras pesquisas irá colaborar com o projeto *Carta Arqueológica Subaquática de Sergipe: Inventário Sistemático do Patrimônio Cultural Subaquático*, vinculado ao Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos da UFS, coordenado por Rambelli. A Carta pretende fazer o levantamento e inventariar o patrimônio cultural subaquático do litoral sergipano, que posteriormente servirá de mecanismo de conhecimento e gestão (RAMBELLI, 2002).

Até o presente, sabe-se que os sítios de naufrágios sergipanos da época bélica ainda não foram estudados por meio de uma pesquisa arqueológica sistemática *in situ*. Mas, de acordo com Porto (2013), baseado nas coordenadas geográficas encontradas em fontes bibliográficas e plotadas em cartas náuticas eletrônicas, há grandes possibilidades de se realizar pesquisas arqueológicas subaquáticas diretas, logo após o georrefenciamento da área e a identificação da localização precisa, em dois desses sítios.

Conforme os dados obtidos por Porto (2013), os restos do navio *Aníbal Benévolo* estão possivelmente a uma profundidade média de 20 metros, enquanto os do navio *Araraquara* estão a aproximadamente entre 30 e 40 metros (PORTO, 2013). Deste modo, a metodologia que poderá ser aplicada para fazer a prospecção da área será o levantamento sistemático direto, feito pelo arqueólogo mergulhador da seguinte maneira: em círculos concêntricos, retângulos, triângulos equiláteros, pêndulos, linhas direcionais, perpendiculares, corredeiras, com a ajuda de propulsor ou de planador. Fundamentado nesses dados, há de convir que, a escolha do método mais adequado dependerá das condições imposta pelo ambiente, ou seja, do tipo de fundo, da visibilidade, da corrente, etc. (RAMBELLI, 1998, 2002).

Já a possível localização do naufrágio do *Baependy*, segundo Porto (2013), é de mais de 2.000 metros de profundidade. O motivo para tal profundidade pode estar ligado, talvez, aos movimentos das correntes marinhas. Todavia, de acordo com o referido pesquisador, as planícies abissais submarinas do local não permitiriam que as estruturas da embarcação fossem deslocadas, pelo leito marinho, para lugares de menores profundidades. Diante disso, as pesquisas *in situ* ficariam impossibilitadas de serem realizadas devido à profundidade que é superior ao limite de segurança (PORTO, 2013).

No entanto, isto não impediria a efetivação da pesquisa arqueológica subaquática, a qual pode ser também realizada de maneira indireta, por meio de veículos subaquáticos autônomos ou de um ROV, veículo automático operado por controle remoto, que é equipado com vídeos e câmeras para baixa luminosidade, possibilitando assim as transmissões de dados captados do fundo marinho (RAMBELLI, 1998, 2002).

É oportuno frisar, porém, que as possíveis localizações descritas acima podem ser diferentes das reais posições atuais dos naufrágios no fundo do mar, por dois motivos. Primeiro, porque o método utilizado por Porto (2013) foi baseado em uma “suposição” e também porque utiliza as coordenadas da localização do submarino na hora dos ataques, e não do local onde as embarcações naufragaram, como confirmam os dados fornecidos pelo Serviço de Documentação Geral da Marinha (GAMA; MARTINS, 1985). Segundo, porque o ambiente marinho possui uma grande dinâmica e as correntes marítimas podem afastar as estruturas do local onde ocorreu o incidente, por metros e até quilômetros de distância (MUCKELROY, 1978 apud RAMBELLI, 2003). Diante das possibilidades expostas, afirmamos que somente através da pesquisa arqueológica subaquática será possível obter a localização exata desses sítios.

Sobre a região geográfica onde esses navios afundaram, é notável que não há um consenso nas informações apresentadas pelas fontes bibliográficas. Algumas afirmam que os torpedeamentos ocorreram no litoral de Sergipe, outras dizem que foram na costa da Bahia, e ainda tem aquelas que consideram que os naufrágios ocorreram entre o litoral dos dois estados. Para resolver essa questão, voltamos a declarar que a solução é a efetivação das pesquisas arqueológicas subaquáticas, as quais poderão identificar as áreas em que os sítios se encontram e assim nos fornecer as respostas.

Essa questão se mostra importante porque, no geral, observamos que há uma predominância nas fontes bibliográficas em afirmar que os episódios ocorreram na costa da Bahia. E, dessa maneira, “esquecem” de citar o papel de destaque que Sergipe teve diante do conflito mundial. Afinal, conforme os documentos oficiais da época, a capital considerada como vítima de guerra foi Aracaju, sendo inclusive construído, em seu território, dois cemitérios para realizar os enterramentos, tanto primário, como secundário, das centenas de vítimas que chegaram até as praias.

De acordo com as informações apresentadas no livro da Marinha do Brasil, *História Naval Brasileira* (1985), os três navios foram afundados na costa sergipana, na altura do Rio Real. No entanto, os resultados apresentados por Porto (2013) contradizem essas informações

e mostram que os afundamentos teriam ocorridos no litoral da Bahia. Segue abaixo uma tabela que mostra as possíveis distâncias das embarcações com relação aos dois estados.

Navios	Costa de Sergipe / Barra do Rio Real	Costa da Bahia
Baependy	31,10 milhas náuticas	28,24 milhas náuticas
Araraquara	25,75 milhas náuticas	10,29 milhas náuticas
Aníbal Benévolo	14,83 milhas náuticas	5,55 milhas náuticas

Tabela 1 – Distâncias dos afundamentos dos navios com relação à costa de Sergipe e a costa da Bahia⁴¹.

Se realmente as embarcações afundaram na costa da Bahia, talvez, as explicações para que os destroços, objetos, corpos e sobreviventes dessem nas praias sergipanas, fossem seguindo a direção das correntes marítimas que, provavelmente, dispersaram todos esses vestígios materiais e humanos no sentido norte. No entanto, de acordo com Rambelli⁴², as correntes marítimas do litoral sergipano, na maioria das vezes, segue o curso rumo ao sul e não o contrário. Portanto, provavelmente, os naufrágios teriam ocorrido na região de Sergipe e os destroços, corpos e sobreviventes teriam sido “arrastados” para o sul, em direção à Bahia. Contudo, há uma pequena chance dos ataques terem ocorridos nos raros dias em que as correntes seguem para o norte.

Diante das contradições apresentadas, podemos afirmar que somente o estudo arqueológico desses vestígios materiais poderiam fornecer as respostas para os questionamentos levantados, ou seja, serviriam para corroborar ou confrontar as informações bibliográficas, assim como sugere Orser (1992), trazendo novos conhecimentos a respeito do nosso passado histórico.

A realização das pesquisas arqueológicas nos sítios de naufrágios possibilita tanto reconstituir aspectos do passado, como revelar riquezas históricas e arqueológicas encobertas pelas águas. No caso sergipano, as pesquisas seriam de grande relevância, porque além de mostrar a existência desses sítios em nosso estado, evidenciaria o importante papel que Sergipe teve diante do conflito mundial. Afinal, essa é uma história que poucos sergipanos e brasileiros conhecem e que precisa ser contada. E, nada melhor do que obter essas

⁴¹ Tabela elaborada pela autora, com base nos dados obtidos por Porto (2013).

⁴² Hipótese lançada pelo professor Gilson Rambelli, durante uma reunião de orientação (2015), com base em suas experiências pessoais no mar sergipano.

informações por meio da própria cultura material da época, para produzir esse conhecimento histórico e aproximar a população do patrimônio arqueológico brasileiro.

As ações de guerra realizadas pelo submarino *U-507*, entre o litoral sergipano e baiano, mais especificamente na Barra de Estância - SE, segundo Cruz e Aras (2012), foram minuciosamente planejadas, configurando-se como uma emboscada. Os submarinistas aguardaram suas vítimas na beira da costa, em uma das regiões mais desertas, esperando só o momento certo para atacá-las. A maneira como eles agiram demonstrou que eram bons conhecedores da região, talvez, devido a grande experiência e também ao manuseio de cartas náuticas, além do favorecimento que tiveram do sinal luminoso emitido pelo Farol de Aracaju, que provavelmente forneceu as coordenadas navegacionais do local (CRUZ; ARAS, 2012).

Contudo, cabe evidenciar que durante o período de guerra surgiram muitas histórias sobre espiões em Sergipe (BARRETO, 2005; CRUZ, 2012; TRINDADE, 2014). Os estrangeiros e brasileiros descendentes de alemães e italianos foram acusados de repassar informações, pois, a impressão era de que os submarinistas sabiam demais, inclusive pareciam saber o era levado a bordo das embarcações nos dias dos ataques (CRUZ; ARAS, 2012). O *Baependy*, por exemplo, transportava um contingente de tropas militares e material bélico de uma das duas baterias do grupo, com armas, canhões e munições, que seriam levados para Recife com o objetivo de guarnecer o saliente nordeste (CRUZ; ARAS, 2012; MONTEIRO, 2013; PEREIRA, 2015).

Conforme Cruz e Aras (2012, p. 87), “Outro aspecto intrigante diz respeito ao conhecimento dos espiões alemães sobre a aproximação do Brasil com os Estados Unidos, especificamente dos trâmites secretos nos acordos bilaterais”. Exemplo disso foi a missão realizada por pesquisadores norte-americanos, em território brasileiro, apoiados pela política de boa vizinhança, que encontrou em nosso subsolo uma variedade de minérios como: ferro, titânio, quartzo, entre outros, considerados primordiais para a indústria bélica dos países aliados. Diante disso, fica claro que era essencial para as nações do Eixo cortar essa linha de suprimentos (CRUZ; ARAS, 2012).

Os primeiros ataques de guerra da Alemanha contra as embarcações brasileiras, em águas internacionais, demonstravam justamente isso, que os nazistas estavam atentos ao comércio externo do país. E já que a “[...] rota brasileira era considerada como uma das linhas vitais para os Aliados, [...] é compreensível que os *U-boots* viessem com a missão de obstruí-la” (CRUZ; ARAS, 2012, p. 87).

As investigações a respeito dos sítios arqueológicos de naufrágios, da época da Segunda Guerra, podem perpassar tanto pela análise do navio em si (construção, cargas, rotas, tripulação), como também pelo fenômeno do próprio naufrágio (O que o provocou? De que modo afundou? Como se dispersou?) (RAMBELLI, 1998, 2002, 2003; GARCIA, 2005). Partindo desse enfoque, resolvemos então analisar as informações a respeito dos navios *Baependy*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo*, encontradas nas seguintes fontes: *Jornal Correio de Aracaju* (1942), Gama e Martins (1985), Guimarães (1985), Serafim e Bittencourt (2006), Araújo (2008), Cruz (2012), Porto (2013), Monteiro (2013) e Pereira (2015).

A partir das informações obtidas, elaboramos uma tabela com base nos dados mais frequentes, mostrando assim as diferenças existentes entre as três embarcações e relatando o que ocorreu com cada uma delas, em agosto de 1942.

	Baependy	Araraquara	Aníbal Benévolo
País e ano de construção	Alemanha, 1899	Itália, 1927-1928	Alemanha, 1905
Construtor	Blohm & Voss – Hamburgo	Cantiere Navale - Triest	Reiherstieg Schiffswerft & Maschinenfabrik
Proprietário	Lloyd Brasileiro	Lloyd Nacional S. A.	Lloyd Brasileiro
Tipo	Mercante	Mercante	Mercante
Casco	Aço	Aço	Aço
Motor	Quádrupla expansão (2.250 cavalos)	Dois motores	1.264 cavalos nominais
Cumprimento	119 m	117,97 m	86 m
Tonelagem	4.081 T	4.871 T	1.905 T
Boca	14,10 m	16,37 m	11,5 m
Calado	9,2 m	5,41 m	8 pés (mínimo) 14 (máximo)
Velocidade	8 milhas a 20 milhas horárias	12 milhas horárias	8 milhas a 10 milhas horárias
Itinerário	Partida: Rio de Janeiro Escala: Salvador Destino: Recife	Partida: Salvador Destino: Maceió	Partida: Salvador Destino: Aracaju

Transportava	Civis, tropas militares, material bélico e mercadorias	Civis e mercadorias	Civis e mercadorias
Ataque do submarino alemão U-507	Dois torpedos	Um torpedo	Um torpedo
Localização do ataque de cada navio	Lat: 11° 51'S Long: 37° 02' W	Lat: 11° 53'S Long: 37° 22' W	Lat: 11° 42'S Long: 37° 23' W
Viajavam a bordo	Tripulantes: 73 Passageiros: 233 Total: 306	Tripulantes: 74 Passageiros: 68 Total: 142	Tripulantes: 71 Passageiros: 83 Total: 154
Mortos ou desaparecidos	270 pessoas	131 pessoas	150 pessoas
Sobreviventes	36 pessoas	11 pessoas	4 pessoas

Tabela 2 - Informações sobre as três embarcações brasileiras torpedeadas em Sergipe, 1942⁴³.

Sobre as fontes de informações que serviram de base para a elaboração desta tabela, convém ressaltar que, alguns dados se diferenciam quanto às medidas das embarcações, as localizações dos ataques e a quantidade de tripulantes e passageiros a bordo, ou seja, não há um consenso entre as informações.

Um dado interessante que deve ser apontado aqui é o de Milton Fernandes da Silva, primeiro piloto do navio *Araraquara*, que em seu depoimento de naufrago, afirmou que “[...] havia a bordo 177 pessoas (81 tripulantes e 96 passageiros)” (TORRES, 2007, pp. 6-7 apud CRUZ, 2012, p. 72). No entanto, esse dado se difere bastante do apresentado pelo governo na época (142 pessoas), e já consolidado nas fontes bibliográficas atuais. Sobre esse “erro” das autoridades, Torres (2007) citado por Cruz (2012) afirma que, talvez, tenha sido intencional na tentativa de diminuir o impacto da tragédia.

A respeito das informações desconstruídas presentes nas fontes escritas, consideramos que elas devem ser comparadas com outras, inclusive quando possível, com a fonte material, na tentativa de amenizar as discrepâncias existentes (ORSER, 1992).

⁴³ Tabela elaborada pela autora com base nas fontes bibliográficas citadas acima.

Conforme Rambelli (1998, 2002, 2003), as análises sobre os sítios arqueológicos de naufrágios podem ir além do contexto técnico e funcional das embarcações. Afinal, como bem classificou Muckelroy (1978), o navio deve ser entendido “[...] como máquina, como um elemento do sistema capitalista e como uma unidade social” (MUCKELROY, 1978 apud RAMBELLI, 2003, p. 83). Isto significa que ele poder ser estudado das seguintes maneiras:

[...] como um sistema complexo que, como qualquer representação da sociedade, envolve desigualdades, contradições e conflitos sociais. Seja a embarcação entendida como designação comum a toda construção destinada a navegar sobre a água – artefato flutuante; ou a embarcação enquanto a maior expressão histórica dos fluxos de trocas; ou a embarcação enquanto estrutura de poder; ou a embarcação enquanto representação flutuante das relações sociais; ou a embarcação enquanto paisagem humana móvel; ou ainda, a embarcação enquanto símbolo de identidade sócio-histórica regional, nacional e internacional (RAMBELLI, 2003, p. 83).

As investigações envolvendo os sítios de naufrágios podem abordar, por exemplo, o aspecto social da tripulação que ali outrora existiu. Afinal, o navio pode ser entendido como um “microcosmo social” que representa, em parte, a nossa sociedade, já que consegue reunir em um mesmo espaço, múltiplas identidades e experiências (RAMBELLI, 2003; RAMBELLI; NOVAIS, 2011).

A respeito da tripulação, sabe-se que é sempre organizada de forma hierárquica, geralmente composta por homens que desenvolvem diferentes atividades buscando o perfeito funcionamento deste meio de transporte, que na verdade representa bem mais do que isso, já que é considerado também como o “[...] lugar de trabalho’, ‘espaço de convivialidade’, ‘segundo lar’, ‘serviço à pátria’, enfim, ‘razão de ser’ dos tripulantes” (CRUZ; ARAS, 2012, p. 88). Segue abaixo uma lista elaborada por Cruz (2012) sobre os cargos que eram exercidos dentro de uma embarcação mercante, assim como a do *Baependy*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo*:

[...] comandante, imediato, pilotos, radiotelegrafista, médico, conferente, mestre, carpinteiro, marinheiros, moços de convés, maquinistas, cabofoguistas, foguistas, carvoeiros, comissários, cozinheiros, ajudante da cozinha, padeiro, paioleiro, botequineiro, copeiro, taifeiros, barbeiros, músicos e praticante (2012, p. 72).

As pesquisas sobre os episódios trágico-navais, ocorridos na costa sergipana, também podem abranger um enfoque voltado mais para a questão do simbólico e da “sensibilidade”⁴⁴, ou seja, buscar identificar, analisar e entender o papel das emoções e dos sentimentos despertados nas pessoas que vivenciaram aquela época. Podemos afirmar, por exemplo, que os ataques despertaram no povo sergipano sentimentos e sensações de medo, tristeza, terror, vingança, desconfiança, justiça, entre outros. Já para os náufragos, a experiência de estar a bordo de um navio torpedeado foi profundamente traumática. No decorrer do nosso estudo, nos deparamos com um “catálogo” elaborado por Cruz e Aras (2012) sobre os vários medos derivados dos ataques de guerra. Segue abaixo os medos catalogados:

Passageiros e tripulantes: medo do submarino, medo da morte, medo do navio afundar, medo de cair na água, medo do sofrimento, medo do fogo, medo da explosão da caldeira, medo de ser cortado pela hélice do navio, medo de ser tragado pelo mar, medo dos tiros da metralhadora dos submarinistas, medo da escuridão, medo do mar, medo da solidão e medo de perder os parentes.

Náufragos: medo do submarino, medo da morte, medo do sofrimento, medo da escuridão, medo do mar, medo da solidão, medo de tubarão, medo de naufrágio da baleeira, medo de uma nova agressão submarina, medo de morrer afogado, medo das ondas, medo de morrer de fome, medo da loucura dos náufragos, medo da violência, medo de não ter forças de nadar até a praia, medo de não voltar para casa e medo dos pescadores.

Sergipanos: medo do submarino, medo da morte, medo do sofrimento, medo da escuridão, medo do mar, medo da solidão, medo de morrer de fome, medo da loucura, medo de violência, medo do desconhecido, medo da guerra, medo de não enterrar seus parentes, medo do inimigo adentrar a boca da barra, medo de invasão à praia, medo do amanhã, medo de embarcações estranhas, medo de espões, medo da multidão raivosa, medo dos aviões, medo da escuridão, medo de estrangeiros, medo dos forasteiros, medo dos estudantes, medo de ser convocado, medo de perder seus parentes na Itália, medo do quinta-coluna, medo da cavalaria, medo de luzes noturnas, medo do diabo e medo do fim do mundo (2012, p. 91, grifo nosso).

Cruz e Aras (2012, p. 90) afirmam que “A singularidade dos medos sergipanos se associou aos de projeção universal”. Diante disso, a população aracajuana teve que aprender a conviver com esses medos, até porque eles não estiveram presentes apenas em agosto de 1942, quando a guerra chegou ao Brasil. Eles se fizeram presentes, também, em março e julho

⁴⁴ Esta abordagem tem como aporte teórico a obra *Antropologia das Emoções* de Rezende e Coelho (2010).

de 1943, quando novos ataques voltaram a acontecer. Dessa vez, foram torpedeados e afundados os navios *Fitz-John Poter* e o *Bagé*. O medo da guerra só iria acabar realmente no ano de 1945, quando chegaria ao fim a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com a abordagem teórica pós-processual, os sítios arqueológicos, inclusive os de naufrágios, não devem ser estudados de forma isolada. Isso significa que o seu entorno deve ser analisado, buscando assim fazer uma ligação com os vestígios ao redor, tanto materiais, como humanos, nesse último caso, nos referimos aos corpos das vítimas advindas da tragédia naval. Nesse sentido, o estudo dos Cemitérios dos Náufragos – sítios emersos –, se faz necessário para alcançar uma melhor compreensão da tragédia marítima que vitimou centenas de brasileiros.

3.2 – Enterramento das vítimas

Em decorrência dos naufrágios, mais de 500 pessoas perderam suas vidas no litoral sergipano. Vários corpos foram encontrados juntos aos destroços espalhados pelas praias de Atalaia, Mosqueiro, Caueira, e Saco. Eram tantos mortos, que muitos tiveram que ser enterrados ali mesmo, à beira mar, em um local que posteriormente passaria a ser chamado de Cemitério dos Náufragos (CRUZ, 2012; BARRETO, 2011).

Segundo Cruz (2012), na época foram abertas inúmeras covas, tanto individuais, como coletivas, identificadas com cruzes toscas e improvisadas, destinadas para o enterramento principalmente das pessoas que não foram identificadas, devido ao grau de deterioração dos corpos. “Em 9 de setembro de 1942, a Chefatura de Polícia de Sergipe fez assinalar nas sepulturas a seguinte inscrição: ‘vítima do Nazismo’. Pela primeira vez, centenas de brasileiros foram mortos em uma ação militar empreendida pela Alemanha Nazista na América do Sul” (CRUZ, 2012, p. 131).

Sobre a paisagem da praia sergipana, que antes inspirava romantismo pela exuberância típica das praias do Nordeste, agora devido à guerra foi bruscamente alterada pela presença de novos elementos que se destacaram na paisagem, representados pelas cruzes fincadas na areia (O GLOBO, 1942 apud CRUZ, 2012). Segue abaixo, um trecho da matéria publicada pelo jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, em 22 de agosto de 1942.

[...] Já agora, porém, um detalhe novo e triste se acrescenta às demais visões imutáveis dessa paisagem encantadora e

sugestiva. A cruz tosca piedosamente erguida sobre a sepultura, cavada na areia, de uma das vítimas da estúpida agressão eixista. Não sabemos o nome desse morto. Mas não importa o nome. Ele era uma vida brasileira aberta às atividades cotidianas e sensíveis de uma pátria laboriosa e pacífica. E seu fim, assim brutal e traiçoeiro, indica, infelizmente, que alguma coisa cruel e desumana tenta se impor, nos mundos de nossos dias, às tradições e princípios que fazem a garantia e ventura de povos livres e soberanos. Essa cruz, por isso mesmo, não pode ser vista como uma expressão isolada de uma praia distante. Ela simboliza uma contingência irremediável de discurso e de lutas. Sua sombra se projeta muito além, pela terra e pela alma. Não apenas, todavia, como um sinal de luto. Porque na cruz o sentimento cristão encontra também um símbolo de fé de esperança. A fé e a esperança que, sobre o túmulo dos que já tombaram, suportam e galvanizam os ânimos do que ficam para aquelas lutas e novos sacrifícios, que tento há de ser o preço da vitória da sua causa humana sobre as forças da estupidez e da violência (O GLOBO, 1942, p. 1 apud CRUZ, 2012, p. 131).

De acordo com a matéria do jornal, citada acima, a paisagem cemiterial deve ser entendida como um local de memória, que representa um importante episódio histórico, neste caso, a agressão eixista contra os brasileiros. E que tem a cruz não apenas como uma das estruturas fundamentais que simboliza a morte e o aspecto do sagrado, mas também como uma expressão de discurso e de lutas.

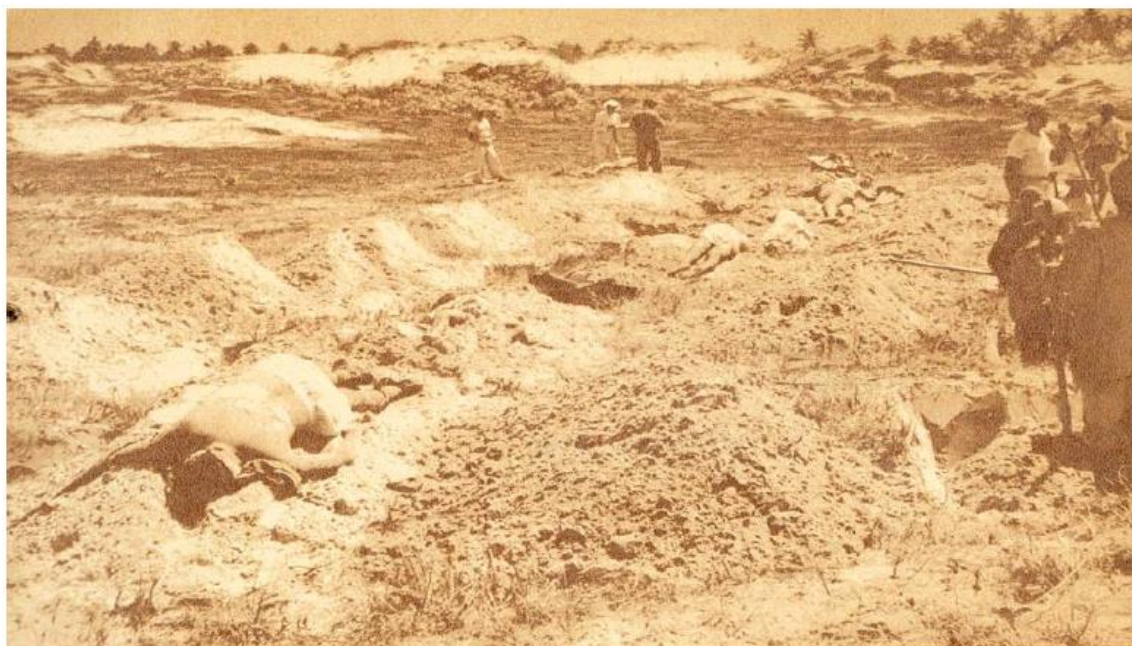


Figura 27 – Sepultamento dos náufragos na praia de Aracaju - SE. Fonte: Cruz (2012, p. 155)⁴⁵.

⁴⁵ Registro fotográfico publicado no livro *Agressão – Documentário dos fatos que levaram o Brasil à Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. Fonte: Cruz (2012, p. 155).

A figura 27 publicada no livro *Agressão*, pela Imprensa Nacional, em 1943, demonstra em parte a dimensão da tragédia. Vários corpos revirados (na posição decúbito ventral), *seminus*, jogados na areia sem nenhum tipo de tratamento ou cuidado especial que deve ser concedido aos mortos no momento do enterramento, exceto, pelo tipo de cova que demonstra pelo menos a individualidade de cada um. No entanto, é pertinente sublinhar que a cena fotográfica representa apenas uma parte do todo, afinal, o destino de muitos foi a cova coletiva.

Ao analisar a imagem, percebemos também que não há um acompanhamento material fúnebre, nem caixão, nem roupas adequadas, nem flores ou algo representativo como um cerimonial religioso. Pelo contrário, há uma crueza no tratamento, talvez, devido à brutalidade da situação bélica e das condições oferecidas pelas autoridades, que não possibilitaram realizar um enterramento tradicional “decente” e respeitável a esses brasileiros, vítimas inocentes de uma guerra da qual o país ainda não estava oficialmente envolvido.

Com relação à localização da praia de Atalaia, onde foram realizados os sepultamentos, segundo os dados, ficava a 8 km de distância da cidade de Aracaju. O caminho que levava até ela, naquela época, era de difícil acesso por uma estrada não pavimentada (MELLO; CERQUEIRA, 2011, 2012). Devido a isso, só conseguia chegar facilmente a essa região quem possuía automóvel, lembrando que nesse período poucas pessoas tinham acesso a esse tipo de transporte.

Com relação a isto, uma das histórias que se sobressai neste cenário de guerra é a de Horácio Nelson Bitencourt, mais conhecido como Nelson de Rubina, filho do proprietário do imponente Hotel Rubina. Ele vivia no ambiente das altas rodas sociais, mas era considerado um aproveitador (BELARMINO, 2012). Conforme o documento oficial de apelação criminal, pesquisado por Belarmino (2012), no dia 18 de agosto de 1942, Nelson fretou um automóvel de praça, junto com alguns amigos, para visualizar de perto a tragédia. No entanto, o motivo da ida até a praia de Atalaia não foi para se compadecer dos náufragos ou ajudar os sobreviventes, mas sim para furtar os poucos objetos pessoais que ainda restavam das vítimas diante da agressão.

Motivado pela cobiça, Rubina se apoderou de “[...] dois anéis de brilhante e uma aliança, retirados do cadáver de uma senhora [...]” (BELARMINO, 2012, p. 65). Posteriormente, a vítima foi identificada como D. Virgília Auto de Andrade, passageira do navio *Araraquara* e esposa do Procurador do Tribunal de Segurança Nacional. De acordo com a apelação criminal, Nelson foi preso por ter furtado e vendido as joias, sendo seu ato considerado como um grave desvio de conduta ao praticar esse crime “[...] ‘bizarro’ [...] a um

cadáver que deveria honrar e respeitar, [...] sinal de educação e de acertado patriotismo [...] diante da mais torpe ignominiosa afronta lançada contra a soberania nacional” (APELAÇÃO CRIMINAL nº 4/1943, cx., fls. 3 apud BELARMINO, 2012, p. 70).

Entretanto, este acontecimento só teve repercussão e destaque devido o culpado ter sido uma pessoa conhecida na sociedade aracajuana e principalmente por ter sido a vítima furtada, a esposa de um alto funcionário do governo federal. O advogado de Nelson, o Dr. Carlos Alberto Rôlla, um dos mais prestigiados da época, não conseguindo “[...] encontrar espaço para rejeitar os fatos, admitiu a ação, porém trabalhou em sua interpretação afirmando não se tratar de *roubo e vilipêndio*, mas tão somente *apropriação indébita*. Admitiu o crime, mas buscou amenizar seus efeitos” (BELARMINO, 2012, p. 92, grifo do autor).

Diante dessa situação, Cruz (2012) afirma que, outros sergipanos também se aproveitaram da tragédia naval para se apoderar dos objetos das vítimas e dos materiais advindos das embarcações, como os “salvados”, isto é, tudo que se desprendia dos navios, como os caixotes, as malas, as mercadorias avariadas, os restos das estruturas das embarcações, entre outros, que boiavam e chegavam até as praias. Segundo Cruz (2012), diante da cultura dos “malafogados” e dos furtos aos corpos, criou-se uma tensão entre as autoridades militares e os civis, que acabou transformando as praias sergipanas em uma zona de segurança nacional, ficando proibida temporariamente para a livre circulação (CRUZ, 2012).

A partir desse contexto, surgem alguns questionamentos com relação ao sepultamento das vítimas, como por exemplo: Por que os náufragos não foram enterrados nos cemitérios já construídos da capital? Quais os motivos de terem sido sepultados tão distantes da cidade? Por que o “cemitério improvisado” foi aberto bem em frente ao mar, lugar onde as vítimas perderam suas vidas? Enfim, o objetivo é buscar compreender os significados que há por trás de todo esse contexto trágico de guerra, que afetou de maneira brusca a sociedade sergipana.

Para responder a primeira questão, tomamos por base às informações disponíveis nos trabalhos de Mello e Cerqueira (2011, 2012) e Belarmino (2012). De acordo com os autores, devido a grande quantidade de mortos, não havia espaço suficiente nos cemitérios locais para abrir tantas covas e realizar os sepultamentos. Por isso, apenas os corpos que conseguiam ser identificados eram transportados para os cemitérios da capital, como o Santa Izabel e o da Cruz Vermelha, chamado na época de Cemitério dos Cambuís. Já os corpos mais deteriorados – dilacerados pelos animais marinhos e mutilados pelas explosões das embarcações – eram enterrados na beira da praia, em um local chamado, posteriormente, de Cemitério dos Náufragos (MELLO; CERQUEIRA, 2011, 2012).

Contrariando de certa maneira essas informações, Porto (2013), baseado em fontes orais, afirma que o cemitério que mais recebeu vítimas foi o da Cruz Vermelha. Nele foram abertas inúmeras valas coletivas ao redor do muro, devido à falta de tempo para fazer covas individuais, afinal, chegavam vários caminhões da prefeitura carregados de cadáveres.

Os jornais locais, a todo tempo, noticiavam a respeito dos cadáveres que eram encontrados nas praias, como por exemplo, a *Folha da Manhã*, que no dia 19 de agosto de 1942, lançou a seguinte nota: “Pairam sobre as praias de Sergipe vários cadáveres das vítimas inditas dos navios torpedeados. Até agora foram recolhidos 14 cadáveres, sendo 13 de adultos e 1 de uma criança. Estes cadáveres depois de passarem pelo serviço de identificação foram sepultados” (1942, p. 1).



Figuras 28 a 31 – Cadáveres sendo recolhidos nas praias sergipanas, levados para o serviço de identificação e depois sendo transportados em caminhões para serem sepultados⁴⁶.

De acordo com as informações encontradas nos relatórios oficiais da perícia, no Arquivo Público do Estado de Sergipe, a respeito das vítimas apresentadas nas fotografias acima, apenas três delas conseguiram ser identificadas por meio das características físicas

⁴⁶ Fonte: Arquivo Público do Estado de Sergipe.

(sexo, idade, dentição, unhas, cor da pele e cor do cabelo) e dos objetos pessoais (vestimentas, adornos, documentação), tendo assim os seus nomes revelados na lista de passageiros e tripulantes. Utilizamos estes documentos e registros fotográficos, enquanto fontes materiais, conforme Orser (1992), para poder realizar a pesquisa arqueológica através da análise e interpretação das fontes.

A fotografia 28 mostra o corpo de uma vítima “[...] do sexo feminino, cor morena, cabelos castanhos corredios, vestindo blusa de fantasia com listas verticais verdes e vermelhas, saia de lã roxa; dentadura bôa e bem tratada, unhas manicuradas e pintadas, idade presumível 20 a 25 anos. Usava combinação de sêda cor rosa” (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 11º). Através das características físicas e materiais, conseguimos observar que se tratava de uma jovem vaidosa que se preocupava com a aparência, já que cuidava bem das unhas e tinha a dentição bem tratada. Mesmo a vítima tendo o seu corpo em bom estado de conservação, e preservando suas vestimentas, não teve o seu nome identificado na lista de passageiros. Um detalhe que chama atenção, na foto, é das pessoas que se encontravam ao lado do veículo observando-a, já com as mãos nos rostos na tentativa de evitar sentir o mau cheiro que exalava do corpo, já em estado de decomposição.

A fotografia 29 mostra “[...] um indivíduo do sexo masculino, cor branca, vestindo calça e palitô azul marinho, camisa de fantasia de quadro, sobre um pullover marrom com fecho esclair, descalço, cabelos corredios pretos, dentadura suposta em parte, portador de faturas comerciais, recibos e um cartão de visita [...]” (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 4º). O corpo da vítima estava em bom estado de conservação e preservava as vestimentas, que aparentava ser de um homem de negócios. Mas, o que facilitou a sua identificação foi, na verdade, o cartão de visita encontrado junto a outros documentos que revelavam o seu nome: “Renato Cardoso de Mesquita, corretor comercial, com escritório à rua do Livramento nº 72 – 1º andar- Recife” (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 4º).

A fotografia 30 mostra dois homens deitados no chão do necrotério. Apenas um deles conseguiu ter sua identidade relevada – o que está no segundo plano da foto com a numeração 2º. Suas características físicas eram: “[...] sexo masculino, cor branca, cabelos louros, olhos azuis [...] Unhas cuidadosamente feitas, barbeado, dentes bem tratados e são [...]” (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 2º). Pela descrição do corpo, tratava-se de um homem vaidoso que se preocupava com a aparência. Durante a perícia foi percebido que havia nele algumas marcas de violência, como equimoses no tórax e erosões cutâneas nos joelhos. Além disso, tinha a boca, os olhos e os ouvidos congestionados por areia, o que caracterizava asfixia por submersão.

Ele foi encontrado agarrado a um salva-vidas e parecia se tratar de um dos passageiros do navio *Araraquara*. Estava sem roupa, “[...] conservando apenas as meias de algodão e sapatos de camurça com sola de borracha”. De acordo com uma das observações do relatório, o indivíduo foi descrito como: “Parece ser estrangeiro”. Posteriormente foi identificado como sendo o 2º Tenente convocado Noberto Silvio Paiva Anciães (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 2º).

Já a fotografia 31 mostra quatro corpos que foram colocados em cima de um caminhão para serem transportados até o cemitério. Dentre eles, apenas um conseguiu ser identificado – o que está no primeiro plano da foto com a numeração 3º. A vítima foi identificada como sendo “[...] um indivíduo de cor branca, estatura mediana, robusto, cabelos pretos ligeiramente encanecidos, vestindo um pijama de zefir, alvadio e tendo ao peito um salva-vidas, bôa dentadura, sólida, dentes iguais” (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 9º). Pela descrição nota-se que, no momento dos ataques navais, ele já estava com a roupa de dormir, o que confirma as informações sobre a ocorrência dos ataques entre o período da noite e da madrugada. Mesmo a vítima conseguindo usar um salva-vidas, não sobreviveu ao naufrágio. O corpo foi encontrado em bom estado de conservação, mas o que facilitou mesmo a sua identificação foi a descrição encontrada em sua vestimenta, que informava se tratar do sub-tte. Antônio Lins Cavalcante.

Com relação a todas essas pessoas que morreram durante a guerra, não conhecemos suas histórias de vida, mas sabemos que assim como nós, elas tinham família, trabalho, sonhos e um futuro pela frente. Só que esse futuro foi interrompido, em agosto de 1942, pelo acidente trágico-marítimo causado pelos ataques bélicos. Sendo assim, conhecemos apenas o fim que elas tiveram, tornaram-se vítimas da Segunda Guerra Mundial, em Sergipe.

Dentro do campo da Arqueologia os restos mortais ou vestígios humanos são considerados como biofatos, os quais podem ser analisados com o intuito de obter informações sobre as vítimas. Neste caso, os biofatos associados aos sítios arqueológicos da guerra estão sendo representados através do registro fotográfico e dos documentos históricos – relatórios da perícia – os quais sabemos que podem ter sido manipulados. Contudo, partimos de uma análise crítica, buscando a todo o momento comparar as diversas fontes de informações, tendo como objetivo alcançar um melhor entendimento sobre o contexto da guerra. Afinal, sabemos que não há uma verdade absoluta, mas sim vários pontos de vistas sobre o mesmo acontecimento.

Nesse sentido, a pesquisa arqueológica pós-processual leva em consideração não apenas a cultura material em si. Ela vai além do materialismo palpável das coisas buscando,

dessa maneira, interpretar os significados que se encontram por detrás dos vestígios associados às vítimas, como por exemplo, determinadas características físicas que podem fornecer informações sobre hábitos ou algum tipo de violência sofrida durante o naufrágio, como pancadas, queimaduras, dilaceração, etc. Os objetos encontrados também podem dar indícios a respeito de crenças, estado civil, condição sociais, entre outras informações. Sobre isso, Lima (2011), baseada nos estudos de Tilley (2008), afirma que:

As formas materiais não espelham simplesmente distinções sociais, ideias ou sistemas simbólicos. Ao contrário, elas são o meio efetivo por onde esses valores, ideias e distinções sociais são constantemente reproduzidos e legitimados, ou transformados [...], de modo que toda uma trama de relações sociais se instala a partir da cultura material (TILLEY, 2008, p. 61 apud LIMA, 2011, p. 19).

Voltando aos questionamentos sobre os enterramentos. A resposta para a segunda pergunta, referente ao sepultamento das vítimas terem sido tão distante da cidade, pode ser encontrada nos trabalhos de Mello e Cerqueira (2011, 2012). Segundo os autores, diante da triste situação de centenas de mortos espalhados pela costa sergipana, desde a cidade de Estância até Aracaju, não era possível enterrar todos nos cemitérios já construídos da capital. Por isso, foi necessário abrir um “cemitério improvisado” na região da praia, e especificamente na de Atalaia, talvez, devido ao aproveitamento de um campo santo que já existia nessa região, chamado pela comunidade local de Cemitério dos “Manguinhos” ou “Campinhos” (MELLO; CERQUEIRA, 2012, p. 2).

Outro aspecto que, talvez, tenha motivado esse distanciamento dos enterramentos dos naufragos com relação à cidade, segundo Reis (1991), teria a ver com a questão de terem sido vítimas de uma “morte súbita” ou uma “morte ruim”:

Uma das formas mais temidas de morte [...] morte sem sepultura certa. E o morto sem sepultura era dos mais temidos dos mortos. Pois morrer sem enterro significava virar alma penada. Morrer afogado, por exemplo. No interior do Brasil reza “pras armas das onda do má”, ou seja, pelos que morreram afogados. É costume certamente aprendido do litoral onde, no passado, não era doce morrer no mar. Era importante morrer em terra firme, não para ser enterrado em qualquer lugar, mas em local sagrado (REIS, 1991, p. 171).

Esta linha de pensamento, seguida por Reis (1991), tem a ver com a questão da mentalidade das pessoas da época, que de certa forma pode ter influenciado nesse distanciamento dos náufragos por terem tido uma “morte ruim”, morte por afogamento. Afinal, muitas das vítimas não tiveram “sepultura certa”, outras afundaram junto com as embarcações transformando estas em “túmulos”, neste caso, “túmulos de guerra”, não tendo assim uma sepultura em “[...] terra firme [...] em local sagrado” (REIS, 1991, p. 171).

A terceira questão se refere ao “cemitério improvisado” ter sido aberto bem em frente ao mar, lugar onde as vítimas perderam suas vidas. Conforme Mello e Cerqueira (2011, 2012), baseados em fontes orais, este cemitério já existia antes mesmo dos torpedeamentos acontecerem, ou seja, ele foi apenas aproveitado durante a guerra, e devido à tragédia ter sido marcante ficou conhecido como o Cemitério dos Náufragos. Inclusive, a rodovia construída posteriormente, paralela à praia de Atalaia, recebeu o nome de Rodovia dos Náufragos em homenagem a estes brasileiros, vítimas da guerra. Lembrando ainda que esta rodovia é a mesma que dá acesso ao segundo Cemitério dos Náufragos, construído na década de 1970, localizado no bairro Mosqueiro, em Aracaju - SE.

Antes de apresentar os resultados obtidos com as nossas pesquisas de campo, realizadas nos dois Cemitérios dos Náufragos, gostaríamos de esclarecer como os estudiosos de diversas áreas vêm abordando o cemitério enquanto objeto de estudo que pode ser explorado a partir da sua materialidade.

Podemos destacar aqui, os estudos do historiador Philippe Ariès (1989), que buscou compreender esta instituição fundamental da sociedade a partir da sua espacialidade, monumentalidade e dos seus rituais funerários ou ausência deles, ressaltando também os tipos de mortes e os tipos de enterramentos, sendo este último, colocado como um espelho da sociedade viva. Já o historiador Júlio Medeiros (2012) procurou relacionar a memória social com o tratamento dado aos sepultamentos de escravos recém-chegados, observando a ausência de rituais religiosos e a questão dos enterramentos como indigentes em valas coletivas e covas rasas.

Os arqueólogos Diogo Costa (2012), Rafael Souza et al. (2012) e Jaisson Lino (2012) têm retratado os cemitérios a partir dos vestígios materiais, no intuito de reconstituir o passado e entender a relação da sociedade com os seus mortos. O primeiro pesquisador discutiu sobre o papel do arqueólogo nesses sítios cemiteriais, evidenciando também a questão dos rituais funerários, dos gestos, dos acompanhamentos, da expressão simbólica, da organização espacial, das lápides e da estratificação social e econômica.

Já o segundo, abordou a questão da prática arqueológica dentro do Licenciamento Ambiental envolvendo áreas cemiteriais, enquanto Patrimônio Histórico e Cultural de uma comunidade que deve ser preservado. Além disso, frisou a importância das discussões entre arqueólogos, comunidade, empreendedor e poder público referente às pesquisas de Arqueologia de contrato. Por fim, o terceiro tratou da questão da formação de cemitérios na região da Guerra do Contestado, evidenciando essas estruturas enquanto local de memória e de destaque na paisagem como símbolo de morte.

Independente da pluralidade de abordagens mencionadas fica evidente o fato de que os diferentes equipamentos cemiteriais, congregam dentro de si expressões materiais de conduta, tecnologias e valores das diferentes sociedades/grupos que o construíram e vivenciaram⁴⁷.

Nesse sentido, uma abordagem da Arqueologia da morte possibilita trazer não apenas informações sobre as condições de vida dos homens antes da morte ou na morte, mas também sobre os cuidados que o grupo tem com eles após a morte. Assim, fica evidente que os costumes relacionados à morte podem se modificar com o tempo, conforme o contexto cultural e histórico de cada sociedade.

Sobre as pesquisas de campo realizadas nos dois Cemitérios dos Náufragos é importante ressaltar que elas ocorreram durante três visitas entre os anos de 2013, 2014 e 2015⁴⁸. No Cemitério dos Náufragos, que supostamente é o “original” segundo Porto (2013), identificamos que está situado à beira mar, na Rodovia Presidente José Sarney, no Bairro de Atalaia em Aracaju - SE. A localização GPS é de -11.040452,-37.085534 e datum WGS84 (Google Earth). Apesar de estar numa rodovia movimentada, ele passa despercebido aos olhos de muitos, pois o mesmo não tem fachada ou placa indicativa que sinalize sua localidade.

O “portão” que dá acesso a este “equipamento cemiterial”⁴⁹ é, na verdade, uma cancela de madeira que mede 2 metros de largura e fica na parte central. A largura frontal da estrutura mede 19 metros e 80cm (lado direito) e 21 metros e 95cm (lado esquerdo), totalizando 43 metros e 75cm. O cemitério é cercado por um muro baixo que mede 40cm de altura e possui arame farpado preso a várias colunas que medem 2 metros de altura, sendo a distância dele para a pista de 4 metros. Vale destacar que o arame farpado, que está em parte quebrado, possibilita o acesso livre ao interior do cemitério.

⁴⁷ Interpretação feita pelo professor Leandro Domingues Duran, em 2015, durante as aulas da disciplina Arqueologia Histórica II, do curso de Arqueologia Bacharelado da Universidade Federal de Sergipe.

⁴⁸ As observações realizadas durante a pesquisa de campo nos dois cemitérios, em janeiro de 2015, foram feitas junto com os alunos Davisson Oliveira, Dalline Guimarães e Christian Rocha, durante as aulas da disciplina de Arqueologia História II, ministrada pelo professor Dr. Leandro Domingues Duran, no curso de Arqueologia Bacharelado da Universidade Federal de Sergipe.

⁴⁹ Termo designado pelo professor Leandro Domingues Duran, em 2015, durante as aulas da disciplina Arqueologia Histórica II, do curso de Arqueologia Bacharelado da Universidade Federal de Sergipe.



Figuras 32 a 35 – Visão parcial (frente e fundo) do Cemitério dos Náufragos da Atalaia, Aracaju – SE. Fonte: Fotos tiradas pela autora, 2014.

Ao comparar a dimensão cemiterial na atualidade com as informações presentes nas fontes escritas sobre a década de 1940, quando foram enterradas dezenas de pessoas, percebemos logo a diferença. Afinal, hoje o cemitério apresenta uma pequena dimensão. Contudo, de acordo com Mello e Cerqueira (2011, 2012), o mesmo era realmente maior, mas devido à construção da rodovia, seu tamanho diminuiu. Para nós, isso pode significar, talvez, que ainda existam enterramentos sob a pista ou do outro lado, na areia da praia, próximo ao mar.

Sobre os tipos de enterramentos realizados neste espaço cemiterial foi identificado dois: o de cova rasa de terra, em sua maioria, que demonstra um enterramento individual, e a sepultura em monumento⁵⁰, alguns jazigos que já estão degradados, mas que demonstram a intenção de enterramento coletivo de membros de uma mesma família.

⁵⁰ Conceito retirado da obra, *O homem diante da morte*, de Philippe Ariès (1989).



Figuras 36 a 40 – Enterramentos em covas rasas e em sepulturas monumentos, Cemitério dos Náufragos da Atalaia, Aracaju – SE⁵¹.

Observamos também que não há um padrão nesses enterramentos, ou seja, todos voltados para o mesmo lado. Pelo contrário, notamos que há variações. A maioria está virada para o interior do cemitério, isto é, de costas para o mar, outros estão voltados para o mar e de costas para o interior, como é o caso de três sepultamentos. Há também alguns localizados ao fundo, na diagonal e na lateral, aparentemente aproveitando o espaço interno delimitado pelo muro.



Figuras 41 e 42 – Não há um padrão nos enterramentos do Cemitério dos Náufragos da Atalaia, Aracaju – SE⁵².

⁵¹ Fotos tiradas pela autora e por Christian Rocha, Dalline Guimarães e Davisson Oliveira, em 2015.

Com relação à maioria dos enterramentos que estão de costas para o mar, após as observações e reflexões, discutimos e passamos a considerar a possibilidade de, talvez, a frente do cemitério ter sido do lado contrário ao que é hoje, ficando dessa maneira, a praia e o mar ao fundo. Para formular esta hipótese, tomamos por base os enterramentos que estão dispostos na posição em que normalmente os corpos são sepultados, ou seja, com os pés virados para a porta. E como sabemos que o cemitério é anterior à construção da avenida, o acesso, na época, poderia ter sido através da fazenda e não pela praia.

Sobre os sepultamentos encontrados neste campo santo, podemos inferir que a paisagem ainda é bastante semelhante à de 1942, já que predominam as covas rasas de areia. No entanto, nenhuma delas faz referência aos enterramentos dos náufragos. A maioria possui datação acima da década de 1940, sendo muitas inclusive recentes. Contudo, convém destacar que foi encontrada apenas uma sepultura com datação de 1940, mas não sabemos se faz referência ao nascimento ou ao falecimento, porém, como a cruz ainda está em bom estado de conservação, provavelmente, deve ser recente.



Figuras 43 a 46 – Sepultamentos recentes que se remetem a década de 1940, Cemitério dos Náufragos da Atalaia, Aracaju – SE. Fonte: Fotos tiradas pela autora, 2015.

⁵² Fotos tiradas pela autora e por Christian Rocha, Dalline Guimarães e Davisson Oliveira, em 2015.

Outra sepultura que merece destaque, apesar de ter data de falecimento recente, é a cova rasa de um ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, exposta na figura 46. É importante enfatizar este enterramento porque ele é o único que condiz com a placa que está pregada na grande cruz, localizada na parte central do cemitério, logo na entrada, e que possui a seguinte inscrição: “Os ex combatentes da 2ª Guerra Mundial que lutaram na Itália em 1942 a 08 de julho de 1948. Que as autoridades não esqueçam dos heróis que lutaram pela nossa pátria”.



Figuras 47 e 48 – Placa referente aos ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial, Cemitério dos Náufragos da Atalaia, Aracaju – SE. Fonte: Fotos tiradas pela autora, 2013.

Sobre os ornamentos funerários, podemos afirmar que eles variam no tamanho, na cor e na matéria-prima. As cruzes, por exemplo, são feitas de madeira, concreto e mármore, possuem cores e tamanhos diferentes, sendo que muitas delas já estão parcialmente destruídas pela ação do tempo. Cabe destacar que a maioria não apresenta uma identificação completa do morto (data de nascimento, de morte e nome completo) e também não há um padrão nessas identificações.

Além disso, visualizamos a presença de materiais recentes, como flores e estruturas artesanais feitas em tijolos para impedir que o vento apagasse as velas que eram depositadas em algumas sepulturas, fato este que demonstra a existência de homenagens no presente aos entes queridos, por parte dos familiares. Isto prova a continuidade dos enterramentos neste cemitério que, apesar de ser considerado dos Náufragos e dos Combatentes de Guerra, é também o lugar de enterramento das pessoas da comunidade local.

Quanto às sepulturas monumentais, há cinco estruturas, duas visivelmente abandonadas, pois, estão quebradas e cobertas pela vegetação, sendo que uma delas está aberta e vazia. Apenas uma possui placa de homenagem ao falecido com os nomes dos familiares e uma mensagem de saudosismo. Há também algumas covas sem cruzeiros ou qualquer tipo de identificação, sendo assim, apenas montes de areia.

Sobre a arquitetura presente neste cemitério, notamos que a mesma não é robusta, nem tem grandes construções ou estilo específico que se destaque na arte cimiterial. De acordo com a proposta do arquiteto francês César Daly citado por Borges (2013, p. 8), todo monumento funerário tem que conter três ideias ou sentimentos: “[...] a ideia da morte; a homenagem rendida ao morto; a inovação religiosa a propósito do morto”. Partindo disso, consideramos que poucos monumentos presentes neste cemitério se incluem nessa proposta.

Além das sepulturas, o cemitério é composto por uma capela central quadrada e simples, sendo sua construção precária e recente. Dentro dela visualizamos que há dois bancos, sendo um improvisado. Há também um monte de tijolos, em um canto, junto com ferramentas para a abertura de novas covas. Na parede ao fundo, vimos que há um símbolo cristão, é a imagem do Bom Jesus dos Navegantes, e do lado dele, em cima de uma mesa, há outra imagem de santo junto às flores. No chão da capela, bem no canto da parede, havia várias velas acesas em homenagem aos falecidos, devido o dia ser de Finados (02/11/2014).



**Figuras 49 a 52 – Capela do Cemitério dos Náufragos da Atalaia, Aracaju – SE.
Fonte: Fotos tiradas pela autora, 2013/2014.**

Sobre o segundo Cemitério dos Náufragos, o trabalho de Porto (2013) nos informa que foi construído durante o Governo de Leandro Maciel (1955-1959), devido à necessidade de remoção de parte das ossadas presentes no cemitério “original”.

Mello e Cerqueira (2011, 2012) afirmam que a remoção aconteceu por causa da expansão da cidade de Aracaju, que exigia a construção de uma rodovia que desse acesso às praias. Porém, conforme o projeto, a rodovia passaria por cima de uma área que compreendia o cemitério, fato que implicaria na sua modificação estrutural e dimensional.

De acordo com Porto (2013), devido a este acontecimento, os restos mortais dos náufragos foram trasladados para um monumento localizado no bairro Mosqueiro. No entanto, o mesmo afirma que não foi encontrada nenhuma documentação que comprovasse tal traslado.

No ano de 1971, segundo Porto (2013), houve uma solicitação de tombamento do cemitério “original” feito pela diretora do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico, Núbia Marques. Entretanto, a mesma informou que na época os corpos das vítimas já não se encontravam mais no local, tendo sido deslocados para um monumento no Mosqueiro.

Diante disso, em 1972, este segundo cemitério recebeu atenção por parte das autoridades, sendo assim restaurado com os recursos do Ministério da Marinha e do Governo Estadual – SUDOPE, e devido à sua importância e representatividade foi “[...] elevado a Monumento Histórico através do Decreto Estadual de nº 2.571 em 20 de maio de 1973” (FUNDAÇÃO ESTADUAL DA CULTURA, 1986 apud PORTO, 2013, p. 53; LIMA; OLIVEIRA, 2012, p. 5). Ao que tudo indica, este cemitério é o único que foi construído em solo de uma cidade brasileira para sepultar náufragos, vítimas dos nazistas, na época da Segunda Guerra Mundial.

De acordo com as observações realizadas durante as pesquisas de campo, identificamos que o Cemitério dos Náufragos “Monumento” está situado na Rodovia dos Náufragos, no Bairro Mosqueiro, em Aracaju - SE. Sua localização GPS é de -11.096936, -37.140112 e datum WGS84 (Google Earth). No entanto, vale ressaltar que esse local não é de fácil acesso, já que fica em uma rua estreita e sem saída, além de não haver nenhuma placa indicativa que faça referência a sua localização.

O cemitério é composto por uma estrutura monumental de mármore, localizada na parte central, que possui dez gavetas. Segundo Porto (2013), nelas possivelmente estariam guardados os restos mortais (as ossadas) das vítimas dos naufrágios. Contudo, Cruz (2012) afirma que elas estão vazias, sendo este monumento apenas um túmulo simbólico. Lembrando ainda que, além desta construção em mármore, há também um mastro para hastear a Bandeira

Nacional, uma âncora (simbólica) e uma cruz, as quais representam, respectivamente, a presença do Estado, da Marinha do Brasil e da Religião Cristã.



**Figura 53 – Cemitério dos Náufragos localizado no Mosqueiro, Aracaju – SE.
Fonte: Foto tirada pela autora, 2014.**

A estrutura deste equipamento cemiterial é organizada e se difere completamente do anterior. Ele possui muros altos, um portão de ferro e um jardim ao redor da estrutura central, sendo o seu estilo, *monumental*, que neste caso segundo Ariès (1989), “[...] os túmulos transformam-se em monumentos; os monumentos são forçados a serem túmulos” (ARIÈS, 1989, p. 598).

Ao observar esta pequena construção central, onde estão os túmulos simbólicos, percebemos que há uma placa com a seguinte inscrição: “Cemitério dos Náufragos dos navios mercantes Baependi, Araraquara e Aníbal Benévolo. ‘Aí está o golpe mais traiçoeiro e terrível vibrado contra o coração da nacionalidade’”.



Figura 54 – Placa referente aos naufragos da Segunda Guerra Mundial, Cemitério dos Naufragos do Mosqueiro, Aracaju – SE⁵³.

Nota-se que as informações contidas nesta placa estão carregadas de sentimento e comoção. Ela representa o que a historiografia oficial conta sobre os ataques nazistas a uma nação não beligerante, como era o Brasil na época dos torpedeamentos. De acordo com as observações, podemos afirmar que a materialidade presente neste segundo cemitério condiz de certa forma com a noção de “Memorial”. Entretanto, consideramos que ele não está de acordo com a dimensão que foi dada a esses episódios de guerra. Afinal, foram mais de 500 mortos e, materialmente, estão representados em apenas dez gavetas. Podemos afirmar também que, o tamanho do espaço reservado para este cemitério contradiz uma de suas funções principais, que é um lugar de memória e espaço para homenagens, sendo assim, o que prevalece é o seu simbolismo e não a sua funcionalidade.

Ao final das pesquisas de campo realizadas nos dois cemitérios, percebemos que mesmo não havendo sepulturas que pudessem comprovar a existência de enterramentos de naufragos nestes locais, as informações das placas, tanto a pregada na cruz, como a anexa ao memorial, atestam a passagem trágica da guerra por Sergipe.

Com relação à questão da preservação dos cemitérios, notamos que o monumental está em boas condições, até porque o seu acesso é controlado por um zelador, o senhor Nailson Conceição Santos⁵⁴, que exerce esta função desde o ano de 1987. Em entrevista, ele afirmou

⁵³ Foto tirada pela autora em 2014.

⁵⁴ Entrevista realizada pela autora no dia 02 de novembro de 2014.

que o cemitério recebe, de vez em quando, visitas de alguns parentes das vítimas, de funcionários da prefeitura e excursões de estudantes.

Já as condições do cemitério “original”, observamos que são opostas as do cemitério “memorial”. Primeiro, porque ele está em uma rodovia movimentada, cercado apenas por arame farpado, o que facilita o acesso livre a qualquer pessoa. Segundo, porque está interditado pelo Ministério Público Estadual (MPE) desde o ano de 2006, por ter sido considerado um cemitério “ilegal”, conforme Mello e Cerqueira (2011, 2012).

No entanto, mesmo estando interditado, a população local, em forma de protesto ao descaso das autoridades com relação à providência de novos cemitérios nessa região, abriu passagens “informais” que dão acesso ao interior do cemitério “original” para poder continuar enterrando seus entres queridos. Este fato demonstra a resistência das pessoas, conforme Funari (2002), em aceitar à imposição judicial que proíbe os enterramentos neste local. Diante de tal situação, fica claro que este equipamento cemiterial se encontra “abandonado”, sendo a cada dia destruído, tanto pela ação do tempo, como pelo descuido daqueles que deveriam zelar pela memória coletiva – as autoridades.

Diante disso, com base nas pesquisas de campo, podemos afirmar que a importância presente nos discursos históricos e oficiais não se reflete na cultura material existente nos dois cemitérios, tanto com relação as suas estruturas e dimensões, como no cuidado, acesso e sinalização. Até porque, só foi possível reconhecer esses equipamentos cemiteriais, como respectivos memoriais dos acontecimentos trágicos da guerra, a partir das duas pequenas placas. Enfim, cabe aqui ressaltar que, o nosso objetivo foi discutir a respeito da materialidade e também da ausência dela, na tentativa assim de contribuir para uma construção crítica e reflexiva do conhecimento a cerca destes episódios, tidos como marcante para a sociedade sergipana e brasileira da época, já que a tragédia naval foi utilizada como o motivo maior para a entrada do Brasil na guerra.

3.3 – Farol interditado

Outra *estrutura*⁵⁵ importante que fez parte desse contexto histórico trágico-marítimo foi o antigo Farol da Cotinguiba (CRUZ, 2012), também conhecido como Farol de Aracaju ou

⁵⁵ Termo que constitui uma das fontes de informações utilizada nas pesquisas de Arqueologia Histórica (ORSER, 1992, p. 31).

Farol da Farolândia (NASCIMENTO, et al., 2014). Este equipamento náutico paisagístico foi construído no final do século XIX, tendo como principal função emitir o sinal luminoso para orientar os homens do mar, facilitando assim a navegação costeira. No entanto, na época da guerra sua luminosidade, de acordo com as fontes bibliográficas, pode ter facilitado às ações dos submarinistas na costa sergipana (CRUZ, 2012; CRUZ; ARAS, 2012; PORTO, 2013).



Figura 55 – Farol de Aracaju, século XX⁵⁶.

Segundo Cruz (2012), a possibilidade do farol ter contribuído para os ataques navais fornecendo as coordenadas navegacionais do local, levou as autoridades marítimas a determinar, logo após os torpedeamentos, que a sua luz fosse apagada, permanecendo assim “[...] por cerca de dois meses” (2012, p. 170). Diante disso, podemos afirmar que, no tempo da Segunda Guerra Mundial o Farol de Aracaju “perdeu” sua principal função, que era de iluminar e guiar os navegadores pela costa sergipana.

No campo da Arqueologia, esta estrutura pode ser considerada como um “mega-artefato” que faz parte da cultura faroleira marítima (DURAN, 2008, p. 94), podendo ser

⁵⁶ Registro fotográfico do Farol de Aracaju. Disponível em: <http://www.leuchtturm-welt.net/HTML/SAPK/ORIGINAL/ARACAJU.JPG>. Acesso em: 02 dez. 2013.

estudada a partir de seus aspectos construtivos, arquitetônicos, tecnológicos e contexto social em que está inserido. Devendo ser entendido como “[...] parte integrante da interpretação de uma cultura de ambientes aquáticos” (NASCIMENTO, et al., 2014, p. 3).

No Brasil, poucos arqueólogos têm se debruçado sobre o estudo desses equipamentos náuticos. Podemos destacar aqui a tese de doutorado de Leandro Duran (2008) que pesquisou o Farol do Bom Abrigo, construído 1886, na Ilha do Bom Abrigo, em São Paulo. O artigo de Ribeiro, Rambelli e Santos (2012) a respeito do Farol São Francisco do Norte, considerado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como o primeiro sítio arqueológico subaquático de Sergipe, construído em 1873, no antigo povoado Cabeça, situado na Ilha de Arampibe, em Brejo Grande - SE. E, por fim, o artigo de Nascimento et al. (2014) sobre os faróis da cidade de Aracaju, especificamente, o Farol de Aracaju, o Rádio Farol de Sergipe e o Farol de São Cristóvão.

Vamos tratar aqui, apenas sobre a pesquisa realizada no Farol de Aracaju, um dos objetos de estudo desta dissertação. A pesquisa de campo realizada neste “mega-artefato” foi organizada pelo professor Dr. Leandro Duran, em 2013, no decorrer das aulas da disciplina de Arqueologia de Ambientes Aquáticos II, do curso de Arqueologia Bacharelado da Universidade Federal de Sergipe⁵⁷.

O alvo da pesquisa arqueológica foi conhecer e entender melhor a história deste farol, que é o mais antigo da capital e que se destacou durante a Segunda Guerra Mundial, sendo considerado, recentemente, como Patrimônio Histórico Estadual de Sergipe através do “Decreto nº 15.295, de 21 de abril de 1995” (LIMA; OLIVEIRA, 2012, p. 7).

Durante a pesquisa, fizemos um levantamento de informações nas fontes documentais, bibliográficas, iconográficas e orais, para depois realizar a etapa de campo. Esta última nos possibilitou mapear, fotografar e anotar informações importantes a respeito da sua estrutura arquitetônica, além de perceber sua relação com a paisagem em que está inserido.

Dessa forma, buscamos entender as transformações e permanências ocorridas nele, ao longo dos anos, através dos aspectos tecnológicos relacionados tanto a sua estrutura, como forma de iluminação, e também os seus significados simbólicos perante a população.

Segundo Dantas (1999), citado por apud Nascimento et al. (2014), este farol foi edificado em 1861, na margem do rio Cotinguiba ou Aracaju, onde o território aracajuano se encontrava na época. A primeira torre foi constituída em madeira e possuía uma lanterna inglesa que tinha “[...] três faces, luz fixa com três tipos de cores verde, branca e encarnada

⁵⁷ Participaram desta pesquisa os graduandos Marcel Nascimento, Davisson Oliveira, Eric Lima, Felipe Rodrigues, Thaysa Santos, Vinicius Pedra, Wendson Barbosa e Roberta Rosa (autora desta dissertação).

[...] que passou a servir de Atalaia, tendo um alcance visual entre seis e nove milhas náuticas (equivalente a 11-16 km)” (NASCIMENTO, et al., 2014, p. 4).

No contexto nacional, a criação deste farol esteve ligada ao surgimento anterior da Junta de Navegação e também da organização das Capitanias dos Portos do Brasil, em 1845. Conforme Nascimento et al. (2014, p. 4) baseado em Baez (2010), essas duas instituições eram as “[...] responsáveis pela organização dos mecanismos de sinalização marítimas nas províncias” brasileiras.

Vale destacar que, neste período, a navegação era o principal meio de transporte tanto de mercadorias, como de pessoas. Por isso, era de interesse do governo garantir a segurança da navegação costeira e facilitar o trânsito naval por meio desses mecanismos de melhorias, que de certa forma, lhe possibilitava um maior controle sobre as atividades mercantes realizadas no Brasil (BAEZ, 2010 apud NASCIMENTO, et al., 2014).

Nessa época, a Província de Sergipe Del Rey estava passando por uma fase de intenso desenvolvimento comercial e urbano devido à mudança da capital do interior para o litoral, em função das atividades marítimas com a construção do novo porto em Aracaju, que facilitou o escoamento da produção, principalmente a açucareira.

O Farol de Aracaju passou pela sua primeira mudança estrutural, em 1884, quando a torre de madeira sofreu um incêndio e foi preciso substituí-la por uma provisória, que permaneceu até o ano de 1886, “[...] quando se deu o começo da construção do novo farol que deveria receber o aparelho luminoso de 3ª ordem, grande modelo, encomendado em 1885 à casa de Barbier, Benard & Turenne (Paris)” (SIQUEIRA; DANTAS, 2002 apud NASCIMENTO, et al., 2014, p. 4).

De acordo com Filgueiras et al. (2011) citada por Nascimento et al. (2014), a nova torre do Farol de Aracaju foi projetada pelo francês Vitor Alinguat, tendo como base de construção as características do sistema Mitchell, que era simples e eficaz, próprio para ambientes alagados. Seu aspecto técnico “[...] consistia numa torre esqueleto ou sobre esteio de roscas composta por ferro fundido, um tubulão central que servia como residência, apresentando helicoidais de 1,2m de diâmetro e que atingiam profundidades entre cinco e dez metros” (DANTAS, 2000 apud NASCIMENTO, et al., 2014, p. 5). Este tipo de torre foi ideal para o ambiente instável de Aracaju, afinal o local escolhido para a sua instalação era rodeado por dunas e próximo ao rio, como mostra a figura 48 acima.

A respeito da casa do faroleiro, cabe aqui destacar que ela não serviu para o clima tropical brasileiro, afinal sua construção em metal foi idealizada para os ambientes frios da Europa. Sendo assim, logo inferimos que outra estrutura deve ter sido construída para abrigar

o faroleiro com sua a família, ficando assim o “tubulão”, provavelmente, como um espaço para depósito. Vale lembrar que a figura humana era primordial para o funcionamento deste equipamento náutico na época. E que apenas com o passar dos anos e com o avanço tecnológico é que os faróis se tornaram estruturas automatizadas, não necessitando do faroleiro para acender a sua luz (NASCIMENTO, et al., 2014).

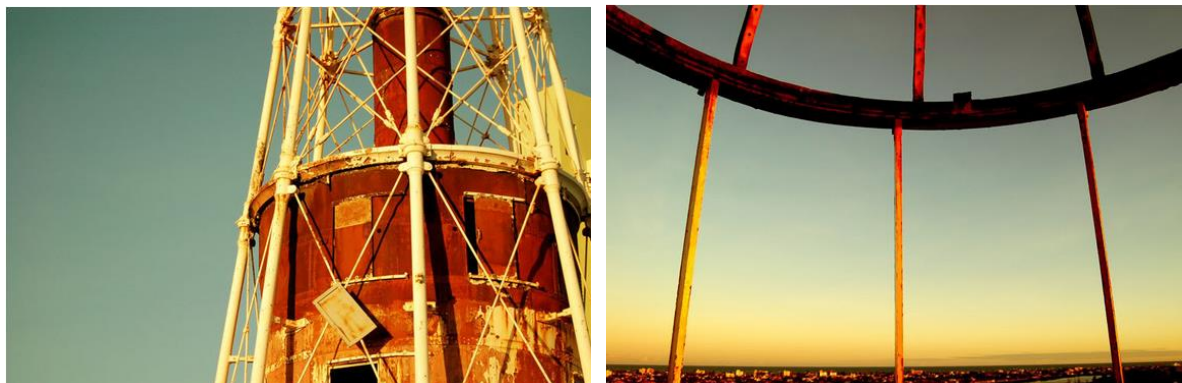
Com relação à iluminação, ela era emitida através de um prisma de cristal, isto é, através de uma lente do tipo Fresnel, que comparada a outras, era menor tanto em volume como na espessura, sendo de melhor qualidade. Afinal, ela possuía “[...] propriedades refratoras que coletava os raios paralelos de radiação (visível ou infravermelha), concentrando-os num único ponto denominado foco [...] proporcionando um aumento na distância da luz emitida pela lanterna [...]” (NASCIMENTO, et al., 2014, p. 6).

O farol enquanto Patrimônio agrega em si importantes características, tais como: arquitetônicas, destaque cultural, ligação com o comércio e significado para as pessoas que interagem com ele, como os navegadores e as comunidades que vivem ao seu redor. Neste sentido, o Farol de Aracaju ou Farol da Farolândia se sobressai como um dos exemplos de faróis brasileiros declarados enquanto Patrimônio (NASCIMENTO, et al., 2014).

Diante das características materiais apresentadas sobre este “mega-artefato”, podemos afirmar que ele possuía uma tecnologia avançada para a sua época, sendo assim um equipamento náutico de destaque no contexto sergipano, que favoreceu não só o desenvolvimento do comércio marítimo no âmbito regional e nacional, como também no internacional durante a segunda metade do século XIX (NASCIMENTO, et al., 2014).

Com o passar dos anos, já no final do século XX, devido ao crescimento da cidade principalmente voltado para a região do litoral, onde se localiza o farol, ele então passou a sofrer críticas da especulação imobiliária, que o colocava na condição de empecilho ao crescimento vertical da região. Diante desse impasse, foi decidido pelas autoridades, durante a década de 1990, sua interdição, sendo então o seu equipamento luminoso transferido para o farol substituto – o Radio Farol de Sergipe –, localizado em um aterro construído à beira mar (NASCIMENTO, et al., 2014).

Em 1995, o farol já impedido de exercer a sua principal função, passa então a ser considerado, diante da sua importância, como Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe. Quatro anos após o seu reconhecimento, perante os órgãos oficiais e a sociedade sergipana, ele sofre um incêndio criminoso. Diante disso, a população se revolta e faz manifestações exigindo a sua revitalização (FILGUEIRAS, et al. 2011 apud NASCIMENTO, et al., 2014).



Figuras 56 e 57 – Farol de Aracaju, 2006⁵⁸.

Durante o período de desativação e início de revitalização do farol, ele já se encontrava bastante deteriorado (ver figura 56), e mesmo após a construção de uma praça ao seu redor, o espaço continuava visivelmente impróprio para a circulação de pessoas, devido ao mal cuidado por parte das autoridades. Vale lembrar que, antes da restauração, a torre precisou passar por uma intervenção, em 2006, que estabilizou parte da armação metálica, a qual estava quase desabando. A figura 50 mostra a imagem da cidade, vista do alto do farol, na época da intervenção. Sendo assim, a restauração deste mega-artefato foi finalmente realizada, em 2008, sob a responsabilidade do Governo do Estado, em parceria com o Banco do Banese, por meio dos trabalhos da empresa Jedida Projetos e Manutenções Industriais Ltda, da Bahia (NASCIMENTO, et al., 2014).



Figuras 58 e 59 – Farol de Aracaju em 2008 e 2012⁵⁹.

⁵⁸ MELLO, 2006. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=596597>. Acesso em: 09 de fev. 2015.

Atualmente, o Farol de Aracaju é considerado como um marco paisagístico que tem o seu valor reconhecido pela comunidade onde está inserido. No entanto, cabe destacar que, durante a pesquisa de campo, houve um impasse com relação ao seu acesso, pois fomos impossibilitados de observar e registrar as informações a respeito do interior do farol, porque a sua chave não foi encontrada em nenhum dos órgãos responsáveis. Isto demonstra, de certa maneira, que este “mega-artefato” não tem recebido a devida atenção e cuidado por parte das autoridades. Diante disso, é válido ressaltar que a pesquisa arqueológica, além de produzir conhecimento, tem como função chamar a atenção para a importância deste patrimônio histórico e arqueológico, que precisa ser preservado, valorizado e reconhecido perante as autoridades e a população em geral.

3.4 – As vítimas de guerra e o estudo dos corpos enquanto biofatos

Saindo um pouco deste enfoque voltado mais para os aspectos técnicos e funcionais das estruturas que tiveram destaque no período da Segunda Guerra Mundial em Sergipe, como as três embarcações, os dois Cemitérios dos Náufragos e o Farol de Aracaju. Partiremos agora para uma abordagem voltada mais para as questões “sensoriais” e “sensíveis”, que foram e são vivenciadas pelas pessoas a partir da cultura material, e que os significados vão além do palpável, se figurando nas percepções e na memória de cada um. Sendo este passado aguçado, por exemplo, a partir do cheiro, do gosto, da visão, do toque de objetos, que tem o “poder” de trazer as lembranças esquecidas através das coisas materiais que, na verdade, representam bem mais do que “algo”, representam alguém ou determinada situação vivida no passado e revivida no presente.

De acordo com Lima (2011), é dentro da abordagem pós-processual, que abrange em seus estudos as questões simbólicas e cognitivas, que vai surgir um novo caminho investigativo e interpretativo na Arqueologia, chamado de Sensorial, o qual vai envolver a dimensão dos sentidos ao estudo da cultura material.

A cultura material, segundo Cândido (2005), possui significados que ultrapassam as características palpáveis dos objetos, pois envolve o âmbito das relações sociais e culturais.

⁵⁹ Figura 58 - Farol de Aracaju, 2008. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=596597>. Acesso em: 09 de fev. 2015. Figura 59 - Farol de Aracaju, 2012. Disponível em: <http://historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=77>. Acesso em: 16 maio 2014.

De acordo com Tilley (1989) citado por Cândido (2005, p. 80), “[...] todo objeto pode ser interpretado não somente como instrumento, mas como signo, e enquanto tal, ele não possui um significado único, mas é polissêmico”. Todos esses pensamentos se baseiam em uma visão humanista, baseada na fenomenologia e na teoria social (LIMA, 2011).

Dessa maneira, entendendo que o ser humano deve ser abordado não só individualmente, mas associado ao todo que está ao seu redor, pois este recebe influência direta do que sente e percebe no meio em que interage. Tem-se então a necessidade de perceber e examinar a materialidade a partir de seus “[...] atributos sensoriais como a cor, o som, o gosto, a textura e o cheiro, sempre que as circunstâncias permitirem” (LIMA, 2011, p. 20).

O que é informado pelos sentidos - aí incluído o universo material - torna-se uma experiência da consciência. Percepções e sensações configuram o modo como as pessoas sentem o mundo, por meio da vivência prática, cotidiana e individual. É por meio do corpo - lugar da experiência - e das suas percepções sensoriais que vemos e estamos no mundo. Nossa relação com a materialidade passa, necessariamente por essas percepções e sensações, de tal modo que não apenas a forma - tão valorizada pela arqueologia -, mas também outros atributos sensoriais - como cor, textura, som, gosto, cheiro - precisam ser examinados sempre que as circunstâncias permitirem. Como disse Tilley (2008b, p. 61), nós tocamos as coisas e, ao mesmo tempo, as coisas nos tocam. Não restam dúvidas de que a cultura material é uma construção social, mas fundada nas propriedades físicas dos materiais [...] que tem atribuição de toda sorte de significados [...] (LIMA, 2011, p. 20).

Diante do breve esclarecimento sobre a relação da cultura material com a Arqueologia sensorial, iremos agora apresentar três exemplos de situações ocorridas, logo após os naufrágios das embarcações, na costa sergipana, utilizando esta abordagem. A começar com o relato do soldado Valter Ferreira, passageiro do *Baependy*.

Em seu depoimento, ele disse que jamais conseguiria apagar de suas memórias os gritos de desesperos das pessoas se debatendo na água (CRUZ, 2012). Jamais esqueceria aquela situação em que ouviu “[...] o urro de dor [...]” no momento em que o soldado Gastão foi atacado fatalmente por um tubarão e depois desapareceu (2012, p. 102).

O segundo exemplo é sobre a experiência vivida pelo sobrevivente Valdemiro Pinheiro, foguista do navio *Aníbal Benévolo*. Em entrevista concedida ao *Correio de Aracaju*,

em 21 de agosto de 1942, recordou da visão assustadora do peixe circulando a sua tábua. Segundo ele, só conseguiu se salvar graças à providência divina.

Valdemiro Pinheiro foi salvo nadando, apoiado com uma taboa do quartel do porão do navio tendo, despido e sem nenhum alimento, nadado 33 horas até alcançar a praia. Ao sentir pisá-la, em seco, de emoção, perdera os sentidos sendo então ali socorrido pelas turmas de homens que soube depois serem da Alfândega e da Capitania do Porto de Aracajú, em serviço de pesquisas de salvamento [...].

Ao nos despedir do sr. Valdemiro, disse-nos ainda ele: “moço, ia esquecendo de dizer ao sr. que desta vez, não pereci no bojo do “Benevolo” nem ainda na barriga de um enorme tubarão por um milagre acrescentando pela manhã da 2ª feira, quando já avistava terra, dele aproximou-se, sem que logo o tivesse notado, um enorme tubarão, que chegou mesmo a cheirá-lo nas costas, momento em que notou a *friesa* do seu sopro. E continuou: fiquei imóvel, agachado à taboa que me ajudava a flutuar, ergui os olhos para os céus e pedi à N. S. dos Navegantes que me livrasse daquele peixe. Depois, quando apavorado olhei em torno de mim, vi que o tubarão se afastara tranquilamente, sem que tivesse voltado, como costumam fazer, para atacar as presas primeiro examinam.

Tão grande foi o milagre da Santa, que durante ainda todo o resto do meu percurso sobre as ondas, a lembrança do tubarão também se me apagou da memória, e assim pude nadar despreocupado até o fim da minha dolorosa jornada (CORREIO DE ARACAJU, 1942, p. 3).

O terceiro e último caso é sobre as memórias de Dona Salvelina Santos de Moraes, filha do faroleiro Teodoro José dos Santos. Ela recordou que na época da guerra seu pai recebeu uma missão muito pesada. Ele tinha que recolher os corpos das vítimas espalhados pelas praias de Atalaia, Mosqueiro, Caueira e Saco (CRUZ, 2012; CRUZ; ARAS, 2012). “Quando papai chegava em casa ninguém aguentava o fedor. Era ui, ui, ui. [nesse exato momento Dona Salvelina tapou o nariz com a mão]. Era um fedor, dos mortos que ele pegava na praia. (...) Foi muito triste, era muita gente morta” (CRUZ 2012, p. 154, CRUZ; ARAS, 2012, p. 89).

Nesse contexto, percebe-se que o mau cheiro dos cadáveres, devido à putrefação, se impregnava nas vestimentas do faroleiro que chegava em casa exalando “[...] o fedor dos mortos”. Segundo Cruz e Aras (2012, p. 89), “[...] o cheiro e as imagens impactantes abalaram a estrutura psicológica do faroleiro que, para cumprir suas obrigações e controlar seus nervos, bebia cachaça”. Dona Salvelina relembrou que “Ele dizia que se o soldado

pegava, ele também tinha que pegar. (...) Ele bebia um bucado, mas ele dizia que se não bebesse, não pegaria o defunto não, eu morro. Se eu não beber, eu não pego defunto não, eu morro” (2012, p. 154; CRUZ; ARAS, 2012, p. 89).

Os exemplos citados acima demonstram como as percepções e sensações configuram o modo como vivenciamos determinadas situações. Nos três casos, podemos afirmar que os aspectos mais marcantes que ficaram gravados nas lembranças das testemunhas estão ligados aos sentidos, como a audição relacionada aos gritos das vítimas, a visão ligada à imagem do tubarão, o olfato com relação ao fedor dos mortos e o paladar ligado à cachaça para controlar os nervos.

A partir de agora, vamos nos debruçar sobre as questões referentes à sensibilidade e as emoções, abordando assim os momentos de tristeza, medo e sofrimento vivenciados por centenas de vítimas, em águas sergipanas, durante os dias em que a Segunda Guerra Mundial chegou ao Brasil.

Para entender melhor o papel das emoções nesse contexto bélico, utilizamos como base a obra de Rezende e Coelho, *Antropologia das Emoções*, publicada em 2010. Segundo as autoras, os sentimentos e as emoções, enquanto objeto de estudo, devem ser compreendidos como uma das dimensões da experiência humana e, por isso, podem ser explorados no campo das investigações das ciências sociais.

Rezende e Coelho (2010, p. 12) afirmam que, “[...] os sentimentos não têm uma natureza universal [...]”, nem depende somente da “essência” ou “singularidade” de cada um, como acredita o senso comum. Eles têm muito mais a ver com as questões culturais e sociais que são ensinadas ou impostas, e que acabam sendo absorvidas como “naturais”. Diante disso, devemos considerar, então, que as emoções surgem de acordo com o contexto sociocultural vivenciado.

No caso das grandes tragédias, que tratam da condição humana, elas podem ser compreendidas universalmente, mas não da mesma maneira. Afinal, é preciso tratar dos sentimentos como “representações” de uma dada sociedade (REZENDE; COELHO, 2010).

As emoções enquanto objeto de estudo têm sido abordadas em vários trabalhos antropológicos e de outras ciências sociais. No entanto, aparecem frequentemente como tema secundário. Conforme as autoras, “A presença dos afetos foi sempre notada como parte da dinâmica da vida social, sem que contudo a eles se dedicasse atenção como objeto autônomo de investigação” (2010, p. 13). Isso se deve ao fato das emoções possuírem status dúbio: como “fatos naturais” sendo modificadas pela sociedade e pela cultura, até certo ponto, e como “[...] fenômenos subjetivos, individuais e particulares, mesmo que as sociedades

regulassem sua expressão” (2010, p. 13). Por isso, esse tema se manteve por muito tempo como objeto de estudo específico da psicologia.

No entanto, os estudos de sociólogos renomados como Émile Durkheim e Georg Simmel contribuíram de maneira significativa para a mudança da perspectiva a respeito do estudo das emoções dentro da dinâmica social. “Seus estudos são importantes na direção de tomar as emoções como elementos sociais” (REZENDE; COELHO, 2010, p. 13).

Já outros antropólogos, como Radcliffe-Brown que fez parte da escola britânica, e Marcel Mauss que fez parte da escola francesa, desenvolveram estudos a respeito das “[...] regras e formas coletivas de expressão dos sentimentos, ora explorando seu papel social, ora comparando padronizações culturais distintas das emoções” (REZENDE; COELHO, 2010, p. 14).

Na década de 1970, nos Estados Unidos, com o desenvolvimento do enfoque interpretativo, os estudos das emoções ganharam mais espaço, até porque “[...] a noção de cultura como padrões de comportamento” [...] passou a ser redefinida como “[...] teias de significados, transmitidas por símbolos e interpretadas de maneira específica de sociedade para sociedade” (REZENDE; COELHO, 2010, p. 14).

Já na década de 1980, as emoções passaram a ser estudadas a partir de um enfoque “relativista”, que abordava “[...] os sentimentos como conceitos culturais que mediam e produzem a experiência afetiva” (REZENDE; COELHO, 2010, p. 14). Dessa maneira, “[...] a ideia de pessoa e subjetividade passa a ser vista como construções culturais” (2010, p. 15). Nesse sentido, Lutz (1988), citada por Rezende e Coelho (2010), vai propor que “[...] os conceitos de emoção implicam em negociações sobre [...] vários aspectos da vida social” funcionando assim como “[...] práticas ideológicas locais” e “[...] idioma que define e negocia as relações sociais entre uma pessoa e as outras” (2010, p. 15).

Na atualidade, percebemos que os estudos antropológicos voltados para a questão da emotividade e dos sentimentos avançaram e ultrapassaram as questões relativistas, propostas na década de 1980. Agora, as abordagens buscam analisar as situações sociais de forma específica, a partir de uma abordagem contextualista, ou seja, entendendo que os significados das emoções variam, inclusive, dentro de um mesmo grupo social dependendo das circunstâncias, além de destacar “[...] as consequências da expressão dos sentimentos nas relações sociais e de poder” (REZENDE; COELHO, 2010, p. 15).

As autoras resumem o histórico do estudo dos sentimentos, no campo da Antropologia, da seguinte maneira: primeiro centrando-se nas relativizações, depois passando

pela dimensão micropolítica envolvendo as negociações sociais e de poder, até chegar a uma abordagem mais contextual (REZENDE; COELHO, 2010).

Voltando para o nosso tema de guerra, que envolve diretamente a questão da emoção e do sentimento. Veremos a seguir, com base nos dados bibliográficos, como os náufragos reagiram diante dessa “situação extrema”. Sobre isso, Lutz (1988), citada por Rezende e Coelho (2010), faz uma ressalva destacando que a emotividade que acontece e se manifesta através do corpo é, muitas vezes, contrária às questões da “razão e da mente”, como demonstram as análises a seguir.

De acordo com os relatos documentais, percebemos que o desespero entre passageiros e tripulantes lançados ao mar era imenso, poucos conseguiram sobreviver diante dessa situação. O delírio já dominava algumas pessoas e elas acabavam sucumbindo em seus próprios desesperos (MAYNARD; ASSIS, 2013). Afinal, “[...] nadar em meio aos destroços, ter os olhos agredidos pelo óleo que vazava das embarcações, o corpo supliciado por peixes e águas vivas, além da incerteza sobre o destino dos entes queridos eram desafios que separavam a vida e a morte” (2013, p. 61).

Segundo Cruz (2012, p. 101), “Um dos aspectos mais angustiante para um náufrago era olhar ao redor e perceber a desgraça coletiva. A estrutura psicológica de muitos foi abalada, alimentando angústias, despertando pânico ou medo, gerando violência, loucura e até suicídio”. Diante da circunstância extrema, muitos ficaram desorientados e traumatizados, e devido à instabilidade do mar e a exposição ao sol forte, muitos tiveram esgotamento físico, fome e sede, ficando assim desidratados e desnutridos, chegando alguns a enlouquecer (CRUZ, 2012). Segue abaixo um trecho do depoimento do náufrago Milton Fernandes da Silva, que retrata bem essa situação.

[...] passamos resto da noite de 15, todo o dia 16, quando aproximadamente, às 2 horas do dia 17, o marinheiro começou a dar sinais de perturbação mental, pedindo alimento, dizendo ter ouvido bater a campainha para o café, depois tentou agredir o tenente, o que evitamos; em seguida, desesperado de fome e sede atirou-se ao mar, sendo impossível qualquer salvação. Logo após, o segundo tenente começou a demonstrar o mesmo sintoma, perguntando pelos colegas. Lembrei-me, então de indagar seu nome e ele respondeu ser Oswaldo Costa. Tentei acalma-lo, foi impossível, atirou-se n'água. Com cuidado para não haver desequilíbrio nas poucas taboas que nos restavam, agarrei-o pelas botas, conseguindo coloca-lo novamente sobre as mesmas. No entanto, poucos minutos depois, colocando-se numa atitude agressiva, dizendo que eu e meu companheiro

estávamos embriagados, que ia para casa, fez-se novamente ao mar, sendo desta vez, impossível salvá-lo. Restavam agora, na taboa, somente eu e o terceiro maquinista. Assim, continuamos sempre avistando o clarão da cidade de Aracajú, para onde éramos levados (CRUZ, 2012, p. 222).

Por meio do levantamento de informações realizado no acervo documental e iconográfico do Arquivo Público do Estado de Sergipe e comparando-o aos resultados encontrados nos trabalhos de Cruz (1999, 2011, 2012), Cruz e Souza (2009), Cruz e Aras (2010, 2011, 2012, 2013), Porto (2013), Assis (2012), Maynard e Assis (2013) e Monteiro (2013), foi possível fazer uma análise rigorosa com o objetivo de identificar não só as causas e os tipos de mortes, mas também retirar informações sobre as vítimas, por meio da cultura material que foi encontrada na época.

Naqueles dias terríveis de agosto, dezenas de corpos chegaram às praias sergipanas. Muitos estavam mutilados, sem algumas partes do corpo que, provavelmente, foram arrancadas por tubarões ou cortadas pelas hélices ou ferragens dos navios (ver imagens 60 e 61). Alguns também apresentavam furos nos olhos, na língua e na pele, que já se encontrava deteriorada. Pelas marcas, conforme Cruz (2012), provavelmente foram atacados por animais marinhos como peixes, siris ou caranguejos. Foram encontradas, também, ossadas espalhadas pela areia provocadas possivelmente pela ação de animais como raposas ou urubus, atraídos pelo cheiro forte dos corpos, já em estado de decomposição (CRUZ, 2012).

Vale ressaltar que, na Arqueologia, os restos mortais são considerados como biofatos, podendo ser estudados com a finalidade de obter informações a respeito das vítimas, como por exemplo, através de uma arcada dentária têm-se informações sobre idade, saúde, condição financeira, entre outras (PORTO, 2013).



**Figuras 60 e 61 – Corpos provavelmente dilacerados por predadores marinhos.
Fonte: Arquivo Público do Estado de Sergipe.**

A imagem 60 mostra o estado de deterioração em que uma das vítimas foi encontrada. Conforme o relatório da perícia, ela foi descrita da seguinte maneira: “Uma cabeça e parte do tronco e perna direita de um indivíduo do sexo feminino, mestiça, feições regulares, cabelos encarapinhados, orelhas pequenas, dentadura boa [...]” (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 17º). Através das análises feitas na dentição, percebeu-se que a vítima tinha o “[...] incisivo mediano direito com obturação a ouro, e o mediano esquerdo duas do mesmo metal, todas de tamanho aproximadamente igual e na mesma linha” (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 17º).

Estas informações nos levam a inferir sobre um dos hábitos desta mulher, como por exemplo, preocupação e cuidado com a saúde bucal, e devido às obturações em ouro, consideramos que, provavelmente, tinha boas condições financeiras. Diante do estado avançado de putrefação, a vítima não pôde ser identificada na lista de passageiros, e pela dilaceração do corpo, possivelmente foi atacada por animais marinhos.

A imagem 61 mostra um “[...] cadáver de um indivíduo do sexo masculino, cor branca, cabelos pretos corredios, barba e bigode raspados, mãos calosas, unhas estragadas e rebentadas, vestindo uma gandola de mescla azul, robusto, dentes [...] com [...] incrustações [...] de ouro” (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 18º). A partir das análises realizadas pela perícia na dentição, foi possível presumir a idade deste homem entre “30 a 35 anos”, além de identificar que possuía algumas “incrustações de ouro”. Essas evidências demonstram um dos seus hábitos (cuidado com a saúde bucal) e também que, provavelmente, possuía boas condições financeiras.

Já as mãos calosas e unhas rebentadas eram assim, provavelmente, devido a um trabalho manual que deixava essas marcas, a exemplo de ser membro da tripulação, e como ele usava “uma gandola de mescla azul”, provavelmente, deveria ser um tripulante. Um dos detalhes que mais chamou atenção na fotografia foi a ausência da parte inferior da perna esquerda que, provavelmente, foi arrancada por algum animal marinho ou dilacerada pelas ferragens da embarcação. Mesmo o corpo estando em bom estado de conservação, a vítima não teve o seu nome identificado na lista de passageiros ou tripulantes.



**Figuras 62 a 64 - Cadáveres espalhados pelas praias sergipanas.
Fonte: Arquivo Público do Estado de Sergipe.**

A fotografia 62 acima mostra um “[...] cadáver de um indivíduo do sexo masculino, moreno, robusto, cabelos pretos, corredios, ligeiramente encanecidos, barba e bigode raspados, aparentando 45 anos de idade, dentadura reparada [...]” (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 12º). Foi identificado pela perícia, que ele possuía nos dentes “[...] capsula de ouro” (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 12º).

As informações sobre este homem nos levam a inferir sobre alguns de seus hábitos, como cuidado com a aparência, devido à “barba e bigode raspados”, demonstrando assim que era vaidoso, e também que tinha cuidado com a saúde bucal, tendo inclusive uma “cápsula de ouro”, fato que demonstra que, provavelmente, tinha boas condições financeiras. Já as marcas encontradas em suas mãos “calosas, unhas quebradas”, e o tipo de vestimenta “gandola de mescla azul” possibilitaram o identificar “como membro da tripulação do navio” (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 12º). Mesmo com todas essas informações, não foi possível identificar o seu nome na lista de tripulantes.

A imagem 63 mostra “[...] o cadáver de uma senhora, cabelos castanhos ondulados [...] Dentadura boa, com ligeiro embricamento do incisivo lateral esquerdo, sobre o mediano. Fisionomia bem modelada [...] Orelhas pequenas”. Ela foi encontrada “[...] descalça”, mas preservando suas vestes e um relógio de pulso, que foram descritos pela perícia da seguinte maneira: “[...] traje de fazenda de fantasia estampado, de cor azul, [...] combinação de sêda verde e calça cor de rosa, também de sêda [...] usava um relógio de pulso cromado marca ‘Igima’ com uma corrente do mesmo metal, sem inscrição, com o número 4.168, denotando longo uso” (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 16º).

Através dessas informações, conseguimos perceber alguns hábitos desta senhora, como o cuidado com a saúde bucal, já que tinha uma “dentadura boa”; o cuidado com a aparência, pois foi encontrada com as unhas dos pés e das mãos “manicuradas e pintadas”; e como usava roupa de seda e possuía um relógio de marca “Igima”, provavelmente, tinha boas condições financeiras (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 16º). Apesar de ter sido encontrada com o corpo e os seus pertences preservados, ela não teve o seu nome identificado na lista de passageiros.

O registro fotográfico 64 mostra “[...] o cadáver de um indivíduo do sexo masculino, moreno, robusto, cabelos pretos, corredios [...] Dentadura perfeita, dentes sólidos, largos, brancos e bem implantados. Idade presumível 13 anos” (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 21º). Através das análises feitas pela perícia na dentição foi possível presumir a pouca idade do rapaz. Ele foi encontrado vestindo “[...] calça curta de brim kaki, camisa de pano branco com mangas curtas” e estava “descalço” (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 21º). A partir dessas informações foi possível identificar o seu nome na lista de passageiros: “Parece tratar-se do menor Antonio (a que se refere o editorial do Correio de Aracajú) filho de Antônio Lins Cavalcante, sub-tenente do Exército, também vítima do mesmo sinistro. Identificado como ANTÔNIO LINS CAVALCANTE” (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 21º). Um dos detalhes que mais chamou atenção na fotografia foi a parte da cabeça, que devido ao estado avançado de degradação, não se encontrava nela nem pele, nem músculos faciais, apenas o crânio.

As imagens apresentadas acima demonstram o estado em que alguns corpos chegaram às praias sergipanas. Muitos estavam seminus, banhados pelo combustível, dilacerados, queimados e inchados, já em estado de putrefação. Os ataques nazistas vitimaram homens, mulheres e crianças. As pessoas que presenciaram estas cenas se chocaram com tamanha brutalidade e violência. O sentimento presente na população aracajuana, de acordo com os

jornais locais, era de consternação e revolta. Afinal, Sergipe nunca antes tinha sofrido uma tragédia marítima tão brutal e de grandes proporções como esta.

Destacaremos agora, algumas causas das mortes, até porque apesar de terem sido “náufragos”, nem todos foram levados a óbito por afogamento. Segundo Cruz (2012, p. 101), muitos morreram “[...] ‘queimados’ na detonação do torpedo ou na explosão da caldeira; ‘mutilados’ pelas ferragens ou pela movimentação da hélice; [...] ‘metralhados’ pelos submarinistas inimigos; e por fim, ‘distúrbios psicológicos’ de não suportar uma situação extrema”.



Figura 65 – Criança encontrada morta à beira mar, Aracaju – SE, 1942⁶⁰.



Figura 66 – Mais de trinta crianças mortas no “Aníbal Benévolo”⁶¹.

A figura 65 mostra “[...] o cadáver de uma criança do sexo feminino, cor branca, cabelos castanhos, corredios, feições regulares, vestindo uma camisola de flanela, descalça. Pela evolução dentária cauculamos a idade em cêrca de 2 anos” (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 15º). A criança foi encontrada usando uma “[...] pulseira de fios de prata com uma medalha de santo, presos os aros por uma chapa com o nome ‘A Leide’”. As evidências encontradas na pulseira demonstram tanto a religiosidade dos pais, como também uma referencia específica a menina.

Apesar do corpo ter sido encontrado em bom estado de conservação, o que facilitou a identificação da criança foi a roupa e, principalmente, a pulseira com a inscrição “A Leide”. A menina foi identificada como sendo “‘NOEME’, filha do Sub-Tte. Lins Cavalcante” (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 15º), que também foi morto na tragédia naval.

A figura 66 mostra uma publicação do jornal *Correio de Aracaju*, do dia 21 de agosto de 1942, destacando a morte de mais de 30 crianças que viajavam a bordo do navio *Aníbal*

⁶⁰ Figura 65 – Criança encontrada morta em uma praia sergipana (Foto alterada pela autora - faixa colocada na parte genital). Fonte: Arquivo Público do Estado de Sergipe.

⁶¹ Figura 66 – Publicação do jornal *Correio de Aracaju*, 21 de agosto de 1942, p. 1.

Benévolo. Um dos sobreviventes, o cozinheiro Firmino Silva, falou emocionado em seu depoimento ao relembrar das “[...] criancinhas que devem se encontrar trancadas, no fundo do mar, dentro de camarotes do meu ‘Aníbal Benévolo’” (CORREIO DE ARACAJU, 1942, pp. 1-3).

As imagens das crianças mortas, encontradas à beira mar, junto aos destroços, demonstram a gravidade dos ataques bélicos. Os alemães tinham agido de forma covarde, assassinando crianças inocentes. Infelizmente nenhuma delas sobreviveu (CORREIO DE ARACAJU, 1941). No entanto, vale ressaltar que na época, esse fato levantou suspeitas sobre quem realmente tinham sido o agressor (alemães ou norte-americanos). A Chefatura de Polícia de Sergipe intimou o alemão Kurt Michel, que trabalhava em São Cristovão, para interrogá-lo a respeito disso. Michel disse que acreditava não terem sido os alemães, porque segundo o código de honra do soldado alemão, eles não matavam crianças (CRUZ; ARAS, 2013).

De acordo com os documentos oficiais, foram encontrados nas praias sergipanas vários pertences dos náufragos, como: roupas, sapatos, carteiras, documentos, joias, malas, entre outros. Através do registro da cultura material, por meio das fontes iconográficas e dos relatórios policiais e da perícia, foi possível obter informações, por exemplo, sobre as condições sociais, econômicas e religiosas das vítimas, além de saber sobre suas características físicas, como: sexo, idade, saúde e alguns dos seus hábitos.

Estes indícios materiais e humanos nos auxiliaram a elaborar um esboço dos perfis de algumas dessas vítimas. As análises da cultura material (iconográfica e documental) nos informaram, por exemplo, que algumas vítimas se conheciam (parentes e amigos); algumas eram mais abastadas que outras (refletindo a desigualdade social); algumas eram vaidosas (mulheres e homens); outras religiosas (carregavam adornos com o símbolo de santos); umas eram casadas, outras tinham formação acadêmica (possuíam alianças e anéis de formatura). Cabe ressaltar que, a “ausência” desses objetos também nos traz informações, como por exemplo, sem aliança poderia significar que era solteira, entre outras. Enfim, as possibilidades que a pesquisa arqueológica nos fornece, por meio do estudo da cultura material, são amplas, variadas e ricas em informações.

Sobre isso, alguns perfis das vítimas também foram encontrados nos trabalhos de Assis (2012) e Assis e Maynard (2013), como por exemplo, o de uma senhora chamada Maria de Lourdes Souza Rangel, passageira do navio *Araraquara*. De acordo com o laudo feito pela perícia, a vítima foi descrita como: “robusta”, com boa dentição, “unhas manicuradas”, tendo idade presumível de “35 anos”. Foi encontrada com suas vestes de “gersey” e “seda”, usando

um “colar de pérolas artificiais”, “um anel de professora” e um “relógio de ouro”, ambos com seu nome “LOURDES” (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 1º).

As evidências materiais demonstraram que, esta senhora era vaidosa e, provavelmente, tinha boas condições financeiras devido aos objetos pessoais de valor. No entanto, não deveria ser tão abastada assim, já que não possuía um colar de pérolas legítimo. No corpo dela não foi identificado nenhum sinal de violência, sendo a causa da morte descrita como “[...] asfixia por submersão” (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 1º).

Segundo Assis (2012, p. 1), a tragédia naval não levou apenas mulheres vaidosas, levou homens também, “[...] como é o caso do 2º tenente convocado Noberto Silvio Paiva Anciães” que tinha as unhas bem cuidadas, rosto barbeado e apresentava boa dentição. Ele usava inclusive “sapatos de camurça”. Entretanto, devemos lembrar que esta não era a realidade de todos. Havia homens simples, com dentes e unhas descuidados, meias remendadas, provavelmente por não terem tantas condições financeiras ou vaidade (ASSIS, 2012).

Com base nas análises iconográficas e documentais, percebemos que há uma enorme variedade na cultura material associada às vítimas. Desde roupas, sapatos e objetos simples até alguns caros, de marcas conhecidas, vindo uns inclusive do exterior. Essa diversidade e contradição, representada nos artefatos, é um reflexo da própria organização social que é desigual.

A cultura material, advinda dos naufrágios, também nos permitiu afirmar que algumas vítimas se conheciam e faziam parte de um mesmo grupo. Como é o “[...] caso de dois homens que foram encontrados usando um mesmo uniforme branco, possivelmente marinheiros, com um ‘T’ ou âncora bordado” (ASSIS, 2012, p. 2). Segue abaixo o registro fotográfico de um deles.



**Figura 67 - Vítima identificada como sendo um dos membros da tripulação.
Fonte: Arquivo Público do Estado de Sergipe.**

A figura 67 acima mostra “[...] o cadáver de um indivíduo do sexo masculino, cor branca, cabelos pretos corrediços, barba e bigode raspados, robusto, rosto largo, [...] boa dentadura, unhas cuidadosas [...]”. Ele foi encontrado preso a “[...] um salva-vidas com o nº 9, sem nome da embarcação”. Estava vestindo “dolman” que tinha “[...] um distintivo de trabalho ‘T’ (ou ancora) bordado” (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 14º). Conforme as evidências, ele foi identificado como sendo membro da tripulação, contudo não teve o seu nome revelado na lista de tripulantes.

Uma das histórias que se destaca, nesse triste contexto de tragédia naval, é a de Renato de Oliveira Veiga, que foi encontrado na praia do Castro, localizada na cidade de Estância - SE. Foi encontrado com um “[...] relógio laminado a ouro” e uma “[...] aliança com o nome ‘ZILAH’ e a data ... 22-3-942” (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55. Nº 23º). Pela data, tinha se casado recentemente, fazia apenas cinco meses. Seu corpo foi recolhido e enterrado, e suas joias foram entregues à Polícia para serem devolvidas à viúva.

Assis (2012), em seu trabalho, fez uma ressalva com relação aos objetos das vítimas, os quais não “[...] serviram apenas para ajudar na identificação dos corpos, mas também para despertar e satisfazer a cobiça de alguns” (2012, p. 3). Como por exemplo, “[...] o relógio de pulso e botão de colarinho pertencentes a Eduardo Alexandre Baumann [...] que foram apreendidos nas mãos de um morador da pacata Aracaju” (2012, p. 3). Outro caso que, inclusive, gerou indignação foi o de Nelson Rubina, que “[...] puxou um cadáver de uma mulher [...] inchada e seminua” e lhe furtou dois anéis e uma aliança (2012, p. 3). Diante disso, podemos afirmar que, nem todos os sergipanos se compadeceram da tragédia naval

hitlerista, já que alguns foram até as praias, não para socorrer os náufragos, mas sim para lhes tirar o resto que tinha sobrado diante da agressão.

Portanto, podemos dizer que os ataques nazistas ao matar mais de 500 pessoas, entre os dias 15 e 16 de agosto, no litoral sergipano, não serviu apenas de estopim para a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Eles também serviram para destruir a vida de muitos familiares das vítimas, que ficaram desesperados e desolados sem seus filhos, maridos, esposas, pais, mães e amigos.

Para concluirmos, mencionaremos agora uma das histórias mais emocionante e triste ocorrida em torno desta tragédia naval, conforme a publicação do jornal *Correio de Aracaju* do dia 19 de agosto de 1942. A figura 68, logo abaixo, mostra a cena de um esposo e pai recebendo a pior notícia da vida. No canto direito da fotografia, vemos um homem totalmente desamparado e isolado, trata-se do 1º Tenente José Castelo Branco Vercoso, sobrevivente do *Baependy*. No dia do naufrágio, em meio à confusão, ele, sua esposa e o seu filho se lançaram ao mar e ficaram juntos por um tempo, até vim uma onda mais forte e arrastar mãe e filho dos braços do pai. Era a última vez que Vercoso os via com vida.

O Tenente foi salvo por alguns sobreviventes que estavam em uma baleeira. Segundo os depoimentos, ele gritava pela mulher e relutava em aceitar aquela perda, dizendo: “De que me serve a vida, sem minha mulher e o meu filho?” (1942, p. 1). Ele carregava consigo um grande remorso e se martirizava por não ter conseguido ajudá-los. No entanto, não perdeu a esperança de reencontrá-los e, dia após dia, saía até as praias procurando-os entre os mortos que chegavam à capital sergipana.



Figura 68 - Náufrago José Castelo Branco Vercoso desolado ao encontrar os corpos de sua esposa e filho no litoral de Sergipe. Fonte: Imprensa Nacional (1942)⁶².

⁶² Figura 68. Fonte: Agressão - Documentário dos fatos que levaram o Brasil à Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. Fotografia retirada da Dissertação de CRUZ, 2012, p. 105.

No dia em que a fotografia foi tirada, aconteceu o que ele mais temia: os corpos dos seus familiares tinham então chegado à praia. À esquerda, deitados na areia já sem vida, estavam sua esposa e o seu filho, mortos, provocado pelo naufrágio do *Baependy*. Quando Vercoso os reconheceu entre os mortos, ficou extremamente desolado e se afastou de todos, sentou na areia da praia e chorou inconformado. Viu, naquele momento, a sua família destruída pela guerra, e para ele, sobreviver parecia mais uma punição. Essa história comovente foi publicada, na época, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda em todo território nacional.

Em resumo, podemos dizer que a Segunda Guerra Mundial no contexto de sergipano não representou, apenas, uma passagem simbólica sem muitos efeitos, como descreve a historiografia oficial. A guerra, na verdade, marcou profundamente uma geração, pois os ataques nazistas não afundaram e destruíram apenas as embarcações, eles destruíram também sonhos, vidas e famílias. No âmbito nacional, esses trágicos acontecimentos históricos se destacaram porque influenciaram, de forma significativa, a sociedade e a política brasileira, já que serviu para “arrastar” o país para o conflito mundial.

Consideramos que a lição deixada pelos sucessivos torpedeamentos foi a de despertar uma consciência coletiva de que a guerra tinha chegado ao mar territorial brasileiro. E, ao evidenciarmos essas histórias, na atualidade, através da cultura material, significa demonstrar o quanto esses episódios foram marcantes para as gerações contemporâneas da guerra, e como o patrimônio arqueológico, tanto submerso, como emerso, serve para mostrar que tudo na guerra é ruim, e por isso ela deve ser evitada, buscando assim, sempre cultivar tempos de paz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, nesta dissertação, fazer um estudo arqueológico a partir da cultura material referente ao período da Segunda Guerra Mundial, em Sergipe, tendo como aporte teórico-metodológico o enfoque da Arqueologia de Ambientes Aquáticos, visto que os primeiros ataques nazistas contra o território brasileiro ocorreram em águas nacionais, provocando assim o naufrágio de três embarcações mercantes. Os torpedeamentos foram praticados pelo mesmo submarino alemão, o *U-507*, que afundou sequencialmente, em menos de 24 horas, os navios *Baependy*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo*, entre a costa sergipana e baiana, vitimando 551 pessoas (GAMA; MARTINS, 1985; SERAFIM; BITTENCOURT, 2006; CRUZ, 2012; MONTEIRO, 2013; PORTO, 2013).

O enfoque da Arqueologia de ambientes aquáticos foi adequado a esta pesquisa, já que abordamos a questão da “maritimidade” da sociedade aracajuana, desde a época da mudança da capital, em 1855, até a década de 1940, destacado a sua forte relação com o ambiente aquático – rios e mar – que cercam a cidade, e que possibilitaram a construção de uma identidade naval ao longo dos anos. Desse modo, foi imprescindível retratar esse ambiente aquático como de destaque no período da guerra, onde três embarcações mercantes foram torpedeadas e afundadas.

A pesquisa se iniciou tomando como base os sítios de naufrágios, abrangendo o universo “molhado” – na teoria –, e incluindo os sítios emersos – na prática –, os quais fazem parte deste contexto bélico, como por exemplo, os restos materiais advindos das embarcações, os corpos das vítimas (biofatos) e os seus pertences que chegaram até as praias sergipanas, além dos dois Cemitérios dos Náufragos e o Farol de Aracaju, que representam materialmente esses fatos trágico-marítimos e que simbolizaram, na época, a chegada da Segunda Guerra Mundial ao Brasil e sua passagem por Sergipe.

Consideramos que estes vestígios apresentam um grande potencial, e por isso servem para contar materialmente as histórias sobre os trágicos episódios navais, que “arrastaram” o Brasil para o conflito mundial e que, com o tempo, foram “esquecidos”, tendo sido resgatados apenas recentemente por alguns historiadores, jornalistas e arqueólogos.

As possíveis explicações para as “lacunas” existentes referentes a esse importante período histórico, talvez seja, por se tratar de acontecimentos recentes e que, por isso, não receberam a devida atenção dos pesquisadores, ou, por representarem fatos tristes da nossa História, “deveriam” ser “esquecidos”. Enfim, não sabemos ao certo os motivos, mas

consideramos que mesmo tendo sido fatos trágicos e recentes não podem ser relegados ao esquecimento, pelo contrário, merecem destaque tanto nas obras locais, como nas nacionais, até mesmo como uma lembrança da memória dos que perderam suas vidas como vítimas de guerra, e também das coisas ruins que a guerra provoca, como dor, medo, perdas, sofrimento, insegurança, etc., devendo, portanto, ser evitada.

A partir do estudo da cultura material foi possível visualizar os reflexos e as mudanças provocadas pelo conflito na sociedade sergipana da década de 1940. Diante disso, resolvemos evidenciar algumas passagens marcantes como: os “quebra-quebras” ocorridos em Aracaju entre brasileiros e estrangeiros descendentes de alemães e italianos; a crise econômica gerada pelo isolamento naval, que impediu a chegada de mercadorias e provocou a escassez de alguns alimentos, além do aumento dos preços de outros produtos; e a transformação na paisagem da capital, tanto diurna, como noturna. Durante o dia viam-se tropas militares pelas ruas, na tentativa de evitar os confrontos e manter a ordem entre os populares; já no rio Sergipe, viam-se vários caça-submarinos se movimentando e, no céu, alguns aviões circulando. Todos fazendo a patrulha do litoral à procura dos inimigos, os *u-boots*, no mar e nas barras fluviais. Durante a noite, a paisagem também se modificou e a cidade escureceu por medida de segurança emitida pelo governo através do *black-out*, que tinha como finalidade evitar que novos ataques voltassem a acontecer diante de Aracaju.

Destacamos também a transformação ocorrida na paisagem praiana que, diante da iminência de guerra, foi guarnecida por militares vindo de vários estados brasileiros. Além disso, ressaltamos a questão da costa sergipana ter recebido os destroços da tragédia e as centenas de corpos que ficaram espalhados pela areia das praias. Perante esse contexto bélico, foi inserido um novo elemento no cenário praiano, que permanece até hoje, o Cemitério dos Náufragos, na praia de Atalaia, que representa materialmente a chegada da Segunda Guerra ao país. Diante disso, podemos dizer que Aracaju, naquele tempo, adquiriu uma feição de vítima de guerra mundial, por isso, foi necessário a forte presença militar, inclusive para a preparação da guerra.

As pesquisas de campo, que foram realizadas no decorrer desta pesquisa, ocorreram tanto nos dois equipamentos cemiteriais dos Náufragos – onde foram feitas análises comparativas da paisagem cemiterial por meio da cultura material presente em cada um deles –, como também no Farol de Aracaju que, na época, se destacou devido a sua luminosidade que, provavelmente, favoreceu as ações dos submarinistas e, por isso logo após os ataques “perdeu” sua função, tendo a sua luz apagada por certo tempo.

Já com relação aos sítios arqueológicos de naufrágios, nesta pesquisa, infelizmente não foi possível estudá-los, *in situ*, ficando esse objetivo para um futuro projeto de doutoramento. Contudo, vale destacar que foram feitos levantamentos de informações e abertas algumas discussões a respeito das possíveis localizações, tendo como base as seguintes fontes: Gama e Martins (1985), Porto (2013), Cruz (2012), entre outras. Além disso, foi elaborado um estudo sobre métodos e técnicas que poderão ser utilizados, futuramente, nas pesquisas práticas de Arqueologia de ambientes aquáticos, tendo como referência os trabalhos de Arqueologia subaquática do pioneiro deste campo de estudo no Brasil, o arqueólogo Gilson Rambelli, e também dos arqueólogos Paulo Bava de Camargo, Flávio Calippo, Leandro Duran, entre outros.

O objetivo de realizar a presente pesquisa arqueológica se justificou pela “carência” de trabalhos sobre o tema da guerra em Sergipe, o qual tem sido relegado durante estas últimas sete décadas pela maioria dos pesquisadores. Por isso, nos empenhamos em destacar o grande potencial da cultura material referente a este importante período da História local e também nacional, mostrando que estes vestígios podem e devem ser pesquisados, analisados, interpretados e, principalmente, utilizados como instrumento de informações e aprendizagem sobre as consequências e repercussões da Segunda Guerra no contexto brasileiro.

Perante essa situação de “lacunas” historiográficas, podemos afirmar que, os sergipanos, assim como os brasileiros, no geral, desconhecem o real envolvimento e a participação do país no conflito de maior proporção da História mundial, ocorrido no século XX, e que teve seus reflexos chegados ao Brasil através do litoral do menor estado da federação, o qual serviu como uma espécie de “porta de entrada” para o conflito europeu hitlerista.

Diante do que foi apresentado, podemos dizer que a esta dissertação teve como finalidade, por um lado, diminuir essas “ausências” bibliográficas a respeito desses acontecimentos trágico-marítimos do período bélico e, por outro, contribuir para a construção do conhecimento a partir da cultura material e assim poder divulgá-la como importante instrumento de informação enquanto “marca”, “vestígio”, “símbolo” e “representação” de um passado histórico recente, que não deve ser esquecido, principalmente, em respeito às centenas de pessoas (náufragos e combatentes) que perderam suas vidas como vítimas de guerra, como bem descrevem, respectivamente, as placas dos Cemitérios dos Náufragos da Atalaia e do Mosqueiro: “Cemitério dos Náufragos dos navios mercantes Baependi, Araraquara e Aníbal Benévolo. ‘Aí está o golpe mais traiçoeiro e terrível vibrado contra o

coração da nacionalidade””, e, “[...] Que as autoridades não esqueçam dos heróis que lutaram pela nossa pátria”.

Afinal, devemos lembrar que os sítios arqueológicos de naufrágios, assim como os sítios históricos cemiteriais, constituem parte do Patrimônio Cultural Brasileiro e, portanto, são símbolos da nossa identidade nacional, devendo ser preservados e divulgados, servindo até mesmo como um marco de um passado belicoso que não deve se repetir, incentivando assim, a busca incessante pela paz.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. C. **A história da devastação dos manguezais aracajuanos**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2008. Disponível em: <http://200.17.141.110/pos/prodema/files/dis08/DissertaoFernandaC.pdf>. Acesso em: 16 out. 2014.
- ARAUJO, J. G. Naufrágios e afundamentos na costa brasileira. 2.ed. **Revista e ampliada**, Salvador: JM, Gráfica e Editora, 2008, 120 p.
- ARAUJO, R. R. **As relações entre as transformações econômicas e o ritmo da produção no espaço urbano** - Estudo de caso: Aracaju. 2011. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: http://www.ufrgs.br/propur/teses_dissertacoes/Rozana_Rivas.pdf. Acesso em: 13 out. 2014.
- ARIÈS, P. **O homem diante da morte**. Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989, vol.I, p. 50-101.
- _____. **O homem diante da morte**. Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989, vol.II, p. 345-353 e 518-611.
- ASSIS, R. A. L. Aracaju, 1942: entre os torpedos, quem eram as vítimas?. In: Pesquisa de Sergipe/Infonet. Aracaju – SE, 2012. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/educacao/ler.asp?id=134385>. Acesso em: 11 mar. 2014.
- BARETTA, J. R. Arqueologia da Repressão e da Resistência e suas contribuições na construção de memórias. **Revista Arqueologia Pública**, 2014, n 10, p. 76-89. Disponível em: <http://nebula.wsimg.com/105a17d2417484fc666d1a7babb7ccb5?AccessKeyId=DC11B1DABAC73D45FDD4&disposition=0&alloworigin=1>. Acesso em: 21 mar. 2015.
- BARRETO, L. A. **Cultura**: um roteiro de alusões. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1994.

_____. Estrangeiros em Aracaju. In: Pesquisa de Sergipe/Infonet. 2005. Disponível em:

http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=34673&titulo=Luis_Antonio_Barreto
o. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. Estrangeiros em Aracaju (II). In: Pesquisa de Sergipe/Infonet. 2005. Disponível em:

http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=34784&titulo=Luis_Antonio_Barreto
o. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. Estrangeiros em Aracaju (III). In: Pesquisa de Sergipe/Infonet. 2005. Disponível em:

http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=34933&titulo=Luis_Antonio_Barreto
o. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. Estrangeiros em Aracaju (IV). In: Pesquisa de Sergipe/Infonet. 2005. Disponível em:

http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=34995&titulo=Luis_Antonio_Barreto
o. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. Estrangeiros em Aracaju (V). In: Pesquisa de Sergipe/Infonet. 2005. Disponível em:

http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=35132&titulo=Luis_Antonio_Barreto
o. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. O sangue de agosto na História de Sergipe. In: Pesquisa de Sergipe/Infonet. 2007. Disponível em:

http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=64407&titulo=Luis_Antonio_Barreto
o. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. A guerra e o amor ao mar de Sergipe. In: Pesquisa de Sergipe/Infonet. 2011. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=119242>. Acesso em: 20 jan. 2015.

BASS, G. F. The development of Maritime Archaeology. In: CATSAMBIS, A.; FORD, B.; HAMILTON, D. L. **The Oxford Handbook of Maritime Archaeology**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 3-22.

BAVA DE CAMARGO, P. F. **Arqueologia das fortificações oitocentistas da planície costeira Cananéia/Iguape, SP**. 2002. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/2411484/Arqueologia_das_fortificações_oitocentistas_da_planície_costeira_Cananéia_-_Iguape_SP. Acesso em: 07 out. 2014.

_____. Portos e mais portos: arqueologia marítima de Cananéia (SP). **Navigator**, vol.4, nº7, 2008, p. 83-98. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig7/art/N7_art5.pdf. Acesso em: 27 set. 2014.

BELARMINO, M. L. As idas e vindas de um articulador: Nelson de Rubina nas mãos de seus julgadores. **Revista do Memorial**, nº 2, 2012, p. 65-93.

BORGES, M. E. Aspectos do Revival Egípcio e Classicista na Arte Funerária Brasileira. In: XXXIII COLÓQUIO DO COMITÊ BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, Rio de Janeiro: UFJR, 2013. Disponível em: [http://artefunerariabrasil.com.br/admin/upload/artigos/CBHA,asp.%20egip%20eclass,%202013%20\(1\),doc.pdf](http://artefunerariabrasil.com.br/admin/upload/artigos/CBHA,asp.%20egip%20eclass,%202013%20(1),doc.pdf). Acesso em: 20 fev. 2015.

BRÍGIDO, L. E. B. O Brasil declara guerra ao Eixo – 70 anos. **Revista Marítima Brasileira**, vol.132, nº04/06, 2012, p. 34-58.

CÂNDIDO, M. M. D. Cultura material: interfaces disciplinares da Arqueologia e da Museologia. **Cadernos do CEOM**, Ano 18, nº21, 2005, p. 75-90. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/2272/1354>. Acesso em: 30 maio 2014.

CHOU, J. W. T. **O espaço da cidade: uma análise crítica e interpretativa estudo de caso no centro de Aracaju**. 2002. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Tiradentes, Aracaju – SE, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/6675842/O_ESPAÇO_DA_CIDADE_UMA_ANÁLISE_CRÍTICA_E_INTERPRETATIVA_ESTUDO_DE_CASO_NO_CENTRO_DE_ARACAJU. Acesso em: 10 dez. 2014.

COSTA, D. M. Estudos mortuários em Arqueologia Pré-Histórica e Histórica: de espelho etnográfico à máscara social. **Revista Habitus**, Goiânia, vol.10, nº1, 2012, p. 105-114.

COSTA, G. P. **Heranças Patrimonialistas, (Dis)Funções Burocráticas, Práticas Gerenciais e os Novos Arranjos do Estado em Rede**: entendendo a configuração atual da administração pública brasileira. 2012. Tese (Doutorado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9976/tese%20finalizada%20-%20Sexta3.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 mar. 2015.

CRUZ, L. A. P. **Aracaju**: memórias de uma cidade sitiada. 1999. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1999.

_____; SOUZA, A. L. U-Boots no Brasil. As vivências do homem costeiro diante da Guerra Submarina em Sergipe (1942-1945). In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, Maringá, Paraná, Brasil. **Anais**, Maringá, 2009, p. 1483-1497. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/331.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____; ARAS, L. M. B. Submarinos alemães e o cotidiano de Aracaju. **Revista do IHGSE**, nº40, 2010, p. 155-181. Disponível em: <http://www.ihgse.org.br/revistas/40.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____; ARAS, L. M. B. A cidade dos malafogados: o cotidiano de Aracaju durante a Guerra Submarina em Sergipe (1942-1945). In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 2011, São Paulo. **Anais**, São Paulo, 2011, p. 1-17. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300849352_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOGUERRASUBMARINA.pdf. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. Submarinos no Mar & Soldados na Praia. A militarização da costa sergipana no tempo da II Guerra Mundial (1942-1945). **Ponta de Lança: Revista eletrônica de História, Memória & Cultura**, Ano 4, nº8, 2011, p. 25-35. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/3081>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **“A guerra já chegou entre nós”!** O cotidiano de Aracaju durante a Guerra Submarina (1942 -1945). 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2013/09/A-Guerra-J%C3%A1-Chegou-Entre-N%C3%B3s.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2014.

_____; ARAS, L. M. B. A Guerra submarina na costa sergipana (1942-1945). **Navigator**, vol.8, nº15, 2012, p. 85-100. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig15/art/N15_art1.pdf. Acesso em: 18 jul. 2013.

_____; ARAS, L. M. B. Submarinos alemães ou norte-americanos nos malafogados de Sergipe (1942-1945)?. **Navigator**, vol.9, nº17, 2013, p. 69-83. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig17/dossie/N17_dossie5.pdf. Acesso em: 18 jul. 2013.

DINIZ, D. N. L. **Aracaju**: A construção da imagem da cidade. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-15032010-155846/pt-br.php>. Acesso em: 20 mar. 2014.

DURAN, L. D. **Arqueologia Marítima de Um Bom Abrigo**. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-26062008-095339/pt-br.php>. Acesso em: 09 out. 2014.

ENNES, M. A. A Imigração estrangeira em Sergipe (1875-1930). **História (São Paulo)**, vol.30, nº2, 2011, p. 312-334. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v30n2/a15v30n2.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2015.

FRANÇA, V. L. A. **Aracaju**: Estado e Metropolização. São Cristóvão - SE: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999.

FREIRE, L. F. **Nas águas do Velho Chico**: por uma arqueologia de ambientes aquáticos no Baixo Rio São Francisco – Sergipe/Alagoas. 2013. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/5049678/NAS_ÁGUAS_DO_VELHO_CHICO_POR_UMA_ARQUEOLOGIA_DE_AMBIENTES_AQUÁTICOS_NO_BAIXO_RIO_SÃO_FRANCISCO_SERGIPE_ALAGOAS. Acesso em: 03 mar. 2014.

FUNARI, P. P. A. A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial. In: **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul, Cultura Material, Discursos e Práticas**. Andrés Zarankin e María Ximena Senatore (orgs.), Buenos Aires, Ediciones del Tridente, 2002, p.

107-116. Disponível em: <http://www.ufjf.br/maea/files/2009/10/texto13.pdf>. Acesso em: 16 set. 2014.

_____. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. MNEME - **Revista de Humanidades**, vol.6, nº13, 2004/2005, p. 1-5. Disponível em: <http://ufrn.emnuvens.com.br/mneme/article/view/267/243>. Acesso em: 19 jul. 2013.

_____; ORSER, C. E; SCHIAVETTO, S. N. O. (Orgs.) **Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

_____. **Arqueologia**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Teoria e a Arqueologia Histórica: a América Latina e o mundo. **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, vol.1, nº1, 2007, p. 49-58. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/f98efd_7b8a488cf7d3835eba4c280aba693763.pdf. Acesso em: 17 jul. 2013.

_____; ZARANKIN, A; REIS, J. A. **Arqueologia da Repressão e da Resistência na América Latina na era das ditaduras (décadas 1960-1980)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

_____; OLIVEIRA, N. V. Arqueologia do conflito no Brasil. In: **Arqueologia da Repressão e da Resistência na América Latina na era das ditaduras (décadas 1960-1980)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008, p. 141-149.

GAMA, A. O. S.; MARTINS, H. L. A Marinha na Segunda Guerra Mundial. In: **História Naval Brasileira**. Quinto Volume. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.

GARCIA, C. A Arqueologia em contextos de navios dos sécs. XVI-XVII – Testemunhos Açorianos. **Arquipélago – História**, 2ª série, IX, 2005, p. 89-103. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/413/1/Catarina_Garcia_p89-103.pdf. Acesso em: 27 jul. 2013.

GIBBINS, D; ADAMS, J. Shipwrecks and Maritime Archaeology. **World Archaeology**, vol.32 (3), 2001, p. 279-291. Disponível em:

<http://faculty.ksu.edu.sa/archaeology/Publications/General/Shipwrecks%20and%20maritime%20archaeology.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2013.

GUIMARÃES, J. C. M. S. Marinha Mercante. In: **História Naval Brasileira**. Quinto Volume. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.

HODDER, I. Theoretical archaeology: a reactionary view. In: **Symbolic and structural archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 1-16.

_____; HUTSON, S. Post-processual archaeology. In: **Reading the past - Current approaches to interpretation in archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 206-235.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico - 1940 – Aracaju, 2013. Disponível em: http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=280030&search=sergipe%7Caracaju%7Cinfograficos:-historico&lang=_EN. Acesso em: 26 jan. 2014.

JOHNSON, M. **Teoría Arqueológica: una introducción**. Barcelona: Ariel, S. A., 2000.

LIMA, M. P. C; OLIVEIRA, L. S. Preservação dos Bens Históricos, Culturais e Naturais em Sergipe. In: SIMPÓSIO REGIONAL VOZES ALTERNATIVAS, 2012, Sergipe. **Resumo**, Sergipe, 2012. Disponível em: <http://simposioregionalvozesalternativas.files.wordpress.com/2012/11/marcos-paulo-trabalho-completo.pdf>. Acesso em 06 jan. 2014.

LIMA, T. A. Cultura Material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, vol.6, nº1, 2011, p. 11-23. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n1/a02v6n1>. Acesso em: 30 maio 2014.

LINO, J. T. Os cemitérios da Guerra do Contestado (1912-1916): aspectos historiográficos e arqueológicos. **Revista Habitus**, Goiânia, vol.10, nº2, 2012, p. 187-201.

_____; FUNARI, P. P. A. Arqueologia da Guerra e do Conflito. UNICAMP, 2013. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2013/09/11/docente-da-unicamp-organiza-livro-sobre-arqueologia-da-guerra-e-do-conflito>. Acesso em: 29 abr. 2014.

LIVRO amarelo: Manifesto Pró-Patrimônio Cultural Subaquático Brasileiro. Campinas: Centro de Estudos de Arqueologia Náutica e Subaquática (CEANS), do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas (NEE / UNICAMP), 2004. Disponível em: http://www.arqueologiasubaquatica.org.br/downloads/downl/Livro_Amarelo_CEANS.pdf. Acesso em: 20 mar. 2013.

LIVRO branco: arqueologia ou caça ao tesouro? Para um debate sobre a legislação do patrimônio arqueológico subaquático em Portugal. Lisboa: Arqueonáutica, Centro de Estudos, 1995. Disponível em: Acesso em: 16 abr. 2014.

MAYNARD, D. C. S; ASSIS, R. A. L. O fim do mundo começou no mar: os ataques do Submarino U-507 ao litoral sergipano em 1942. **Navigador**, vol.9, nº17, 2013, p. 59-68. Disponível em: http://www.revistanavigador.com.br/navig17/dossie/N17_dossie4.pdf. Acesso em: 18 jul. 2013.

MEDEIROS, J. C. Germinal: morte e sepultamento de Pretos Novos no Rio de Janeiro do século XIX. **Revista Habitus**, Goiânia, vol.10, nº2, 2012, p. 173-185.

MELLO, J. C.; CERQUEIRA, R. S. R. Do passado ao monumento: proposta de Arqueologia Histórica do Cemitério dos Náufragos - SE. **Revista Mnmosine**, vol.2, nº1, 2011, p. 75-86. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~historia/mnmosinerevista/volume2/dossie_republica/MNEMOSIN-E-REVISTA-REPUBLICA-VOL2-N1-JAN-JUN-2011.pdf. Acesso em: 11 dez. 2013.

_____. Cemitério dos Náufragos: uma Proposta de Arqueologia Histórica em Sergipe. **GET - Cadernos do Tempo Presente**, nº9, 2012. Disponível em: <http://www.getempo.org/index.php/revistas/50-edicao-n-09-setembro-de-2012/artigos/131-cemiterio-dos-naufragos-uma-proposta-de-arqueologia-historica-em-sergipe-por-janaina-cardoso-de-mello-e-rafael-santa-rosa-cerqueira>. Acesso em: 11 dez. 2013.

MONTEIRO, M. **U-507 – O submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial**. 2ª ed. Porto Alegre: Publicato, 2013.

NASCIMENTO, M. R. F. G., et al. À Beira das Atalaias: Arqueologia de Ambientes Aquáticos nos Faróis de Aracaju. **História e-História**. 2014. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=77>. Acesso em: 16 maio 2014.

OLIVA, T. A. et al. **Textos para História de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, Banese, 1991.

ORSER JR, C. E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Tradução de Pedro Paulo Funari. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PEREIRA, D. L. **Operação Brasil: o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Contexto, 2015.

POLONI, R. J. S. Arqueologia da Repressão e Resistência: uma proposta de estudo. **História e-História**. 2014. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=curtas&id=118>. Acesso em: 15 abr. 2014.

PORTO, O. A. **Arqueologia Marítima / Subaquática da 2ª Guerra Mundial: sua aplicabilidade no Brasil**. 2013. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2013.

_____. Arqueologia Náutica e Marítima: a participação da Esquadra Brasileira na Defesa Territorial do Brasil. **GET - Cadernos do Tempo Presente**, nº 5, 2011. Disponível em: <http://www.getempo.org/index.php/revistas/38-edicao-n-05-outubro-de-2011-cadernos-do-tempo-presente-issn-2179-2143/artigos/72-arqueologia-nautica-e-maritima-a-participacao-da-esquadra-brasileira-na-defesa-territorial-do-brasil-por-otavio-arruda-porto>. Acesso em: 16 mar. 2014.

RAMBELLI, G. **Arqueologia Subaquática do Baixo Vale do Ribeira – SP**. 2003. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. **A Arqueologia Subaquática e sua aplicação à Arqueologia Brasileira: o exemplo do Baixo Vale do Ribeira de Iguape**. 1998. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. **Arqueologia até debaixo d'água**. São Paulo: Maranta, 2002.

_____. O futuro do passado ameaçado: reflexões sobre a Carta “Arqueólogos, mergulhadores desportivos e caçadores de tesouros”, de George Bass, de 1984. **História e História.** 2004. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=reportagens&id=5>. Acesso em: 19 nov. 2014.

_____. Os desafios da Arqueologia Subaquática no Brasil. **História e-História.** 2004. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=7>. Acesso em: 19 nov. 2014.

_____. Tráfico e navios negreiros: contribuição da Arqueologia Náutica e Subaquática. **Navigator**, vol.2, nº4, 2006, p. 59-72. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig4/art/N4_art4.pdf. Acesso em: 18 nov. 2014.

_____. Arqueologia de naufrágios e a proposta de estudo de um navio negreiro. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, nº6, 2006, p. 97-106. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%206%20-%20artigo%208.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2014.

_____; FUNARI, P. P. A. Patrimônio Cultural Subaquático no Brasil: algumas ponderações. **Praxis Archaeologica**, nº2, 2007, p. 97-106. Disponível em: http://www.aparqueologos.org/images/PDF/praxis2/2007_97106.pdf. Acesso em: 19 nov. 2014.

_____. Entre o uso social e o abuso comercial: as percepções do Patrimônio Cultural Subaquático no Brasil. **História (São Paulo)**, vol.27, nº2, 2008, p. 49-74. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200004. Acesso em: 19 nov. 2014.

_____. GUSMÃO, D. M. Estratégias para a produção de um inventário nacional do Patrimônio Cultural Subaquático. **Navigator**, vol.10, nº20, 2014, p. 119-124. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig20/art/N20_art4.pdf. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. NOVAIS, L. D. N. Frutos do mar: A Arqueologia Subaquática tem revelado uma parte da história do tráfico de escravo que ficou submersa por muito tempo. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Ano 6, nº 71, 2011, p. 29-31.

REIS, J. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RENK, V. E. A escola, o Estado Novo e patriotismo analisados através da imprensa escolar. In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Curitiba, 2011, p. 2762-2773. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5288_2700.pdf. Acesso em: 29 nov. 2014.

REZENDE, C. B.; COELHO, M. C. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SYMANSKI, L. C; GOMES, F. Da cultura material da escravidão e do pós-emancipação: perspectivas comparadas em Arqueologia e História. **Revista de História Comparada**. Rio de Janeiro, vol.7, nº 1, 2013, p. 293-338. Disponível em: dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4393020.pdf. Acesso em: 06 jul. 2015.

SCHIAVETTO, S. N. O. **Arqueologia guarani: construção e desconstrução da identidade indígena**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

SCHURSTER, K. O “inverno do descontentamento” na propaganda de preparação para Segunda Guerra em Recife. **Navigator**, vol.9, nº17, 2013, p. 42-58. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig17/dossie/N17_dossie3.pdf. Acesso em: 23 jul. 2013.

SERAFIM, C. F. S; BITTENCOURT, A. S. **A Marinha na República. A importância do mar na História do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

SHANKS, M.; TILLEY, C. **Re-Constructing Archaeology: Theory and Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SILVA, C. H. M. **Espaço público político e urbanidade - o caso do centro da cidade de Aracaju**. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8834/1/TeseCesarSilva-parte1.pdf>. Acesso em: 17 out. 2014.

SILVA, L. S. **Porto Alegre a Segunda Guerra mundial (1939-1945):** impactos no cotidiano da capital gaúcha. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande de Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://segundaguerra.net/wp-content/uploads/2012/04/1C31Ad01.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2014.

SOUZA, B. C. M. F. **Desenvolvimento regional e gestão metropolitana:** reflexões a partir da política habitacional na região metropolitana de Aracaju. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2009. Disponível em: http://bdtd.ufs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=120. Acesso em: 14 nov. 2014.

SOUZA, R. A.; HATTORI, M. L.; FISCHER, P. Ossos do ofício: cemitérios, licenciamento ambiental e prática arqueológica em Arraias, Tocantins. **Revista Habitus**, Goiânia, vol.10, nº2, 2012, p. 215-240.

SOUZA, S. A. S. Processo de urbanização de Aracaju: um desafio a geografia e a sustentabilidade. In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL “EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE”, 2011, São Cristovão, Sergipe, Brasil. Disponível em: <http://educonse.com.br/2011/cdroom/eixo%2015/PDF/Microsoft%20Word%20-%20PROCESSO%20DE%20URBANIZAcAO%20DE%20ARACAJU.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2015.

TRIGGER, B. G. **História do Pensamento Arqueológico.** Tradução de Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus, 2004.

TRINDADE, M. P. A. Sob suspeita: o combate aos estrangeiros em Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial. **Boletim Historiar**, nº4, 2014, p. 45-61. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/2902>. Acesso em: 19 mar. 2015.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Escola de Enfermagem. Biblioteca “Wanda de Aguiar Horta”. Guia prático para elaboração de dissertação, tese, monografia e projeto de pesquisa. Juliana Akie Takahashi, Neide Bombeiro Filet, Sonia Maria Gardim, Yuka Saheki. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.ee.usp.br/biblioteca/whorta/doc/guia.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2015.

UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT. Apresentação do curso de Arquitetura e Urbanismo. 2012. Disponível em: http://www.unit.br/arquivos/graduacao/PPC_Arquitetura.pdf. Acesso em: 23 jan. 2015.

LISTA DE FONTES

a) DOCUMENTOS

Declaração de Estado de Beligerância em Todo Território Nacional. Nota enviada pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil aos governos da Alemanha e Itália pela qual anunciou a declaração de guerra. In: CRUZ, L. A. P. “A guerra já chegou entre nós”! O cotidiano de Aracaju durante a Guerra Submarina (1942 -1945). 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, p. 232, 2012.

Depoimento do naufrago Henrique Jacques Mascarenhas Silveira, comandante do Aníbal Benévolo. Aníbal Benévolo seguia para Aracaju. In: CRUZ, L. A. P. “A guerra já chegou entre nós”! O cotidiano de Aracaju durante a Guerra Submarina (1942 -1945). 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, pp. 227-228, 2012.

Depoimento do Sr. Adolfo Artur Kern, chefe de máquinas do Baependy. Baependy, o primeiro alvo do submarino alemão U-507 na costa de Sergipe. In: CRUZ, L. A. P. “A guerra já chegou entre nós”! O cotidiano de Aracaju durante a Guerra Submarina (1942 -1945). 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, pp. 212-214, 2012.

Documentos sobre os navios sergipanos destroçados durante a Segunda Guerra Mundial em 1942. Arquivo Público Estadual de Sergipe – APES - (CAIXA Nº 02. ANO 1943. DOC. 55).

Memórias do naufrago Milton Fernandes da Silva: “o Araraquara foi atacado diante do clarão de Aracaju”. In: CRUZ, L. A. P. “A guerra já chegou entre nós”! O cotidiano de Aracaju durante a Guerra Submarina (1942 -1945). 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, pp. 221-223, 2012.

Nota do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. Ataques dos navios Baependi, Araraquara e Aníbal Benévolo. In: Folha da Manhã. 1ª Ed. Aracaju-SE, 18 de agosto de 1942, p. 4.

b) FONTE ORAL

Nailson Conceição Santos. Zelador do Cemitério dos Náufragos do Mosqueiro, em Aracaju – SE, desde o ano de 1987. Entrevista realizada em 02 nov. 2014.

c) JORNAIS E PERIÓDICOS

Correio de Aracaju. 01 de agosto a 15 de setembro de 1942. Biblioteca Pública Epifânio Dória.

Diário Oficial do Estado de Sergipe. 01 de agosto a 15 de setembro de 1942. Arquivo Público do Estado de Sergipe.

Folha da Manhã. 01 de agosto a 15 de setembro de 1942. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

d) LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei nº 1.561 de 02 de setembro de 1939. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 04 set. 1939. Seção 1, p. 21265. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2469868/pg-3-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-04-09-1939/pdfView>. Acesso em: 03 mar. 2015.

Decreto-Lei nº 4.098, de 06 de fevereiro de 1942. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 10 fev. 1942. Seção 1, p. 2062. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2154423/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-10-02-1942/pdfView>. Acesso em 03 mar. 2015.

Decreto-Lei nº 4.624, de 26 de agosto de 1942. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 28 ago. 1942. Seção 1, p. 13254. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2469155/pg-6-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-28-08-1942/pdfView>. Acesso em 03/03/2015.

Decreto-Lei nº 10.358, de 31 de agosto de 1942. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 01 set. 1942. Seção 1, p. 13413. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2473858/pg-5-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-01-09-1942/pdfView>. Acesso em 03/03/2015.

Decreto-Lei nº 4.716, de 21 de setembro de 1942. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 26 set. 1942. Seção 1, p. 14433. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2495346/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-26-09-1942/pdfView>. Acesso em 03/03/2015.

Decreto-Lei nº 10.490-A, de 25 de setembro de 1942. Fonte: Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-10490-a-25-setembro-1942-325988-norma-pe.html>. Acesso em 26/02/2015.

Decreto-Lei nº 5.861 de 30 de setembro de 1942. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 02 out. 1942. Seção 1, p. 14721. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2479259/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-02-10-1943/pdfView>. Acesso em 03/03/2015.

Decreto-Lei nº 4.800 de 06 de outubro de 1942. Fonte: Diário Oficial da União, Capital Federal, 08 out. 1942. Seção 1, p. 15011. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2508750/pg-3-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-08-10-1942/pdfView>. Acesso em 03/03/2015.

e) MONUMENTOS

Cemitério dos Náufragos da Atalaia, Aracaju – Se. Pesquisa de campo realizada em: 02 nov. 2013; 02 nov. 2014; jan. 2015.

Cemitério dos Náufragos do Mosqueiro, Aracaju – Se. Pesquisa de campo realizada em: 02 nov. 2013; 02 nov. 2014; jan. 2015.

Farol de Aracaju, Farolândia, Aracaju – Se. Pesquisa de campo realizada em: 19 nov. 2013.